INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta onze municípios[1] da bacia superior do Paranapanema paulista que nos últimos 40 anos passaram por exaustivas pesquisas arqueológicas reunindo considerável conhecimento científico.

De forma geral, os onze municípios, foram alvos de identificação de sítios arqueológicos pré-históricos e históricos, coletas sistemáticas de cultura material com centenas de artefatos e milhares de fragmentos arqueológicos identificados que contam como ocorreram as ocupações humanas na região.

Entretanto, dados e informações relativas às pesquisas realizadas não foram condensados em corpo único e disponibilizados ao público de modo a democratizar o conhecimento científico produzido ou de buscar um diálogo com a sociedade. Ainda mais, um considerável contingente da população regional não reconhece este potencial arqueológico e consequentemente não goza de seus benefícios.

Por outro lado, alguns segmentos sociais tentam resguardar e utilizar tal patrimônio em benefício coletivo, porém subaproveitando-os em exposições museológicas descontextualizadas, reformas equivocadas, uso inadequado e, em alguns casos destruição.

Desta forma, torna-se necessário consolidar em corpo único os resultados das pesquisas arqueológicas acadêmicas e de relatórios técnicos de empreendimentos potencialmente lesivos ao patrimônio arqueológico de maneira a compor um conjunto de cenários das ocupações humanas da bacia superior do Paranapanema paulista e extroverter essas informações. Considera-se aqui, de extrema importância, a necessidade de instrumentalizar as comunidades da área de estudo com o conhecimento produzido em décadas de pesquisas.

Para tanto, as informações sobre política cultural e legislação municipal, acervos, coleções públicas e particulares, espaços de uso qualificado ou modo de uso desses espaços, lideranças sociais, dissertações, teses e relatórios técnicos são de extrema importância na construção de um panorama que tem como intuito estimular a interação entre o conhecimento científico produzido e o conhecimento vernacular adormecido.

---

[1] Bom Sucesso de Itararé, Buri, Capão Bonito, Guapiara, Itaberá, Itapeva, Itararé, Nova Campina, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande e Taquarivaí.

A partir de um recorte bem definido, os cenários de ocupações[2] humanas apresentados aqui, pretende-se contribuir para a valorização do conhecimento emancipatório[3] e da memória regional. Revertendo o atual quadro de abandono e subaproveitamento do patrimônio arqueológico para o quadro de preservação e apropriação do conhecimento pelas comunidades envolvidas.

A inclusão social do qual este trabalho trata é bivalente: o patrimônio arqueológico identificado e reconhecido, re-inserido socialmente, pode estreitar laços entre acadêmicos e comunidade, que passa da condição de coadjuvante para a de protagonista, tutora de seu patrimônio cultural. Nesse sentido o princípio do diálogo norteia este trabalho.

O trabalho "Conhecer para preservar: arqueologia e inclusão social na bacia do Paranapanema superior" está dividido em sete capítulos[4], sendo o primeiro relacionado à logística por meio do detalhamento da problematização, objetivos, métodos, conceitos correlatos, sequência operacional utilizada e recorte regional da área de estudo.

O capítulo II é um breve histórico regional que possibilitará a inserção das referências arqueológicas numa cronologia histórica da região de estudo.

O capítulo III apresenta o estado d'arte da arqueologia regional, ou seja, o resultado das pesquisas acadêmicas e de arqueologia preventiva na região e áreas adjacentes. São apresentados os pesquisadores, suas pesquisas e sítios, além de breve resumo dos resultados alcançados com ênfase nos objetivos[5] aqui propostos.

No capítulo IV são enfocadas as forças atuantes na arqueologia e na extroversão da arqueoinformação desde o nível conceitual, histórico e museológico local e regional. Nesse capítulo é que se identificou coleções arqueológicas, centros culturais/museus, coleções e a utilização atual destes pela sociedade.

---

[2] Conceito relacionado adiante.

[3] Segundo Bastos e Bruhns, o conhecimento emancipatório é o conhecimento local criado e disseminado através do discurso argumentativo. Estas duas características (caráter local e o caráter argumentativo) são inseparáveis (BASTOS & BRUHNS, 2006, p.100a).

[4] Sendo que os três primeiros capítulos no volume I, enquanto que no volume II os demais capítulos, bibliografia e anexos com mapas impressos e CD com mapas (digitalizados).

[5] Apresentados adiante.

O capítulo V apresenta a ocorrência de forte tensão social envolvendo o patrimônio arqueológico e histórico-arquitetônico do município de Itapeva, bem como ocorreram os trabalhos arqueológicos diante do conflito de interesses e encaminhamento da questão.

No capítulo VI são elaborados os cenário de ocupação humana para a região com base nas pesquisas arqueológicas e cronologia histórica.

No capítulo VII está a conclusão a respeito dos objetivos e respostas sobre as hipóteses levantadas. Segue-se com a bibliografia e apresentação dos mapas[6] com os cenários de ocupação humanas para a área de estudo no anexo final.

[6] São apresentados em anexo no final do trabalho os três primeiros cenários de ocupação humana em mapas, além de um croqui da fazenda Pilão d'Água com destaque aos muros de pedras.

CAPÍTULO I: LOGÍSTICA DA PESQUISA

1- PROBLEMA E HIPÓTESE

Existem diversas pesquisas compreendendo o Paranapanema superior paulista e áreas adjacentes com milhares de páginas de trabalhos acadêmicos e de arqueologia preventiva escritas sobre os períodos pré-coloniais e de formação da sociedade nacional que resultou numa considerável quantidade de material arqueológico e conhecimento que estão restritos a bibliotecas acadêmicas ou encaixotados em grandes reservas técnicas afastados a centenas de quilômetros da região de origem, totalmente impossibilitados de fruição pela população local.

Existem pequenos acervos arqueológicos e históricos em mãos de colecionadores particulares ou em prefeituras que não sabem como proceder e estão descontextualizados por falta de orientação de profissionais como arqueólogos, museólogos, historiadores, arquitetos, bibliotecários, restauradores entre outros especialistas em patrimônio cultural.

De acordo com a problemática apresentada, defendem-se as seguintes hipóteses:

a) O município de Itapeva tem atualmente condições mínimas de criar seu próprio Núcleo Regional de Arqueologia e Museu. Quanto ao item museu também é válido para outros municípios.
b) A compreensão da legislação e o funcionamento estrutural das secretarias ou departamentos de cultura dos municípios podem dar indicativos sobre como proceder em relação a uma política de conservação integrada para bens arqueológicos.
c) É possível elaborar e propor considerações razoáveis sobre os cenários de ocupação humana do Paranapanema superior paulista e áreas adjacentes com base nos estudos de bens arqueológicos, considerando-os, como referências patrimoniais. É possível e necessário integrar esses resultados a memória local, regional e nacional.
d) O estudo dos bens arqueológicos e suas conjunções podem gerar resultados bivalentes:

- Subsidiar a educação patrimonial e contribuir para a inclusão social do indivíduo que está excluído da compreensão de sua própria história: re-apropriação das referências espaciais, temporais, culturais e socioambientais;
- Conservação e preservação dos bens arqueológicos que estão fadados ao mau uso, esquecimento ou destruição: re-valorização do patrimônio cultural material.

2- OBJETIVOS

Este trabalho de pesquisa está inserido em um corpo de investigações científicas denominado Projeto Paranapanema, ProjPar, cujas origens remontam ao final da década de 1960. Sua primeira idealizadora foi Luciana Pallestrini, que estudava os sítios arqueológicos guaranis no interior de São Paulo nas décadas de 1960 e 1970; a partir da década de 1980, o ProjPar assumi novo perfil com enfoque relacionado à interface Arqueologia/Patrimônio no âmbito da proteção ambiental através de José Luiz de Morais.

Assim, caracterizado pelo enfoque transdisciplinar e interdisciplinar, o ProjPar defini como objetivos estratégicos:

a) Demarcação espacial e temporal dos cenários de ocupação humana;
b) Desenvolvimento de métodos e técnicas de pesquisa;
c) Valorização e instrumentalização das comunidades.

O trabalho “Conhecer para preservar: arqueologia e inclusão social na bacia do Paranapanema superior” se enquadra no primeiro e último objetivos e se relacionam com os temas “Arqueologia Pré-Colonial e Histórica”, “Ambiente, Paisagem e Território” e “Patrimônio, Legislação e Educação Patrimonial”.

No âmbito do Museu de Arqueologia e Etnologia - Programa de Pós-Graduação, este trabalho aproxima-se da linha de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Arqueologia Preventiva que engloba os procedimentos relacionados com a investigação e o gerenciamento das referências patrimoniais de natureza arqueológica a partir dos subsídios dados pela legislação patrimonial, museologia e educação. Desdobra-se do licenciamento ambiental até estudos relacionados com a cadeia de procedimentos museológicos de salvaguarda e comunicações aplicados a realidade arqueológica, constituída a partir de referências patrimoniais, coleções e

acervos, visando a ressaltar o potencial da arqueologia nos processos de identificação histórica e afetiva, que facilitam a inclusão social de grupos minoritários.

O patrimônio arqueológico, no seu sentido mais amplo e em suas conjunções: objetos em desuso, realizações humanas, assinaturas no ambiente de populações pretéritas, arquitetura, documentos etc., é, no nosso entendimento, suporte indissociável da história.

Segundo Ulpiano Bezerra de Meneses (1992), a memória é um processo permanente de construção e reconstrução, estabelecendo-se nas relações com o presente, das questões que estão colocadas no presente. Portanto, memória não é história, é fonte pra ela.

Sob esta perspectiva o autor diz haver uma tendência vulgar em reduzir a memória, seus produtos, vetores e referenciais:

> Pode-se dizer que é a ausência de estudos sistemáticos dos suportes da memória que explica, em parte, a utilização metonímica do conceito. Dentre as principais categorias de suporte – a linguagem, o corpo, as cerimônias, **os objetos materiais** – apenas a primeira mereceu atenção suficiente, em especial no que concerne à palavra narrativa e à passagem do registro oral para o escrito (até os desdobramentos eletrônicos atuais). Esta última questão revela, com clareza, a impossibilidade de analisar tais fenômenos do ângulo apenas instrumental: eles correspondem a mudanças substantivas e generalizadas da memória: com a escrita surge a objetividade derivada da separação entre o conhecido e o conhecedor, dado e interpretação, lógica e retórica, conhecimento e sabedoria, ser e tempo; reduz a fluidez oral/aural pela fixação de um espaço visual; elimina-se no tempo e no espaço, a concomitância entre fonte e receptor; abrem-se as portas da abstração; da verbalização, agora exclusiva do contexto, deriva o controle da significação (precisão); diferencia-se internamente a linguagem (falada, escrita); a administração civil, religiosa, comercial, distinguiu-se de outros tipos de ação social etc, etc, etc. – e distancia-se o passado presente (BEZERRA DE MENESES, 1994, p.19-20, grifo nosso)

Considerando o exposto, os objetivos deste trabalho são:

a) Investir na compreensão dos motivos que podem favorecer o uso qualificado[7], o esquecimento ou a destruição do patrimônio arqueológico.

b) Propor ações e novas perspectivas de manejo e gestão do patrimônio arqueológico, considerando os assuntos de ordem jurídica (expressos em leis e outros instrumentos legais) e estudo de casos, subsidiando, assim, a consolidação de políticas de conservação integrada como o estudo da viabilidade de criação de um Núcleo Regional de Arqueologia em Itapeva.

c) Compreender a evolução dos cenários das ocupações humanas na bacia do Paranapanema superior, convergindo para a região de Itapeva, abordando os sistemas regionais de povoamento na perspectiva das relações entre a arqueologia, história e geografia.

d) Contribuir para o fortalecimento das comunidades do Paranapanema superior paulista através do incentivo à retomada da construção da memória regional por meio de bens arqueológicos.

e) Produzir um inventário do patrimônio arqueológico, sítios existentes, consolidando-os em mapas temáticos com as transformações temporais e espaciais dos cenários de ocupações humanas na bacia do Paranapanema superior.

3- MÉTODO E CONCEITOS CORRELATOS

A investigação científica deste trabalho, se estabelece, em linhas gerais, sobre os métodos e conceitos que emergiram da práxis arqueológica regional do ProjPar, no decorrer de aproximadamente 40 anos de atuação acadêmica na bacia do rio Paranapanema. De acordo com o Plano Diretor de Pesquisa do ProjPar sua missão é:

> Criar condições favoráveis para o estudo e proteção e a divulgação do patrimônio arqueológico, do patrimônio arquitetônico e urbanístico

[7]A expressão a que se recorrerá constantemente neste trabalho foi apresentada pela Profª. Maria Cecília França Lourenço (FAU/USP) em documentos que embasam a ação da Comissão de Patrimônio Cultural da Universidade de São Paulo a partir de 1995 (BRUNO, 2000, p.7). Ao nosso entender uso qualificado do patrimônio arqueológico é a utilização pela comunidade de maneira que esta se beneficie desse patrimônio do ponto de vista social, ambiental e econômico por meio de práticas educacionais, comunicação do conhecimento científico, geração de renda como turismo e artesanato, enfim, de inclusão social concomitante do ser humano possibilitando aumentar seu repertório de tempo e espaço e da referência patrimonial. Estas práticas devem garantir a perpetuação do patrimônio arqueológico para que as gerações vindouras também possam usufruir desse recurso humano.

> e do patrimônio ambiental e paisagístico enquanto bens de uso especial, colaborando para o desenvolvimento social das comunidades da bacia do rio Paranapanema pelo incentivo à participação coletiva. (MORAIS, 2000, p.6)

Dentre a ampla gama de métodos da Arqueologia atual, destacam-se os seguintes na construção da plataforma de estudos da qual este trabalho pretende valer-se:

a) Mapeamento automatizado, privilegiando as relações entre a Arqueologia, Geografia, Geomorfologia e Geologia, interseção definida como "fatorgeo" (MORAIS, 1999, p.3); também integra as geotecnologias, tais como o uso do sistema de posicionamento global (GPS), o sistema de informações geográficas (SIG) e softwares do CAD (computer aided design).

b) Da exploração possível de subcampos e interfaces da Arqueologia, tais como, Arqueologia da Paisagem, Geoarqueologia, Etno-História e Arqueometria.

Não é interesse este trabalho investir na formulação de novos conceitos: ele está plenamente inserido no contexto maior do ProjPar – Projeto Paranapanema, que já investiu nesse sentido. A propósito disso, se destacam os seguintes conceitos estabelecidos nos Protocolos do Projeto Paranapanema:

a) Do caráter público do patrimônio arqueológico

O patrimônio arqueológico é bem da União, discriminado na Constituição Federal e regido por legislação específica[8]; seu estudo é regulamentado e fiscalizado pelo IPHAN[9] — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

[8] Especialmente a Lei Federal 3924, de 27 de julho de 1961; no arquivo 3 será apresentado o ordenamento jurídico do patrimônio arqueológico.
[9] Portarias 7, de 1 de dezembro de 1988, 230, de 17 de dezembro de 2002, e 28, de 31 de janeiro de 2003.

Nacional. A solicitação de autorização ou permissão para intervenções nos registros arqueológicos deverá ser dirigida a este órgão federal. A arqueologia[10], que admite vários desdobramentos, é a disciplina central que estuda o patrimônio arqueológico, com o apoio de outros campos do conhecimento, tais como a história, a geografia, a antropologia, a arquitetura, o direito, além de vários segmentos das biociências e das ciências exatas.

b) Da natureza finita do patrimônio arqueológico

Há de se considerar que os recursos arqueológicos são finitos e a ordem é preservá-los. Para isto vislumbram-se duas opções: a evidenciação, leitura, registro e coleta de materiais arqueológicos para preservação *ex situ* ou a sua leitura, registro e manutenção na posição original, definida uma medida de proteção adequada, para preservação *in situ*.

Alguns fatores, especialmente de ordem econômica (a escavação é onerosa), técnica (há instrumentos modernos que rastreiam os registros arqueológicos, sem tocá-los) e de conservação (a escavação desmonta o sítio), vêm colaborando para que se firme a idéia da fidelidade de certos tipos de intervenção, além da escavação.

Linhas de pesquisa como a arqueologia da paisagem[11] intervêm menos no registro arqueológico, esforçando-se para mostrar que é possível reconstituir concretamente a maneira como as populações organizaram o seu espaço com o mínimo de intervenção. A abordagem da paisagem ou dos entornos de ambientação de sítios e locais de interesse arqueológico vem se firmando cada vez mais com o uso dos modernos instrumentos hoje disponíveis: sistema de sensoriamento remoto (imagens de satélites, fotografias aéreas e fotografias terrestres), sistema de informação geográfica, sistema de

[10]A arqueologia é um campo do conhecimento essencialmente interdisciplinar; sua identidade reside na diversidade de suas ações e na pluralidade de seus enfoques, considerando o tempo e o espaço.

[11] Definida adiante.

posicionamento global, sistema de gerenciamento de bancos de dados, tecnologias não invasivas de terreno e construções, etc.

c) Arqueologia da paisagem

Sustentada nas relações entre a arqueologia e a geografia, a arqueologia da paisagem trata, em princípio, da inclusão da práxis arqueológica em coordenadas espaciais. A propriedade de georreferenciar procedimentos, cenários e sistemas regionais de povoamento[12] confere à arqueologia da paisagem estatuto ímpar: a competência para tratar de assuntos relacionados com o design da arqueologia em sua dimensão de planejamento, gestão e manejo do patrimônio arqueológico. Esta propriedade se relaciona com a definição de UGGPs – Unidades Geográficas de Gestão Patrimonial.

Por outro lado, a arqueologia da paisagem também pode ser entendida como a linha de pesquisa que estuda o processo de artificialização do meio ambiente, na perspectiva dos sistemas regionais de povoamento. Seu tema central é a reconstrução dos cenários das ocupações humanas, com foco na dispersão das populações pelo ecúmeno, episódio que gerou paisagens específicas. Fundamentada nas bases teóricas e conceituais das disciplinas de origem, a arqueologia da paisagem converge seus esforços em duas dimensões[13]: a matriz ambiental natural, relacionada com o meio físico-biótico, e o ambiente modificado, relacionado com o meio socioeconômico e cultural. Ela se configura como uma estratégia de investigação para o estudo dos processos sociais em sua dimensão espacial, e constituindo e interpretando a evolução da paisagem arqueológica e os padrões de assentamento a partir das expressões materiais da cultura[14].

d) Preservação *in situ*; preservação *ex situ*

---

[12] Além de outros, o conceito de sistema regional de povoamento será apresentado adiante

[13] Conforme Felipe Criado Boado e sua equipe, em várias publicações da Universidade de Santiago de Compostela; José Luiz de Morais adaptou e vem consolidando essas premissas.

[14] Ou cultura material como prefere os antropólogos e etnólogos

A adoção de mecanismos de manutenção e proteção dos registros arqueológicos nos ambientes de origem constitui a preservação *in situ*. Neste caso, não há intervenções diretas que possam comprometer a estrutura física dos registros, embora sua leitura e análise sejam possíveis por meio de métodos não invasivos.

A preservação *ex situ* admite intervenções severas na estrutura física dos registros arqueológicos por meio de levantamentos arqueológicos, prospecções e escavações. O desmonte da matriz arqueológica é obrigatoriamente compensado pelo registro preciso das posições originais, de modo que ela possa se virtualmente reconstituída em meio eletrônico. Os materiais coletados constituem o acervo das expressões materiais de cultura daquela sociedade extinta que deixou assinaturas em determinados compartimentos paisagísticos.

e) Sistema regional de povoamento

A coordenação entre registros arqueológicos, inferida pelas possíveis relações espaciais, socioeconômicas e culturais considerando sua (proximidade, contemporaneidade, similaridade ou complementaridade) indica um antigo sistema regional de povoamento. O conceito de sistema regional de povoamento tem sua melhor sustentação na geografia, pois se refere à dispersão das populações pelo ecúmeno terrestre e à conseqüente produção paisagens, com a construção de cenários que se sucedem.

Na sua esteira, são admitidos dois macrossistemas indígenas pré-coloniais: caçadores-coletores e agricultores. No primeiro caso, aventa-se a possibilidade de se identificar um provável Sistema Regional Umbu, correlacionável à tradição arqueológica homônima, que gerou cenários de adaptação às condições ambientais de transição pelos planaltos do sul do Brasil. No segundo caso, os guaranis chegaram a produzir recortes paisagísticos com forte identidade regional, organizando-se em sistema regional de povoamento com design plenamente adaptado às condições ambientais da transição entre a zonas tropical e temperada do quadrante sudeste do subcontinente.

No período pós-conquista ibérica, as frentes pioneiras da sociedade nacional geraram ciclos e cenários específicos, ditados por novas ordens econômicas e sociais.

f) Unidade geográfica de gestão patrimonial — UGGP

É cada município enquanto ente federativo dotado de competência para propor e executar políticas públicas locais de valorização do patrimônio cultural e ambiental, inclusive o arqueológico.
De direito, no Estado Federal brasileiro compete aos municípios gerir tudo o que é de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual no que couber. No caso do patrimônio arqueológico, cabe a ele proteger os sítios arqueológicos em parceria com a União e com o Estado, implementando programas, projetos e ações de educação patrimonial e uso social dos sítios e locais de interesse para a arqueologia, consideradas as normas federais em vigor.

g) Unidade geográfica de manejo patrimonial — UGMP

Corresponde à fração de terreno onde são executados os procedimentos de reconhecimento, levantamento, prospecção e escavação arqueológica. Geralmente é constituída por um módulo de terreno balizado por coordenadas do sistema UTM. Cada sítio detectado é delimitado por um polígono convencional, assumido como perímetro restrito, local onde se concentram os procedimentos de prospecção e escavação do registro arqueológico. Envolvendo este perímetro, pode ser definida uma faixa de segurança externa (zona de amortecimento de impactos), varrida pelas ações de reconhecimento e levantamento arqueológico. Opcionalmente, a UGMP pode focar uma microbacia hidrográfica. O patrimônio arqueológico é bem de uso especial, de fruição do povo brasileiro e, sem dúvida, o segmento social mais interessado é a comunidade local que detém o patrimônio em seu território. Cabe aos pesquisadores esclarecer seus propósitos junto à comunidade e ao poder público local em linguagem adequada,

estimulando a inclusão social pelo reconhecimento e valorização dos bens arqueológicos, em ações de educação para o patrimônio.

Entre outros tópicos importantes da plataforma conceitual de estudos, preconizados por José Luiz de Morais (1999), estão:

Patrimônio arqueológico: conjunto de expressões materiais da cultura referentes às sociedades indígenas e pré-coloniais e aos diversos segmentos da sociedade nacional (inclusive as situações de contato interétnico), potencialmente incorporáveis à memória local, regional e nacional compondo parte da herança cultural legada pelas gerações do passado às gerações futuras.

Patrimônio arqueológico histórico-arquitetônico: segmento que compreende as estruturas construídas e respectivos contextos referentes à sociedade nacional, dotadas de significado histórico local ou regional, compondo parte da herança cultural legada pelas gerações do passado às gerações do futuro.

Patrimônio paisagístico: paisagens notáveis reconhecidas ou não por diplomas legais, de significância para as comunidades regionais. Inclui qualquer tipo de unidade de conservação estabelecida pela legislação competente.

Registro arqueológico: referência genérica aos objetos, artefatos, estruturas e construções produzidas pelas sociedades do passado, inseridas em determinado contexto.

Matriz arqueológica: é o ambiente sedimentar que contém as evidências arqueológicas.

Sítio arqueológico: corresponde a menor unidade do espaço passível de investigação, dotada de objetos intencionalmente produzidos ou rearranjados, que testemunham comportamentos da sociedade do passado. Um sítio só pode ser definido como tal após sua análise enquanto registro arqueológico. Sítio de referência é aquele que por suas características topomorfológicas e estratigráficas serve de apoio para as interpretações regionais e respectivas inserções.

Ocorrência arqueológica: objeto único ou quantidade ínfima de objetos aparentemente isolados ou desconexados encontrados em determinado local

(uma ponta de flecha, um fragmento de cerâmica, um pequeno trecho de alicerce etc.) A ocorrência arqueológica poderá ganhar o estatuto de sítio a partir da posterior detecção de evidências adicionais que permitam essa nova classificação.

Geoindicadores: elemento do meio físico-biótico dotado de alguma expressão locacional para sistemas regionais de povoamento, marcando locais de assentamentos antigos. No Paranapanema são considerados parâmetros de um modelo preditivo construído a partir de um “modelo empírico” que emergiu da práxis arqueológica regional. Assim, os geoindicadores sustentam um eficiente modelo locacional de caráter preditivo, muito útil no reconhecimento de área de levantamento arqueológico. Exemplos: cascalheira de litologia diversificadas, diques de arenito silicificado, pavimentos detríticos (matérias primas de boa fratura conchoidal para lascamento), barreiros (afloramentos de barro bom para cerâmica), compartimentos topomorfológicos adequados para determinado tipo de assentamento, trechos evidentes de manejo agroflorestal, etc.

Sistema UTM: é a base do sistema de siglagem do ProjPar. Trata-se de um sistema de coordenadas planas baseado na projeção Universal Transversa de Mercator.

Geotecnologias: grupo de tecnologias referentes à informação geograficamente referenciada. Trata-se, dentre outros, do sistema de posicionamento global, do geoprocessamento, da fotogrametria, do sensoriamento aéreo ou orbital da topologia e da geodésia. Não se admite o encaminhamento da investigação arqueológica sem o uso das geotecnologias disponíveis, especialmente o sistema de posicionamento global.

Georreferenciamento: é o ato de estabelecer a ligação entre a informação literal (banco de dados ou bitmap) e a sua posição específica no globo terrestre por meio de suas coordenadas.

Sistema regional de povoamento: a coordenação entre sítios ou conjuntos de sítios pautados por relações sociais, econômicas e culturais (considerando sua contemporaneidade, similaridade, ou complementaridade) define um sistema regional de povoamento.

Sistemas regionais de caçadores-coletores do Paranapanema: formado por comunidades nômades pré-históricas originárias do sul, migrantes pelas

calhas dos afluentes da margem esquerda do Paranapanema. Vistos em conjunto compõem um macro sistema regional de caçadores-coletores. Até o presente estágio das investigações, as primeiras hordas datam, aproximadamente, do ano 6.000 a.C. No registro arqueológico compõem evidências possivelmente vinculadas àquilo que tem sido definido como “tradições” de caçadores coletores Umbu e Humaitá pelos arqueólogos do Rio Grande do Sul.

Sistemas regionais de agricultores do Paranapanema: formados por comunidades sedentárias originárias do sudoeste e do sul, migrantes pelas calhas do Paranapanema e de seus afluentes da margem esquerda, capazes do manejo agroflorestal. Numa visão de conjunto, compõem um macro-sistema regional. A grande invasão teve início por volta do início da Era Cristã, marcada no registro arqueológico pelos remanescentes das aldeias do sistema regional Guarani. Na bacia Superior, a implantação se fez em colinas permeadas por pequenos canais de drenagem. Na bacia média, este padrão continua ampliado por uma rede de acampamentos e oficinas de lascamento junto às calhas hidrográficas de grande porte. Na bacia inferior, continua a ocupação dos relevos colinares somada à edificação de aldeias nos grandes terraços marginais do Paranapanema. No caso dos sistemas regionais de agricultores, a faixa de tensão fronteiriça fica no quadrante sudeste, nos limites das bacias do Ribeira e do Tietê médio-superior. Aí se deparam os sistemas Tupinambá, Guarani e Kaingang.

Ciclos regionais: na perspectiva dos sistemas regionais de povoamento são acolhidos os ciclos regionais de desenvolvimento econômico consolidados no âmbito da História Social e Econômica. Quando for o caso, particularidades locais poderão ser consideradas na definição de ciclos micro-regionais. Por exemplo, o pequeno ciclo canavieiro que deu origem a cidade de Piraju, na bacia do médio Paranapanema.

Sistema local: o conjunto de registros coordenados pela presença de um ou mais geoindicadores arqueológicos constitui um sistema local. É comum, por exemplo, a existência de sítios e ocorrências arqueológicas de caçadores-coletores e agricultores pré-coloniais articulados pela conjunção de alguns geoindicadores, tais como diques de arenito silicificado intratrapiano, cascalheiras, (ambos utilizados como fonte de matéria-prima para as indústrias

líticas), e corredeiras do leito dos rios que compõem uma seqüência de saltos, cachoeiras e corredeiras, ambiente propício à apanha sazonal de peixes migratórios.

Módulo arqueológico: porção do terreno balizada por coordenadas planas de referência (UTM) que encerra um sistema local ou um conjunto de geoindicadores arqueológicos.

Padrão de assentamento: é a distribuição dos registros arqueológicos em determinada área geográfica, refletindo as relações das comunidades do passado com o meio ambiente e as relações entre elas no seu contexto ambiental. Estratégias de subsistência, estruturas políticas e sociais e densidade da população foram alguns dos fatores que influenciaram a distribuição do povoamento desenhando padrões de assentamento.

Núcleo de solo antropogênico: é um tipo de assinatura dos povos pré-coloniais, corrente nos sítios de agricultores, é um corpo sedimentar remanescente de antigos solos de habitação e seu cinturão envoltório, depósitos de lixo, áreas de cocção de alimentos etc. (MORAIS, 2000, p.7-11)

No tocante ao significado de cenário e cena, Morais (2002)[15] indica:

Cena é o local tipo onde se detectam fatos arqueológicos ou de interesse para a arqueologia. Os registros arqueológicos tomados individualmente constituem “cenas arqueológicas”.

Cenário é a coordenação entre cenas arqueológicas, considerando suas relações espaciais, socioeconômicas e culturais, cronologicamente inseridas (MORAIS, 2002).

Outros termos que serão constantemente utilizados neste trabalho referentes à gestão do patrimônio arqueológico são aqueles utilizados para estabelecer diretrizes, critérios e recomendações sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis e outras categorias, ditadas na Instrução Normativa nº 1 de 25 de novembro de 2003 do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a saber:

Acautelamento: forma de proteção que incide sobre o bem cultural, regida por norma legal específica - Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de

[15] Morais, J. L. Salvamento Arqueológico da Linha de Transmissão Itaberá/Tijuco Preto – Relatório Final. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2002.

1937, que cria o instituto do tombamento ou, no caso dos monumentos arqueológicos ou pré-históricos, pela Lei 3.924, de 26 de julho de 1961.

Preservação: conjunto de ações que visam a garantir a permanência dos bens culturais.

Conservação: intervenção voltada para a manutenção das condições físicas de um bem, com o intuito de conter a sua deterioração.

Manutenção: operação contínua de promoção das medidas necessárias ao funcionamento e permanência dos efeitos da conservação.

Restauração: conjunto de intervenções de caráter intensivo que, com base em metodologia e técnica específica, visa recuperar a plenitude de expressão e a perenidade do bem cultural, respeitadas as marcas de sua passagem através do tempo (IPHAN, 2003).

Diferenciam-se aqui os conceitos de Educação Patrimonial e Arqueologia Pública que são muitas vezes confundidos e erroneamente trocados em discussões a respeito da arqueologia em sua interface com a educação e o público.

Para Maria de Lourdes Parreiras Horta e equipe (1999):

> A Educação Patrimonial é um **instrumento** de "alfabetização cultural" que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o a compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da **auto-estima** dos indivíduos e comunidades e a **valorização** da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA, *et al*. 1999, p. 6).

Horta aponta as etapas metodológicas da Educação Patrimonial. São elas:

> Observação: através da identificação do objeto, função/significado com o desenvolvimento da percepção visual e simbólica;
> Registro: fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional;

> Exploração: desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados; Apropriação; envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa e valorização do bem cultural (HORTA *et al.* 1999, p. 11).

Para Maurí Luiz Bessegatto (2004, p. 36) a tarefa da Educação Patrimonial é *"descobrir das redes de significados que dão sentido às evidências culturais e nos informar sobre o modo de vida das pessoas no passado e no presente, em um ciclo constante de continuidade, transformação e reutilização".*

Para Ana Duarte os objetivos da Educação Patrimonial quando direcionados ao público estudantil são:

> Desenvolver atitudes de preservação e animação do Patrimônio; Conhecer o patrimônio da zona em que a escola está inserida; Incentivar o gosto pela descoberta; Compreender a história nacional a partir da história local (DUARTE, 1994, p.11).

A Educação Patrimonial é um processo educacional baseado em metodologia específica que tem como objeto de estudo um bem patrimonial seja histórico, arquitetônico, arqueológico ou natural que tem uma história a ser revelada para estudantes ou público em geral por meio de alguns processos chave e valores que envolvem o pensamento humano como o conhecimento do modo de vida, opções de estética, tolerância com o próximo, solidariedade, preservação e extinção, proteção do que é material ou imaterial (DUARTE, 1994, p.14).

Para Pedro Paulo A. Funari e Erika M. Robrahn-González (2006)[16] Arqueologia Pública ainda é nova não deve levar a confusão.

> De fato, público, em sua origem inglesa, significa "voltada para o público, para o povo" e nada tem a ver, *strictu sensu*, com o sentido vernáculo de público como sinônimo de estatal. Ao contrário, o aspecto público da Arqueologia refere-se à atuação com as pessoas,

[16] Editorial da Revista Arqueologia Pública, São Paulo, nº 1, 2006.

> sejam membros de comunidades indígenas, quilombolas ou locais, sejam estudantes ou professores do ensino fundamental e médio. A ação do estado dá-se, de maneira necessária, por meio da legislação de proteção ambiental e cultural (FUNARI & ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, p 3).

Segundo Ascherson (2000, p. 2 *apud* Bastos, 2002, p.157) a arqueologia pública é *"a arqueologia conduzida pela autoridade pública para o público geral".*

Neste sentido a política instituída através de diplomas legais e normas infralegais é a base jurídica e contribui para o entendimento do que é arqueologia pública. Dentre os instrumentos jurídicos brasileiros estão:

Constituição Federal de 1988, artigos 215 e 216, no quais o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais e determina o que é patrimônio cultural brasileiro. Também no artigo 225 a Carta Magna garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

Lei Federal 6.938 de 31 de agosto de 1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação;

A Resolução CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente 01 de 23 de janeiro de 1986 que estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, além de conceitualizar o que é Impacto Ambiental;

Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, que se refere aos procedimentos administrativos complexos como as Licenças Prévia, de Instalação e de Operação comumente denominadas: LP, LI e LO;

Lei Federal 3924, de 26 de julho de 1961 que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos;

Portaria IPHAN nº 230 de 17 de janeiro de 2002 que compatibiliza as etapas de estudo de arqueologia preventiva EAP com as fases LP, LI, e LO do licenciamento ambiental. Em seu artigo 6º, §7º indica a obrigatoriedade no licenciamento ambiental e que programas de Educação Patrimonial façam parte das atividades a serem executadas e devam ser previstos em orçamento e cronograma.

Para Funari e equipe (2008), Arqueologia Pública pode ser entendida como a prática da disciplina em interação com a sociedade, havendo vários tipos de públicos. De acordo com o estudado, são eles: ativistas, mídia, leitores de manuais escolares, pessoas comuns da comunidade; crianças em idade escolar; parentes das vítimas (FUNARI *et al*., 2008, p.135).

Então, Arqueologia Pública pode ser compreendida como o relacionamento entre três protagonistas: a **arqueologia como ciência** (pré-histórica, histórica, da industrialização, de guerra ou período de repressão política, entre outras), desenvolvida por acadêmicos das universidades ou profissionais da iniciativa privada. As **comunidades** (locais e regionais) que são constituídas de vários públicos e interesses com a intermediação do **Estado** através do ordenamento jurídico de proteção ao meio ambiente e patrimônio cultural.

Portanto a Arqueologia Pública surge da interação oportuna entre arqueólogos e/ou arqueologia e determinada comunidade, mediados pelo Estado (Federal, Estadual e Municipal). Enquanto que, a Educação Patrimonial é uma ação educativa e cultural que traz consigo informação, conhecimento, sensibilização e lazer por meio de premissas conceituais e práticas sobre os bens patrimoniais (por exemplo: relações estabelecidas professor/aluno sobre um determinado objeto; guia/turista sobre um sítio arqueológico; monitor/público em museus).

Outro conceito recorrente neste trabalho é o de referência patrimonial. Parte do entendimento de que todo patrimônio cultural[17] traz consigo informações peculiares, como, por exemplo: escolha da matéria prima, marcas

[17] Constituição Federal (1988), artigo 216: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

físicas de uso e reuso tipo de fabrico ou de um processo que pode relacionar/situar tempo e espaço, relações de semelhança, diferença, empatia, antipatia, apatia; conformidade ou inconformidade de ideias; analogia e vínculos afetivos com outras referências patrimoniais relacionadas ao indivíduo ou grupos, enfim, multi-conexões que podem colaborar com a construção do saber e desenvolvimento humano.

Considera-se de fundamental importância para todas as sociedades identificar e preservar suas origens culturais e sociais, desta maneira o patrimônio arqueológico se torna testemunho básico de referência sobre o que fomos e como chegamos até aqui.

O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, preconiza que cada país deve ter sua política de “conservação integrada” (ICOMOS, 1990, art.2º); afinal um patrimônio não administrado, além de não render frutos para seu detentor, tem uma possibilidade imensa de se perder, então, um inventário seria um passo importante (SCHMITZ, 1989, p.13).

Um sítio arqueológico sem significado para uma comunidade, esquecido no tempo, está fadado à destruição.

Não se preserva senão aquilo que é importante para nós, o que nos diz algo, por isso, o conhecimento e a apropriação de seu patrimônio pelas comunidades locais são pontos importantes na preservação de sítios arqueológicos (FUNARI & NOELLI, 2001, p.106). O reconhecimento da importância de um sítio está diretamente ligado ao estudo realizado, levantamento de dados e informações, além da disponibilização destes de forma clara e democrática à comunidade, desta forma, potencializando significados sociais, histórico-culturais e mesmo afetivos, que devem ser revertidos em benefício de todos.

Um dos benefícios públicos da arqueologia está justamente em contribuir para o fortalecimento dos vínculos existentes entre a comunidade e seu passado, ampliando o interesse da sociedade sobre o patrimônio e criando, assim, a sustentação necessária às medidas de preservação (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, p.66).

Para Cristina Scatamacchia e equipe (SCATAMACCHIA e equipe, 1992, p. 115-121), somente por meio do conhecimento do significado dos sítios

arqueológicos pela população local, estes poderão ser encarados como bem comum.

O uso de um bem patrimonial pode ser efetivado por meio da promoção, desenvolvimento e implantação de projetos de educação patrimonial (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999, p.6).

Um passo importante para a apropriação e divulgação do patrimônio para a população é o planejamento e execução de ações de educação patrimonial. Edna Morley (MORLEY, 1999, p.374) aponta para a educação da sociedade como a resposta para preservar os sítios arqueológicos brasileiros.

De acordo com André Soares[18], é possível manter, salvaguardar e valorizar formas obsoletas ou em desuso que registrem o passado enquanto lugar da memória por meio da educação patrimonial, estimulando o convívio das diferenças (SOARES, 2002, p.5).

Para Cristina Bruno, a questão da difusão do conhecimento sobre a arqueologia por meio de comunicações museológicas é urgente e deve comportar os seguintes níveis: a participação dos arqueólogos, ensino, publicação científica e comunicação museológica (BRUNO, 1994, p.10).

Jacques Tixier faz considerações importantes sobre o trabalho científico, frisando que ele não pode pertencer apenas a uma elite; deve ser divulgado a todos, pois pertence a todos (TIXIER, 1978, p.99-100)[19].

Rossano Bastos diz ser necessária para o país a parceria entre o poder público, a sociedade e a comunidade científica na preservação do patrimônio arqueológico (BASTOS, 2002, p.143).

Para Oosterbeek (2007) à gestão e investigação de bens arqueológicos deve aprofundar novas noções de território e de humanidade.

> Este impacto crescente de pré-história e da arqueologia na sociedade, é mediatizado pela emergência dos programas de gestão integrada, que se ocupa da identificação, estudo, preservação, recuperação e valorização desses fragmentos de memória, é também ele um elemento essencial na credibilização destes

[18] Texto publicado no informativo do Grupo de Estudos Ambientais “Cílios da Terra” e distribuído nas escolas públicas do município de Itapeva no ano de 2002.

[19] Traduzido por Solange Bezerra Caldarelli (CALDARELLI & BRUNO, 1982). Arqueologia e Museologia: Experiências de um trabalho integrado. Instituto de Pré-História, vol nº. 4, 1982.

> conhecimentos, no quadro da definição das “condições de verdade”. De fato, é pela integração da valorização com a investigação que as interpretações poderão ganhar cada vez mais uma eficiência social. A valorização é o processo de saída da arqueologia e da pré-história da sua torre de marfim, rompendo com o isolamento em que, apesar de tudo, ainda se encontram. É o caminho que antes trilharam a química, a física ou mesmo a medicina, o caminho da interpretação eficiente, socialmente ratificada. É também, a forma de combater a dimensão perniciosa de que antes se falou, promovendo o nível cultural global da sociedade. Neste domínio assume particular importância a articulação da investigação com as outras dimensões da intervenção arqueológica (inventário, conservação, restauro, valorização), em programas de gestão integrados. A gestão não é uma mera atividade contabilística, mas a participação no aprofundamento de novas noções de território, de humanidade (OOSTERBEEK, 2007, p.47)

Para Inês Virgínia Prado Soares (2007)

> [...] é a disciplina arqueológica que indica o tratamento a ser dado aos bens, possibilitando o fortalecimento da identidade cultural dos grupos formadores da sociedade brasileira, por meio de ações que tornem os bens mais visíveis e acessíveis para a coletividade. Para isso, pode direcionar a produção do conhecimento e proporcionar, inclusive, a reinserção do bem no contexto contemporâneo [...] (SOARES, 2007, p.51).

O patrimônio arqueológico, tal como recurso finito e herança singular deixada por povos antigos para as gerações presentes, pode se tornar recurso gerador de bem-estar, desde que reconhecidos por suas comunidades e usados com racionalidade.

O movimento dos corredores dos museus para o engajamento com o público foi uma transformação importante da arqueologia nos últimos anos (FUNARI; ORSER; SCHIAVETTO, 2005, p.10).

Ao nosso entender é preciso atingir os mais distantes e simples dos rincões e descentralizar essa transformação.

Funari e Sandra de Cássia Araújo Pelegrini (2009) apontam parte dos benefícios da preservação do patrimônio cultural na América Latina no tocante a cidade.

> A valorização do patrimônio cultural e a necessidade de reabilitar os centros históricos, na atualidade, constituem premissas básicas dos debates sobre o desenvolvimento sustentável das cidades latino-americanas, pois esses centros representam a síntese da diversidade que caracteriza a própria cidade. Vista por esse ângulo, a reabilitação dos centros históricos, além de potencializar a identidade coletiva dos povos e promover a preservação de seus bens culturais – materiais e imateriais – pode contribuir para o desenvolvimento econômico e social e, ainda otimizar os custos financeiros e ambientais do desenvolvimento urbano, através do aproveitamento da infra-estrutura de áreas centrais e do incremento da indústria turística (FUNARI & PELEGRINI, 2009, p. 29)

No Brasil têm surgido iniciativas locais de criação de museus por parte das próprias comunidades (VASCONCELLOS, 2010, p.219) e no caso de três dos 11 municípios estudados parece claro o encaminhamento neste sentido como veremos adiante.

4- SEQUÊNCIA OPERACIONAL

Numa primeira etapa, após a delimitação dos onze municípios foi realizado o apontamento do patrimônio arqueológico e cultural material que está nas mãos de universidades, frutos de pesquisas acadêmicas e projetos de salvamento. Para tanto, foram realizadas pesquisas em bibliotecas Universitárias e municipais e duas visitas ao IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São Paulo no ano de 2009.

Em seguida, por meio de visitas, foram identificados através de questionários a autoridades públicas municipais, prefeitos, secretários ou diretores de cultura e educação, a existência de patrimônio arqueológico, edifícios históricos locais tombados ou não em cada UGGP, juntamente com uma análise da política de tratamento dada a cultura material local – arqueológica, histórica e arquitetônica e possíveis conjunções.

Nesta etapa, também foram estudados a existência e reconhecimento legal de bens arqueológicos, além da existência ou não de acervos municipais em museus, nas mãos de colecionadores particulares ou fruto de arqueologia preventiva.

Em uma terceira etapa foi realizada uma pesquisa com professores de história e geografia das redes municipais e estaduais sobre o uso do patrimônio arqueológico e histórico na formação educacional dos estudantes.

No final do trabalho foram organizados textos que indicam algumas estratégias e diretrizes para os municípios utilizarem de forma qualificada seu patrimônio arqueológico e suas conjunções. Também foram propostos cenários de ocupação humana, textos e mapas, segunda aproximação[20], baseada no patrimônio arqueológico e histórico-arquitetônico e suas conjunções.

Além destas tarefas, houve a contextualização etno-histórica dos onze municípios convergindo para o município de Itapeva e com outras áreas circunvizinhas numa tentativa de esboçar um cenário pré-histórico e histórico regional inserido cronologicamente com cenários da formação da sociedade nacional.

5- RECORTE REGIONAL: CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS

A bacia hidrográfica do Paranapanema está situada entre a região sudeste e sul do Brasil e desemboca na bacia do rio Paraná e de lá para a bacia do rio da Prata.

O Comitê de Bacias Hidrográficas do Alto Paranapanema[21], sigla CBH – ALPA, indica a existência de 34 municípios pertencentes à Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Alto Paranapanema, esta denominada pela sigla UGRHI -14.

---

[20]A primeira aproximação/tentativa de construção de cenários de ocupação humana para Itapeva e região foi realizada em Arqueologia de Itapeva/SP: contribuição a formação de políticas públicas para a gestão patrimonial. Araújo, Silvio A. C. Dissertação de Mestrado apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, dezembro de 2006. Por certo, no futuro, haverá outras aproximações. Originalmente a construção de cenários de ocupação no Paranapanema é indicada por José Luiz de Morais no Inventário do patrimônio arqueológico do município de Itaí, Estado de São Paulo. Relatório Técnico referente ao ProjPar - Projeto Paranapanema: cenários da ocupação humana e meio ambiente da Bacia do Rio Paranapanema.São Paulo, 1996.
Disponível em <http://www.sigrh.sp.gov.br/sigrh/ARQS/RELATORIO/CRH/CBH-ALPA/136/pdf> Acesso em: 04/05/2011.

O rio Paranapanema como um todo está dividido em três partes distintas no estado de São Paulo ou UGRHIs, são: o Alto Paranapanema (aqui denominado Paranapanema Superior por estar à área de estudo na extrema cabeceira da bacia), Médio Paranapanema e Pontal do Paranapanema.

As bacias hidrográficas limitantes do Alto Paranapanema são: Bacia do Médio Paranapanema ao norte, ao sul a Bacia hidrográfica do Ribeira de Iguape, a leste com as bacias Tietê/Sorocaba e a oeste a bacia do rio Itararé é divisora de limite estadual, neste estado do sul do Brasil a bacia do rio Itararé tem limites com as bacias do dos rios Ribeira, Tibagi e Cinzas.

A vegetação original predominante, hoje quase toda alterada, é composta por Mata Atlântica, Cerrado e Mata de Araucárias com pequenas áreas de campos nativos, esta última, ocorre principalmente em Itararé e Bonsucesso de Itararé, incluindo campos rupestres em Itapeva.

Dentro da perspectiva dos domínios morfoclimáticos brasileiros o território compreendido pela bacia do alto Paranapanema insere-se numa faixa de transição[22] entre as áreas nucleares dos Domínios das Araucárias ao sul e sudeste e os Domínios dos Mares de Morros a leste, norte e oeste. Essa transição entre esses domínios e de vegetação é apontada por Aziz Ab' Saber (2003).

> Cumpre assinalar que as araucárias estão vinculadas aos planaltos ondulados da vasta hinterlândia do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde predominam climas temperados úmidos, de altitude. A transição entre o mosaico de matas e cerrados começaria na Depressão Periférica paulista, entre os municípios de Pirassununga e Sorocaba, seguindo para o setor de campos e bosquetes de pinhais existentes entre Capão Bonito e Itapeva. Quando se entra no Paraná por Sengés, ocorre um derradeiro encrave de cerrado, o mesmo acontecendo bem para o norte do estado, na região de Campo Mourão. (AB' SABER, 2003, p. 102)

Apesar da existência de diferentes tipos de vegetação nativa, atualmente restam poucos locais preservados, entre estes estão:

---

[22] Segundo Aziz Ab' Saber faixas de transição são interespaços de transição entre os domínios paisagísticos. Cada setor desses interespaços ou faixas de transição representam a combinação sub-regional distinta de fatos fisiográficos e ecológicos. (AB' SABER, 2003: p 12)

A Estação Ecológica de Itapeva[23] com 106,0ha de Cerrado e Cerradão, onde afloram espécies como o angico-preto (*Anadenanthera macrocarpa*) e o ipê-amarelo (*Tabebuia ochracea*). Espécies de aves e mamíferos encontram refúgio na reserva, a unidade de conservação preserva, entre outros mamíferos, o veado-campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*), o tamanduá (*Tamandua tetradactyla*) e a lontra (*Lutra longicaudis*). Entre as aves, o jacu (*Penelope obscura*), a juriti (*Leptotila verreauxi*), a perdiz (*Rhynchotus rufescens*) (http://ambientes.ambientebrasil.com.br/).

Estação Ecológica de Itaberá[24] predomina praticamente a mesma fauna, porém, a vegetação é composta por floresta estacional semidecidual com ocorrência de pinheiro brasileiro ou do Paraná (*Araucária angustifolia*) (http://ambientes.ambientebrasil.com.br/).

As duas estações ecológicas distanciam-se aproximadamente 30 km uma da outra.

Em relação à estrutura geológica do território brasileiro, a bacia do alto Paranapanema está situada entre duas áreas morfoestruturais a Bacia Sedimentar do Paraná e a Faixa de Dobramento do Atlântico (ROSS, 2001, p. 47).

Em relação à geologia predomina de leste, passando pelo norte e oeste do alto Paranapanema a Formação Itararé situada na escala geológica de tempo entre 290 a 251 milhões de anos atrás, inserida entre os períodos carbonífero superior a permiano médio. Em sua composição estão depósitos glaciais continentais, glácio-marinhos, fluviais deltálicos, lacustres e marinhos, compreendendo, principalmente arenitos de granulação variada, imaturos, passando a acróssios; conglomerados, diamictitos, tilitos, siltitos, folhelhos, ritmitos; raras camadas de carvão (IPT, 1981).

No sudoeste ocorre a Formação Furnas com idade aproximada entre 395 a 345 milhões de anos e inserida no período devoniano, sendo composta por depósitos marinhos, predominando arenitos de granulação grossa, feldspáticos, de estratigrafia cruzada de pequeno a médio porte e plano

---

[23] A Estação Ecológica de Itapeva foi criada pelo Decreto Estadual n° 23.791 de 13 de agosto de1985 <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/unidades_de_conservacao/estacao_itapeva> visitado em 18 de maio de 2011.

[24] A Estação Ecológica de Itaberá foi criada pelo decreto Estadual n° 26.890 de 3 de dezembro de 1987, <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/unidades_de_conservacao/estacao_itabera> Acesso em: 18/05/2011.

paralelo, incluindo, subordinadamente, arenitos finos, arenitos conglomeráticos e conglomerados oligomíticos basais (IPT, 1981).

A sul e sudeste encontram-se rochas do Grupo Açungui como quartzos, quartzitos, mármores, xistos entre outros que datam mais de 570 milhões de anos.

6- CARACTEIZAÇÃO DAS UGGPs

Dentre as 34 UGGPs do Paranapanema superior paulista foram selecionados para integrar este trabalho onze municípios, são eles: Bom Sucesso de Itararé, Buri, Capão Bonito, Guapiara, Itaberá, Itapeva, Itararé, Nova Campina, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande e Taquarivaí.

O que justifica a escolha das UGGP relacionadas são os laços históricos, sociais, culturais e econômicos com Itapeva como, por exemplo, o período e forma de fundação, desmembramento político, ciclos econômicos relacionados e a polarização territorial atual exercida por Itapeva, além do mais, são 11 municípios de um total de 34, o que representa 32% dos municípios do Paranapanema superior paulista, uma amostra considerável.

Alguns indicadores sócios econômicos da área de estudo são[25]:

PIB/*per capta* varia entre nos municípios de 5.700 a 14.300 reais por ano, contra 54.547 de média no Estado;

Sobre os setores das atividades econômicas o setor primário predomina com a produção de cereais (milho, soja, trigo), criação de gado para corte e leite, suínos, hortifrutigranjeiros, reflorestamento e exploração mineral com algumas indústrias simples relacionadas como serrarias, beneficiamento de minérios, fábricas de papel, cal, cimento e uma siderúrgica. O setor terciário também é simples.

O Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS regional na educação é de 62 contra 68 na média estadual; dimensão de riqueza é 31 sendo 58 no estado e no quesito longevidade são 66 contra 73, na média estadual.

A taxa de analfabetismo regional está por volta de 12% contra 6% na média estadual.

---

[25] Disponível em <http://www.seade.gov.br/atlasecon/index.php?texto=mapa&cap_cod=6> Acesso em: 12/10/2011. Dados relativos ao ano de 2008.

A população com Ensino Médio completo entre 18 e 24 anos é de 26,40%, a média estadual está em 41,80%.

Segundo o IBGE[26] a população dos 11 municípios da área de estudo contabiliza junta mais de 250 mil habitantes.

[26] Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 05/12/2011. Informações referente ao ano de 2010.

CAPÍTULO II: HISTÓRIA REGIONAL

1- BREVE HISTÓRICO DO PARANAPANEMA SUPERIOR

Segundo Douglas Teixeira Monteiro (1956, p.1-3), a história de Itapeva e região não pode ser entendidas com base em dados objetivos se, ao mesmo tempo, não conhecermos a história de Curitiba, Paranaguá, Castro, Lages, Itapetininga e Apiaí.

A penetração e ocupação das frentes nacionais de expansão da sociedade nacional na região sudeste do atual estado de São Paulo, tomando como área convergente o Paranapanema superior, ocorre através de dois flancos: pelo flanco sudeste na busca de ouro e nordeste pela captura de índios e depois pelo ciclo das tropas de muares e gado.

Supõe-se que flanco sudeste do Paranapanema superior é acessado por meio do litoral, entrada pelos portos de Iguape e Cananéia, foz do rio Ribeira de Iguape, este como via de acesso na penetração para o interior, acessando, assim, as nascentes do Paranapanema como o alto Apiaí e alto Almas.

O flanco nordeste, partindo também do litoral paulista (de São Sebastião e Santos) para os campos de Piratininga passando pela região onde seria instalada Sorocaba rumo à bacia do Paranapanema, provavelmente atravessando os rios Apiaí, Taquari, Verde, Pirituba e Itararé, caminhos obrigatórios na captura dos índios no sul.

Não foi possível estabelecer um período exato do contato (ligação) entre os exploradores de ouro do Vale do rio Ribeira de Iguape com os apresadores de nativos do Paranapanema superior. Porém, como veremos a seguir nas primeiras décadas do século XVIII, as minas de Paranapanema e Apiaí já eram conhecidas

1.1- O BANDEIRISMO PROSPECTOR E MINERADOR

Sobre o início da penetração no flanco sudeste, Sylvio Fróes Abreu (1975) aponta que a descoberta de ouro no Brasil deve ter se dado por volta do século XVI enquanto que no século XVII já havia lavras de extração em atividade. No princípio do século XVII já se conheciam aluviões auríferos dos afluentes do Rio Ribeira de Iguape. A produção do distrito tomou certo vulto e fez com que se estabelecesse uma casa de fundição em Iguape já por volta de 1637 (ABREU, 1975 p. 74).

Outras duas áreas importantes com descoberta e extração de ouro além do vale do Ribeira de Iguape, nos dois primeiros séculos de formação do Brasil, seriam: o litoral do Paraná por volta de 1579 e a vila de São Paulo, pico do Jaraguá no ano de 1633 (ABREU, 1973 p.479).

Em relação ao fim da mineração de ouro no rio Ribeira de Iguape, Andrada (1805) em viagem nas proximidades de Xiririca[27], atual município de Eldorado, escreve sobre a falência deste ciclo regional "*nas proximidades de Xiririca, córregos Ouro Grosso e Ouro Fino se vêem antigas lavras de ouro hoje abandonadas por não darem mais lucro*". Andrada menciona ainda que *"o arraial de Iporanga está deserto e com uma Igreja em ruína por falta de boas lavras"* (ANDRADA, 1805 p. 539-542).

Apiaí foi um antigo povoado do município de Sorocaba fundado oficialmente em 1771, na paragem já existente de Minas de Apiaí[28].

De acordo com Rubens Calazans Luz o primeiro assentamento de Apiaí seria próximo ao atual distrito de Araçaíba, na "Vila Velha do Pião" nas margens do rio Pião afluente do Apiaí (que por sua vez deságua no rio Paranapanema) enquanto o segundo assentamento estaria nas proximidades do bairro de Cordeirópolis e teria a denominação de "Vila Velha", sendo que o atual sítio urbano é o resultado de um terceiro assentamento o Paiolzinho. Segundo Luz (1996, p. 39) do princípio de 1600 a 1750 pode ser compreendido um período denominado como a fase "Pião" onde Apiaí nasceu e floresceu.

Segundo Agnaldo Valentin (2000) apesar de sua elevação à condição de vila ser datada de 1771, a localidade de Apiaí aparece claramente referenciada em documentos oficiais desde 1734, sendo o primeiro núcleo populacional

---

[27] Antigo povoamento de índios, mais tarde, povoação com a capela de Nossa Senhora da Guia, ereta em 16/01/1757, a margem do Ribeira de Iguape, município de Iguape. Por Ordem de 19-1-1763, em princípios do Século XIX (1807 a 1809), foi mudada a freguesia do lugar em que foi fundada para aquele local em que se encontra presentemente, com a denominação de Xiririca (Município Iguape depois Eldorado). Informações da Fundação SEADE, site visitado no dia 23/07/2011 disponível em http://www.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?arq.htm=historico/histhttp://www.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?arq_htm=historico/hist_14809.htm

[28] O povoado foi fundado em 23/07/1771 na paragem de Minas de Apiaí. Informações SEADE <http://www.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?arq_htm=historico/hist_02705.htm> Visitado em 23/07/2011.

originado de um deslocamento de mineradores do arraial de Nossa Senhora da Conceição de Paranapanema[29] (VALENTIN, 2000, p.1-2).

Manuel Eufrásio de Azevedo Marques aponta Francisco Xavier da Rocha como fundador de Santo Antônio das Minas (Apiaí) no lugar denominado Capoeiras[30] e que teria entrado pelo lado de Paranapanema (MARQUES, 1980, p.84-85)

A existência de uma paragem[31] que antecede a fundação oficial da vila de Apiaí em 1771 e a existência de fontes históricas nas primeiras décadas (1730 a 1770) faz supor a existência de trajetos entre o vale do Ribeira e o Paranapanema superior em período anterior ao século XVIII.

Segundo Aluísio de Almeida muitos moradores de Sorocaba no século XVIII preferiram minerar dentro do próprio município, nas minas já conhecidas de Paranapanema e Apiaí, isso em 1724 (ALMEIDA, 1951, p. 27).

Segundo Almeida:

> Em 1717 Miguel de Barros, morador de Sorocaba descobriu ouro de lavagem nas cabeceiras do Paranapanema [...] Em 1728 o Governador Antônio Silva Caldeira Pimentel veio a Sorocaba e foi ao Paranapanema, no arraial de Nossa Senhora da Conceição. Deu muitas sesmarias, p.ex. ao Ituano Sarutaiá. Havia também o arraial de Santo Antônio das Bateias, que deve ser a atual capela de Santo Antônio no rio Apiaí–Mirim, origem da vila de Apiaí que foi mudada depois (ALMEIDA, 1951, p. 22).

O estudo sobre o governo de Morgado de Mateus no período de 1765 a 1775 realizado por Heloisa Liberali Bellotto (1976) corrobora a existência de ouro no Paranapanema, com uma produção[32] diminuída, esgotando-se em curto espaço de tempo.

---

[29] Posteriormente Freguesia Velha e depois de mudada de lugar onde está à pequena cidade Ribeirão Grande,

[30] Hoje distrito de Araçaíba que dista cerca de 16 quilômetros de Apiaí. Disponível em <http://apiai.sp.gov.br> Acessado em 24/02/2011.

[31] Denominação de lugar, sítio, ponto de parada. Retirado de http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal= paragem visitado em 23/07/2011.

[32] A produção de ouro era medida através de onças. Uma onça equivale a 28,6872 gramas, uma oitava é uma onça dividida por oito partes. Então uma oitava é igual a 3,5859 gramas <www.snb.org.br/boletins/pdf/54%20%E2%80%93%20Quanto%20Pesa%20o%20Peso.pdf> Acessado em: 27/07/11. Site da Sociedade Numismática Brasileira, artigo de Jairo L. Corso.

> As minas de Paranapanema sempre tiveram extração reduzida (faisqueiras tão diminutas) eram os garimpeiros atraídos pelas lavras de Goiás e Cuiabá passando a produção de 1706 para 286 oitavas no decorrer de 6 anos, (1733-1738). (DOCUMENTOS INTERESSANTES VOL. 24, 1898, *apud* BELLOTTO, 1976, p.238).

Segundo a pesquisa denominada "Histórico dos Encanados" desenvolvida por Emmanuel Sócrates Batista Dias de Souza (2006) tendo como fonte o Inventário da Fazenda Guapiara, termo de abertura do processo administrativo de fiscalização em 18 de janeiro de 2000, existe dois decretos imperiais e uma autorização de lavra de ouro no alto Paranapanema na segunda metade do século XIX. São o Decreto Imperial n° 6.345 documentos 05 de 20 de setembro de 1876 e Decreto Imperial n° 7.153, nº 06 de 08 de fevereiro de 1879, concedendo permissão ao comendador José Maria Gavião Peixoto e Pedro Silva para explorar ouro, prata e outros metais na Comarca de Faxina, Província de São Paulo; Autorização concedida à Sociedade de Mineração, lavrada no 3º Tabelião de São Paulo – Capital em 23 de agosto de 1876, documento 08.

Já no século XX, Calógeras (1934) faz citação à antiga mineração de ouro no Paranapanema.

> O município de Capão Bonito em toda a parte no alto da Serra de Paranapiacaba onde tem suas cabeceiras o rio Paranapanema, há vestígios de ouro. Das antigas minerações resta como memória o nome de Guapiara, que ainda o districto conserva (CALÓGERAS, 1934, p.426)

O nome do atual município de Guapiara também é bem sugestivo com relação à exploração de ouro, vem de grupiara ou gupiara, que significa depósito sedimentar diamantífero ou aurífero encontrado em baixadas, ou na zona do leito dos rios (GUERRA, 2003).

Sylvio Fróes Abreu (1973, p. 479) apresenta o termo "grupiaras" como depósitos secundários de onde pode se extrair ouro.

Segundo Aluísio de Almeida, Guapiara teria sido inicialmente uma lavra de ouro descoberta por José Barros Lima, Francisco Nardy de Vasconcelos e o índio Ciríaco em 1742, no local denominado São José dos Pinhais (bairro vizinho da área urbana de Guapiara). Ciríaco seria administrado por Beneditinos de Sorocaba (2002, p. 112).

1.2- BANDEIRISMO DE APRESAMENTO

Sobre o flanco nordeste a relação entre São Vicente no litoral paulista via campos de Piratininga e o Paraguai na primeira metade do século XVI, Sérgio Buarque de Holanda crê na inexistência do caminho em período pré-colombiano e acredita ser precoce a ligação com o Paraguai logo no início da colonização (HOLANDA, 1948, p. 12).

Por outro lado, Reinhard Maack (1959) relata que nos anos de 1552-1553 Ulrich Schmidel, soldado e aventureiro, percorreu essa conhecida rota indígena entre Assunção, no Paraguai e a cidade São Vicente no litoral paulista descrevendo minucioso relato.

Esse importante itinerário que teria origem indígena e posteriormente denominada de “Caminho de São Tomé” pelos jesuítas. Ligava as “tribos da nação Guarany da bacia do Paraguay com a tribo dos Patos do litoral de Santa Catarina, com os Carijós de Iguape e Cananéia, e com as tribos de Piratininga e do litoral próximo” (CORTESÃO, 1955, p.16).

Dentro de um mapa que apresenta o trajeto e cronologia geral das expedições entre 1550 e 1720, Monteiro (1994, p.13), indica a ocorrência de expedições de resgate e apresamento de grupos Guarani por terra passando pelo alto Paranapanema no período de 1585 a 1641, depois surgem mais expedições de apresamento de outros grupos sobre tudo pós 1640.

A expedição de Nicolau Barreto, com a participação de 100 colonos, ao devassar o vale do Paranapanema em 1602-3, apresou cerca de dois mil cativos Tememinó[33] e já nas primeiras décadas do século XVII o itinerário usado pelos paulistas à caça do gentio guarani atingia o sertão dos Patos no atual estado de Santa Catarina e os sertões dos Carijós nas terras que

[33] Segundo John Monteiro, não deve ser confundido com outros Tememinó do estado Rio de Janeiro, este nome que se repete em diversos momentos e lugares nos documentos históricos do contato euro-indígena.

margeavam o rio Paranapanema, mais tarde o alvo principal se torna Guairá (MONTEIRO, 2005, p. 60-63).

1.3- O TROPEIRISMO

A referência histórica mais antiga sobre a pecuária encontrada até o momento sobre no Paranapanema superior é referente, região entre as cidades de Itapeva e Itararé datada de 30 de agosto de 1725.

> [...] Luiz Pedroso de Barros morador na villa de Pernayba desta capitania de São Paulo e de uma das principais famílias della que elle supplicante tinha fabricado e povoado algumas fázendas com escravos e gados vaccuns e cavallares no sertão do caminho da villa de Coritiba da jurisdição deste governo, sendo sita uma dellas entre o rio Verde e o rio Itararé adiante do rio Piritiba [...] (ARCHIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1921, p.143-179 *apud* CORRÊA, 1997)

Segundo Celso Furtado a ocupação do trecho entre o sertão de Curitiba e Sorocaba, era uma atividade de penetração extensiva e itinerante tal como no nordeste (FURTADO, 1997, p. 57).

Para Caio Prado Júnior (1989, p.203) a pecuária no sul teria sido iniciada pelos Jesuítas das Missões do Uruguai ou por colonos castelhanos do Paraguai no início do século XVII.

O caminho de São Paulo a Sorocaba começou a ser prolongado para o sul em torno de 1693, no início até Curitiba, pelos criadores de gado e, mais tarde, de 1721 a 1725 levado ao Rio Grande do Sul através do traçado feito por Francisco de Souza e Faria e depois refeito por Cristóvão Pereira de Abreu (SILVA BRUNO, 1967).

Para Maria Tereza Schorer Petrone (1976) os caminhos de Sorocaba a Itapeva e para Castro e de lá para Curitiba e o Sul do país se fizeram, em grande parte pelo transporte de boi e pelas tropas de cavalos e burros trazidas do sul do país. A criação oficial de Itapeva se insere no denominado “ciclo do tropeirismo”, sendo uma das “estações de invernagens”, para muares, eqüinos e bovinos antes de serem vendidos na feira de animais em Sorocaba. Sendo a

área de Faxina e Itapetininga ponto obrigatório de passagem das tropas (PETRONE, 1976, p. 61).

Na vila dos tropeiros, como era conhecida Sorocaba, ocorre uma das mais movimentadas reuniões de compradores e condutores de mulas: a feira de muares (TRINDADE, 1992, p.55).

Nos campos de Faxina, Capão Bonito e Itapetininga os colonos, formavam importantes "estações de invernadas[34]" próximas estrategicamente a feira de Sorocaba enquanto os nativos locais eram exterminados ou trazidos a "civilização".

O Vigário de Faxina, José Custódio de Camargo era proprietário de uma dessas estações de invernadas, a Fazenda Pilão d'Água de Santana, e tinha negócios com Antônio da Silva Prado, o Barão de Iguape. Em 1828, seiscentas cabeças de muares são recebidas e bem tratadas em Faxina por José Custódio de Camargo, sendo depois, encaminhadas para Feira de Sorocaba (PETRONE, 1976, p.64). Itapeva, Itapetininga e Capão Bonito tinham a função de engorda, cria ou espera por bom preço antes dos animais de serem vendidos na feira de Sorocaba.

Não só os campos de Faxina são importantes, no contexto do tropeirismo; os habitantes do Paranapanema eram também personagens constantes deste cenário. Segundo Carlos Eduardo Suprinyak[35] em relação à distribuição geográfica dos condutores de tropas no período de 1830 a 1869, dentre as 70 localidades registradas, as três mais relevantes foram Castro, Lapa e Ponta Grossa no Paraná, seguidas por três localidades paulistas Sorocaba, Faxina e Itapetininga (SUPRINYAK, 2008, p. 337).

Esses primeiros faxinenses colonos, tropeiros e índios são comumente lembrados pelos atuais cidadãos de Itapeva. São comuns os causos contados por memorialistas, idosos ou folcloristas que tem passagens como: *"Meu avô era tropeiro no sul"* ou ainda *"a mãe da minha avó era bugre, foi pega no sertão a laço".* Um discurso regional interessante e com razoável fundamento histórico.

---

[34] Termo utilizado por Maria Tereza Schorer Petrone (1976) no livro Barão de Iguape para designar área ou propriedade onde o eqüino, muar ou bovino: descansa, cria e re-cria, engorda ou espera por um bom preço antes de ser vendido na Feira de Sorocaba.

[35] Suprinyak, Carlos Eduardo. O mercado de animais de carga no centro sul do Brasil imperial: novas evidências. Estudos Econômicos [*on line*]. 2008, vol 38, nº2, pp 319-347. Visitado em 20 de maio de 2011em www.scielo.br/pdf/ee/v38n2/a05v38n2.pdf

Jean Baptiste Debret em passagem pelo caminho de Viamão rumo ao sul retrata sua passagem pelas vilas de Sorocaba, Itapeva da Faxina, rio Itararé, Castro e Campos Gerais. Vide figuras 1 a 4.

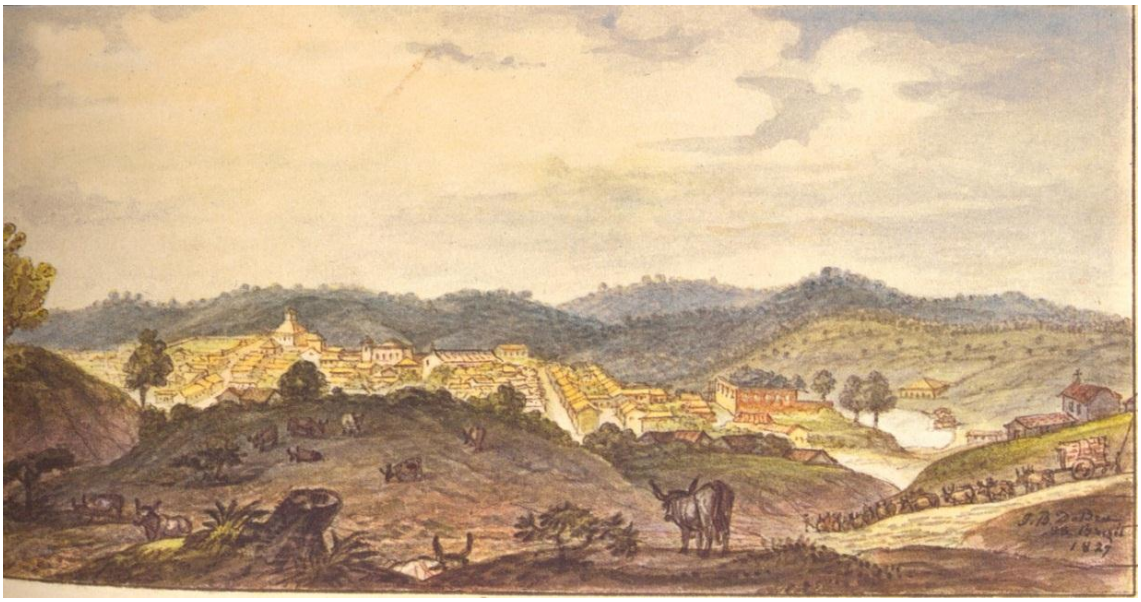


Figura 1: Prancha de Jean Baptiste Debret de Sorocaba em 1827. Extraído de “Debret e o Brasil” - Obra Completa. Julio Bandeira e Pedro Corrêa do Lago. Editora Capivara Ltda, 2009.

Figura 2: Prancha de Jean Baptiste Debret da passagem sobre rio Itararé por tropas em 1827. Hoje, segundo habitantes de cidade de Itararé, local próximo a passagem denominada Barreira. “Debret e o Brasil” - Obra Completa. Julio Bandeira e Pedro Corrêa do Lago. Editora Capivara Ltda, 2009.

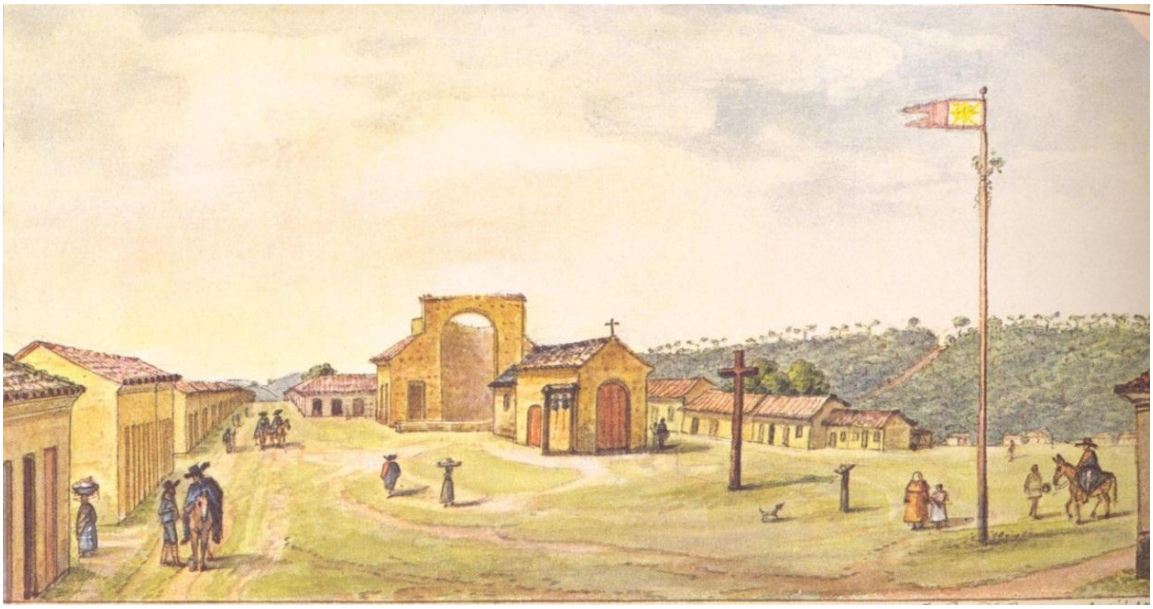


Figura 3: Prancha de Jean Baptiste Debret da passagem por Castro no Paraná em 1827. Extraído de “Debret e o Brasil” - Obra Completa. Julio Bandeira e Pedro Corrêa do Lago. Editora Capivara Ltda, 2009.

Figura 4: Prancha de Jean Baptiste Debret da passagem pelos Campos Gerais no Paraná em 1827. Extraído de “Debret e o Brasil” - Obra Completa. Julio Bandeira e Pedro Corrêa do Lago. Editora Capivara Ltda, 2009.

Dentro do contexto político, o ministro dos negócios Estrangeiros e de Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo o futuro Marquês de Pombal, promove, em 1765 a restauração da capitania de São Paulo. Para isso nomeou governador da Capitania D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, cujas

metas eram: exploração territorial, povoamento e urbanização, fomento econômico, fortalecimento militar para a defesa do sul contra a ameaça espanhola e sedimentação das fronteiras na região dos conflitos do Prata (KOK, 2004, p.52).

Segundo Maria Fernanda Derntl (2007; 2009) a fundação de vilas e freguesias por Morgado de Mateus na Capitania de São Paulo a partir de 1765 faria parte de uma política de proteção territorial, inclusive a do litoral sul, a consolidação do Caminho de Viamão e o fortalecimento econômico com a exploração de possíveis riquezas nos Campos de Guarapuava.

O combate aos Jesuítas, a assimilação dos indígenas, a dispersão da população pelos sertões da capitania justificariam a necessidade de fundação de novas vilas e freguesias por Morgado de Mateus (DERNTL, 2009, p.60-61).

Em carta[36], o ministro secretário de Estado do Reino Sebastião José de Carvalho e Melo ordena ao governador da Capitania de São Paulo D. Luis Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, *"a fundação de vilas nas aldeias de índios e nos lugares que para isso se acharem próprios*".

A ação governamental era respaldada pela Igreja ao ponto se ser exigido dos clérigos estreita colaboração com o poder civil no sentido de controle dos povoadores, incentivo ao trabalho e evitar possíveis conflitos.

> A rede eclesiástica precedia a rede civil e, em termos jurídicos, ficava submetida a ela. Através da Igreja, de suas instâncias de base, umbilicalmente ligadas às do próprio Estado, a institucionalização de povoados dispersos dava-se, inicialmente, pela oficialização de sua ermida. A elevação de uma comunidade ao estatuto de capela curada significava a ascensão de uma região inóspita a núcleo reconhecido pela Igreja e também a garantia de visita de um pároco (cura). Tanto o acesso à assistência religiosa como o reconhecimento de fato e de direito perante a Igreja e o Estado motivavam a solicitação junto ao bispado. A subsequente elevação à condição de freguesia garantia o acesso ao batismo, ao casamento, ao amparo dos enfermos, aos sacramentos, aos registros de

[36] Carta do Ministro Secretário de Estado do Reino Sebastião José de Carvalho e Melo para o governador da Capitania de São Paulo D. Luis Antônio de Sousa Botelho Mourão. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 26 de julho de 1766. (Lata 62, ordem 420, livro 169 FL.130-131, *apud* Maria Fernanda Derntl, 2009, p.60-61).

> nascimento, de matrimônio, de óbito, com todas suas implicações jurídicas e sociais. Para além do acesso ao rito litúrgico, a elevação de uma capela a freguesia implicava em usufruto da formalidade civil. Na freguesia, a antiga ermida merecia nomenclatura de matriz, ganhando a construção de uma sacristia anexa. Para lá se dirigia a população das capelas curadas vizinhas, para registro de nascimentos, matrimônios e óbitos. No entanto, em caso de auxílio jurídico, ambas – capela ou freguesia –, recorriam à vila de cujo "termo" eram parte. A elevação ao estatuto de vila significava acesso a uma outra institucional e à autonomia política e administrativa [...] Em solo urbano, a elevação à categoria de vila implicava na concomitante edificação de uma casa de câmara e cadeia e de um pelourinho fronteiro a ela. Símbolos da autonomia municipal e sede da administração, os vereadores e juízes cumpriam, na câmara, funções legislativas, executivas e judiciárias (BUENO, 2009, p. 253)

Então, Faxina hoje Itapeva, surge de uma organização política, administrativa, militar, econômica e demográfica do estado com apoio da Igreja baseado na pecuária.

Essa organização faria parte de um plano maior, o fortalecimento da Capitania de São Paulo.

O paulista Antônio Furquim Pedroso sob o mando de Morgado de Mateus[37] fundou a freguesia de Faxina[38] em 1776, no lugar denominado Vila Velha, à margem esquerda do rio Apiahy-Guaçu, depois foi transferida para uma paragem[39] de tropas que já existia nas margens da estrada geral, local onde se encontra até hoje (O SUL DE SÃO PAULO, 1889, p.5).

Com relação a população nativa existente na região, segundo Dora Shellard Corrêa (1997).

---

[37] O mesmo, já referido D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão.

[38] O nome atual, Itapeva, é conseqüência de mudanças no decorrer dos séculos. Em 31 de março de 1838, seu nome foi alterado para Itapeva da Faxina e, em 20 de julho de 1861, a vila recebeu foros de cidade, mas somente em 30 de novembro de 1938 teve sua denominação alterada para Itapeva, que tem origem tupi: *itá*, "pedra" e *peba*, "chata", "de pouca altura". Disponível em http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/hist/hist_224.pdf e acessado em 08/09/2011.

[39] Observa-se o fato de que a paragem tropa (o atual sítio de Itapeva) é pré-existente a sua fundação oficial em 1776.

> Com Morgado de Mateus empreendeu-se uma ação de proteção contra investidas dos Guaianá e Coroado, como denominavam na época os grupos que habitavam próximos á estrada dos tropeiros, entre Itapetininga e Lajes. Ao mesmo tempo, procurou-se, sem sucesso, penetrar e tomar os campos ao largo da mesma estrada, á frente de Curitiba. O estabelecimento de Itapeva da Faxina em 1769, e a invasão dos Campos de Guarapuava no início da década seguinte, marcaram ofensivas do Estado Colonial sobre terras indígenas. Uma guerra que se estendeu até por volta de 1830, resultando na escravização, recuo e extermínio dos Kaingang (CORRÊA, 1997, p.128).

O naturalista August de Saint-Hilaire que passa por Faxina no caminho de Viamão em 1820 e registra a criação de gado que abastece a cidade do Rio de Janeiro. Dentre os vários elementos regionais destacados por ele estão: a paisagem, a economia, a composição étnica e a frequente e triste caça aos índios.

> Desde que havíamos deixado São Paulo, todas as pessoas procedentes do Sul que encontrávamos pelo caminho nos falavam dos índios de Itapeva, assustando o meu pessoal com mil histórias trágicas. É bem verdade que nessa época bandos de selvagens habitavam as matas vizinhas da estrada e que adiante de Itapeva eles viviam quase à beira dela, sendo vistos principalmente entre os rios Itararé e Jaguariaíba. É igualmente verdade que eles várias vezes tinham depredado as propriedades situadas perto da mata. Raramente, porém, aventuravam-se até a estrada. [...] Todos os anos os milicianos de Itapeva se reuniam e se embrenhavam nas matas a caça dos índios. Eram bastante hábeis nisso, e raramente voltavam sem que aprisionassem mulheres e crianças. Seu entusiasmo era despertado não apenas pelo desejo de afastar dali os seus perigosos vizinhos como também pelo interesse em fazer prisioneiros, pois era-lhes permitido escravizar os cativos durante quinze anos ou vendê-los por esse prazo de tempo. (SAINT-HILAIRE, 1972, p. 284)

Também em passagem por Faxina, no ano de 1827, o artista Jean Baptiste Debret denomina os nativos civilizados de Itapeva como “soldados índios”. Estes, de acordo com o viajante, com incentivo do Governo Imperial, vão à caça e extermínio dos indígenas da região.

> Encontram-se na província de São Paulo, comarca de Curitiba, as aldeias de Itapeva e de Carros [sic], que significa "Castro", cuja população inteira se compõe de famílias de “caçadores” (corpo do exército) índios, empregados pelo governo brasileiro para combater os selvagens e rechaçá-los pouco a pouco das regiões próximas às terras cultivadas. Sua farda constitui-se de um boné de pano, de gomos de diversas cores, franzido na aba para se ajustar ao tamanho da cabeça, de uma camisa, de um colete de pano cujo traseiro difere, na cor, do dianteiro e de amplas calças brancas de algodão, cortadas à moda espanhola e terminado com franjas. Não usam calçados nem meias. Esses soldados aguerridos carregam seus víveres dentro de um saco e dormem à noite nas florestas sem ascender fogo, para não serem pressentidos pelos selvagens que procuram surpreender. Atualmente, em determinada época, o governo lhes distribui munições para que se ponham em marcha; depois de partir, só voltam quando esgotam suas provisões de guerra; descansam, então, até a campanha seguinte. Durante esse intervalo, cultivam suas terras e servem de guias aos viajantes estrangeiros. Sua tática consiste em atacar os ranchos dos selvagens, matar os homens e procurar fazer prisioneiras as mulheres e crianças. Selvagens eles próprios outrora, conhecem melhor que os europeus os ardis que devem ser empregados nessas expedições (DEBRET, 1965, p. 53).

Segundo Dora S. Corrêa (1997) os poucos índios[40] que sobrevivem à caça, escravidão, doenças são pressionados pela instalação de novas fazendas e refugiam-se próximo as matas adjacentes ao rio Verde, a oeste de Itapeva, estes por sua vez encontram-se com grupos Caiuá e Guarani em migrações messiânicas vindos da bacia platina em busca da “*Terra sem Males*” e que,

[40] Chamados de Guaianá, provavelmente os Kaingang.

provavelmente, atingiriam o litoral, porém, ao contrário do grupo Guaianá são pacíficos e, portanto sujeitos ao aldeamento[41].

> O estabelecimento do Aldeamento de São João Batista do Rio Verde, com índios que estavam em movimento para costa, selou a destruição do sertão de Itapeva e a sua transformação paisagística a partir de uma lógica completamente diferente da que tinha vigorado até então. Os Guaianá soberanos históricos daquele território foram mortos quando não escravizados ou expulsos para longe; os Caiuá, Guarani foram aldeados, bloqueados em sua marcha, e utilizados como mão de obra na agricultura local [...] O aldeamento, que a princípio, manteve sua área florestada e sofreu pequenas interferências em sua paisagem, parecia mais um pedaço de sertão enquistado em meio à civilização. A sua própria denominação, contudo, já expressava que ele não existia como fragmento de passado algum. Não era mais sertão e sim aldeamento; o domínio político desse espaço não estava com os índios, mas com o Governo, muito embora eles ainda determinassem a paisagem. Era um pedaço do presente, tanto quanto a sua porção invadida pelo povoado e pelas fazendas (CORRÊA, 1997, p. 173-4).

Ainda que boa parte do os índios adjacentes a Faxina estivessem aldeados, Teodoro Sampaio (1890) relata diversos conflitos com colonos ocorrido nas décadas de 1870 e 1880 na serra dos Agudos e em São Pedro do Turvo, hoje região administrativa de Marília, distante cerca 210 km a norte de Itapeva.

1.4- ALGODÂO, SUÍNOS E A AGROINDÚSTRIA INCIPIENTE

As atividades econômicas no Paranapanema superior, ao que tudo indica, não só a pecuária tropeira com muares e fazendas de criação de gado bovino, mantiveram Faxina e região no decorrer do final do século XIX e início do século XX.

---

[41]O Aldeamento de São João Batista do Rio Verde foi oficializado em 21 de agosto de 1845 e se transformou no atual município de Itaporanga - SP. Seu grande “benfeitor” foi o tropeiro e proprietário de terras Barão de Antonina.

As atividades econômicas como o plantio do algodão e seu beneficiamento, criação e venda de suínos e extração vegetal e mineração proporcionaram certa estabilidade e crescimento dos núcleos urbanos da região.

Em 22 de outubro de 1861 na sessão da câmara municipal de Faxina publicou que *"... nas freguesias de São João Batista e Bom Sucesso*[42] *editais recomendando a cultura do algodão, trigo e fumo, conforme recomendação do Exm. Governo da Província..."* (BARBOSA, 1987, vol. II p.17). Tal recomendação do governo provincial para a produção do algodão ocorre justamente poucos meses depois de iniciada a Guerra Norte Americana da Secessão (1861-1865)[43].

Na ata da câmara de vereadores de Faxina de 15 de novembro 1864 existem referências a leitura de circulares dirigidas pelo Ministério dos Negócios da Agricultura e dos Negócios de Obras Públicas, enviadas pelo Governo Provincial, relativas à plantação e colheita de algodão do município (BARBOSA, 1987, vol. II p. 28).

No dia 25 de julho de 1889, em uma circular da câmara municipal de Faxina é noticiado um recenseamento geral do município realizado pelo Coronel Emídio José da Piedade, que contabiliza produtos da agricultura e pecuária[44].

> Não obstante a excelência das terras do município e possuir elas grande extensão de terra roxa e massapé preta, a lavoura tem sido muito descurada e por isso já desapareceram alguns gêneros como a cana de açúcar, o trigo etc... que adaptavam-se perfeitamente à natureza do solo. Entregaram-se os habitantes, pela sua maior parte, à criação do gado suíno, cuja exportação é avaliada em mais de 30.000 cabeças anualmente, e na de gado vacum. Os campos do município que estão situadas as mais importantes fazendas de criar

---

[42] Respectivamente os municípios de: Itaporanga e Nossa Senhora de Bom Sucesso, hoje município de Paranapanema. Não confundir com o atual município de Bonsucesso de Itararé.

[43] A Guerra de Secessão (separação), nos Estados Unidos, teve início no dia 12 de abril de 1861 e foi um dos conflitos mais importantes da história dos Estados Unidos. A guerra civil foi marcada pelas diferenças políticas e econômicas entre as regiões Norte (industrial) e Sul (agrária). Disponível em <http://educacao.uol.com.br/historia/guerra-de-secessao-o-conflito-sep.jhtm> Acessado em: 11/09/2011.

[44] Ressalta-se que os atuais municípios de Buri, área de Lavrinhas (hoje Itaberá), Nova Campina e Taquarivaí nesse período compõem a "Faxina".

> de São Paulo. A principal fonte de renda para os lavradores consiste no engorde do gado bovino, que compram do Paraná e revendem para os municípios do norte e leste da província avaliando-se a média da exportação anual de 22.000 cabeças. Os principais gêneros da lavoura do município são: café, algodão, cana de açúcar, cereais e fumo. A exportação anual do algodão é calculada em 150.000 quilogramas e a do café em 180.000. (BARBOSA, 1987, vol. III p. 46,)

Dentre os gêneros agropecuários que supracitados destacam-se como um todo no alto Paranapanema no final do século XIX: o fumo e o café em Itapetininga; o algodão em Itapetininga e Faxina; o gado bovino em Capão Bonito, Faxina, Itapetininga, Rio Verde; o gado suíno em Capão Bonito, Faxina, Itapetininga, Rio Verde e Guareí; o gado cavalar e muar exportam em menor quantidade (SAMPAIO,1890, p. 39-41).

No ano de 1900, em 1º de setembro em uma das atas da Câmara Municipal de Faxina o vereador e Major Rodolfo Casemiro da Rocha aponta que são necessários esforços como propaganda aos lavradores e distribuição de sementes de forma gratuita para desenvolver a pequena lavoura de algodão do município. O vereador Arlindo de Castro indica ser necessário treinamento e a instalação de máquinas para beneficiar o algodão. A indicação foi aprovada (BARBOSA, 1987, vol. III p. 127).

O jornal local “O Tempo” de 9 de maio de 1910 apresenta a preocupação dos comerciantes locais em relação ao cultivo do algodão.

> Os srs. commerciantes estão convictos de que sem estabelecer-se uma lavoura forte de grande produção, que movimente os lavradores, e que venha para aqui dinheiro de outras praças, o comércio definha-se e o nosso município sofre forçosamente, e passará a ser a Faxina, uma cidade em decadência” (O TEMPO, 1910, p.3).

Alexandre Mariano Cococi também relata a existência de algumas atividades no Paranapanema superior, no ano de 1915, quando estava a serviço da Commissão Geográphica e Geológica do Estado de São Paulo.

> [...] dentro da bacia do rio Paranapanema, em sua parte alta perto das cabeceiras dos seus tributários, sendo os mais importantes: rio Itapetininga, que é formado pelo rio Turvo e Pinhal; o rio Apiahy, formado pelos rios Apiahy-Mirim e Apiahy-Guassú, o rio Tauquary,formado dos rios Tauquary-Guassú e Mirim; o rio Verde e o rio Itararé; além de outros menores, como sejam: rio das Almas, Lageados, Turvinho, Taquaral, Guapiára etc [...] As terras são de cultura e algumas de campos. Existem ainda muitos pinhaes e as principaes lavouras são: a do algodão e a do fumo. Egualmente tratam a indústria pastoril, sendo a creação de suínos em alta escala (COCOCI, 1915).

Segundo Sílvia Corrêa Marques e André Luiz Marques Barros (2011) o Coronel Acácio Piedade entre os anos de 1910 e 1915 participa como presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, trabalhando em prol do desenvolvimento da indústria e da lavoura de algodão na região sudoeste de São Paulo.

Durante a pesquisa foi possível identificar três barracões de beneficiamento de algodão em Itapeva, frutos deste ciclo econômico regional que tem cerca de 100 anos, são eles:

A primeira construção é do início do século XX (provavelmente em 1921), localizada na Rua Floriano Peixoto s/n e pertenceu a Sizenando Oliveira Vasconcelos. O prédio tinha originalmente, fachada em tijolos à vista e ficava ao lado de um potreiro[45], onde hoje está a Rua Epaminondas Ferreira Lobo s/n (FOLHA DO SUL, s/d). Coordenadas UTM 22K 715920/7345842 e altitude acima do nível do mar de 730 metros.

Outros dois barracões no qual se beneficiava algodão nas primeiras décadas do século XX e encontrados em Itapeva são:

O edifício do Supermercado Cofesa, loja nº 4, localizado na Praça 20 de setembro nº 326. Suas coordenadas UTM são: 22K 715641/7345607 com

[45] Potreiros são cercados para conter animais, em especial eqüinos e muares utilizados na lida diária. O potreiros foram construídos em áreas periféricas da cidade conforme ia se expandindo o núcleo urbano. Eram compostos por cercas de madeira, arame enfarpado ou em taipa de pilão (argila socada junto a estrume animal ou palha) ou ainda de pedras sobrepostas.

altitude de 720 metros. Construído segundo Barbosa (1985) em 1921 e pertencia a Luís Carriel.

O barracão da Rua Pirajú nº 247 na Vila Isabel está distante poucos metros da Estação Ferroviária da vila Isabel (Estação da Estrada de Ferro Sorocabana). A empresa Resisul Agroflorestal é proprietária do imóvel, lá ficavam as antigas máquinas da SANBRA – Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A. Suas coordenadas UTM são 22K 714600/7347966 com altitude de 670 metros.

Segundo Barbosa (1987) existia seis máquinas beneficiadoras de algodão em funcionamento em Itapeva nas três primeiras décadas do século XX.

Ao que tudo indica, de acordo com o Relatório da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, muitos municípios produziam algodão no sudeste paulista por volta dos anos de 1920, são eles: Itapetininga, São Miguel (atual São Miguel Arcanjo), Capão Bonito e Itararé.

No jornal "O Tempo" de Itapeva, nos anos de 1910, 1920 e início da década de 1930, foram observados anúncios oferecendo-se terras para o plantio (arrendamento e venda) e serviços de beneficiamento através de máquinas hidráulicas de descaroçamento do algodão, compra e transporte[46].

Cristina Jesus Vasconcelos Araújo Oliveira e equipe (2006) levanta elementos históricos da Fazenda Pilão d'Água em Itapeva desde o período escravagista, no início do século XIX até o ano de 2006 e contabiliza dentre outras atividades econômicas ocorridas na fazenda o plantio do algodão na década de 1920 e 1930 por Adelino Rolim ex proprietário da fazenda.

De acordo com a vasta bibliografia pesquisada o algodão produzido no Pranapanema superior era enviado para Sorocaba, Rio de Janeiro e em grande medida exportado para a Europa.

Vide fotos 1 a 9 sobre o ciclo econômico regional do algodão.

---

[46] Jornais "O Tempo" das décadas de 1910 a 1930 estão disponíveis para consulta na Biblioteca Histórica da Secretaria Municipal de Cultura, localização: Estação Cultura em Itapeva - SP.

Foto 1: Barracão de beneficiamentos de algodão construído em 1921. Endereço atual esquina entre Epaminondas Ferreira Lobo e Rivadávia Marques Júnior. Foto: Acervo eletrônico da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Itapeva.

Foto 2: Barracão de beneficiamento de algodão construído em 1921. Estado de uso e conservação em outubro de 2011. Endereço esquina entre Epaminondas Ferreira Lobo e Rivadávia Marques Júnior. Foto: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 3 e 4: Barracão de beneficiamento de algodão construído em 1918 pertencente a Luís Carriel. Estado de uso e conservação em outubro de 2011. Praça 20 setembro nº 326. Edifício do atual Supermercado Cofesa. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Foto 5: Barracão de beneficiamento de algodão que pertencia a Sanbra Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileira S. A. Estado de uso e conservação em outubro de 2011. Rua Piraju. Foto: Silvio A. C. Araújo.

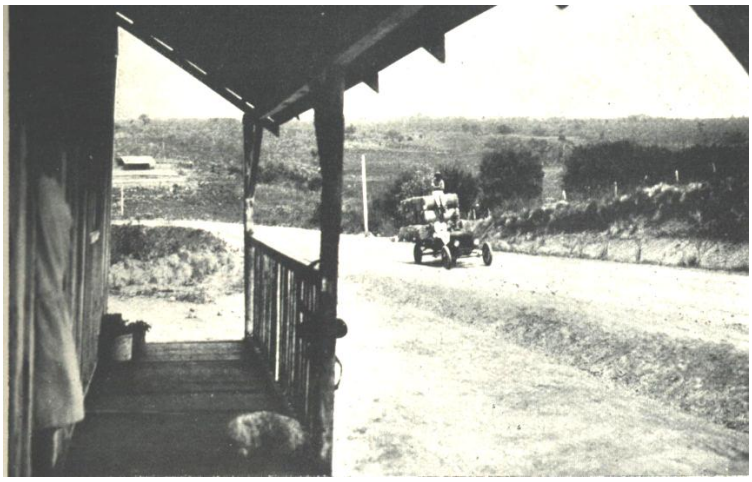


Foto 6: Transporte de algodão em Itapeva da Faxina na antiga Avenida Dr. Candido Rodrigues que ligava o centro da cidade (nas proximidades do atual primeiro correio a estação ferroviária). Foi secionada devido ao novo traçado urbano sendo dividida em: Avenida Dr. Candido Rodrigues, Avenida Brasil e Avenida José Ermírio de Moraes. Foto: Comissão Geográfica e Geológica do Estado São Paulo, 1927.

Foto 7: Transporte de em algodão em Faxina, local não identificado. Foto: Comissão Geográfica e Geológica do Estado São Paulo, 1927.

Foto 8: Transporte de algodão no rio das Almas em Capão Bonito. Foto: Comissão Geográfica e Geológica do Estado São Paulo, 1927.

Foto 9: Sr. Adelino Rolim no meio da plantação de algodão na década de 1930 na Fazenda Pilão d'Água. Extraído de Histórias de Itapeva: Fazenda Pilão d'Água (OLIVEIRA *et al*., 2006).

Sobre a produção de suínos e algodão foi impossível determinar o início dessas atividades, provavelmente, iniciaram-se com os primeiros colonos a pelo menos 250 anos, mas é certo que foi impulsionada pela instalação da Estrada de Ferro Sorocabana e seus ramais na segunda década do século XX.

Segundo Haydée Santos Galvão Mello (2002), Carlos Menk, a partir de 1918, inicia o comércio atacadista de suínos em sociedade com seu irmão Antônio Menk estabelecendo relações comerciais com os Estados do Paraná e

Santa Catarina em especial com Attílio Fontana – Fundador do Grupo Sadia - por meio da Estrada de Ferro Sorocabana. A mangueira[47] onde ficavam os porcos era na Chácara Boa Vista[48] de lá a *"porcada era tocada a pé (como se falava antigamente) pelas ruas da cidade".* Nas décadas de 1920 a 1940 em Itararé *"desenvolve-se um próspero comércio de suínos e outros investimentos como terras e fazendas produtivas, o algodão ainda está em alta nesse período. Quando aparecem as primeiras pragas do algodão a partir de 1940 (lagarta rosada e curuquerê), se encerra esse ciclo regional"* (MELLO, 2002, p. 36-51).

O ciclo regional que envolve os suínos dura até meados da década de 1950 e, ainda que em menor escala, continuava fazendo parte importante da economia regional.

Em 1953 a Fábrica de Banha de Antônio Pellissari, em Itararé, ainda produzia charque, carne defumada e banha através da compra de porcos de toda região (Itaporanga, Riversul, Itapeva, Itaberá, Apiaí entre outros municípios e distritos da região).

Segundo Maurício Pellissari[49] as raças suínas mais comercializadas foram Nilo, Piáu, Caruncho, Caruncho Mineiro e depois o Duroc.

Partes das instalações reformadas podem ser vistas na zona limítrofe urbana/rural na propriedade da família Pellissari, próximo ao bairro Santa Terezinha.

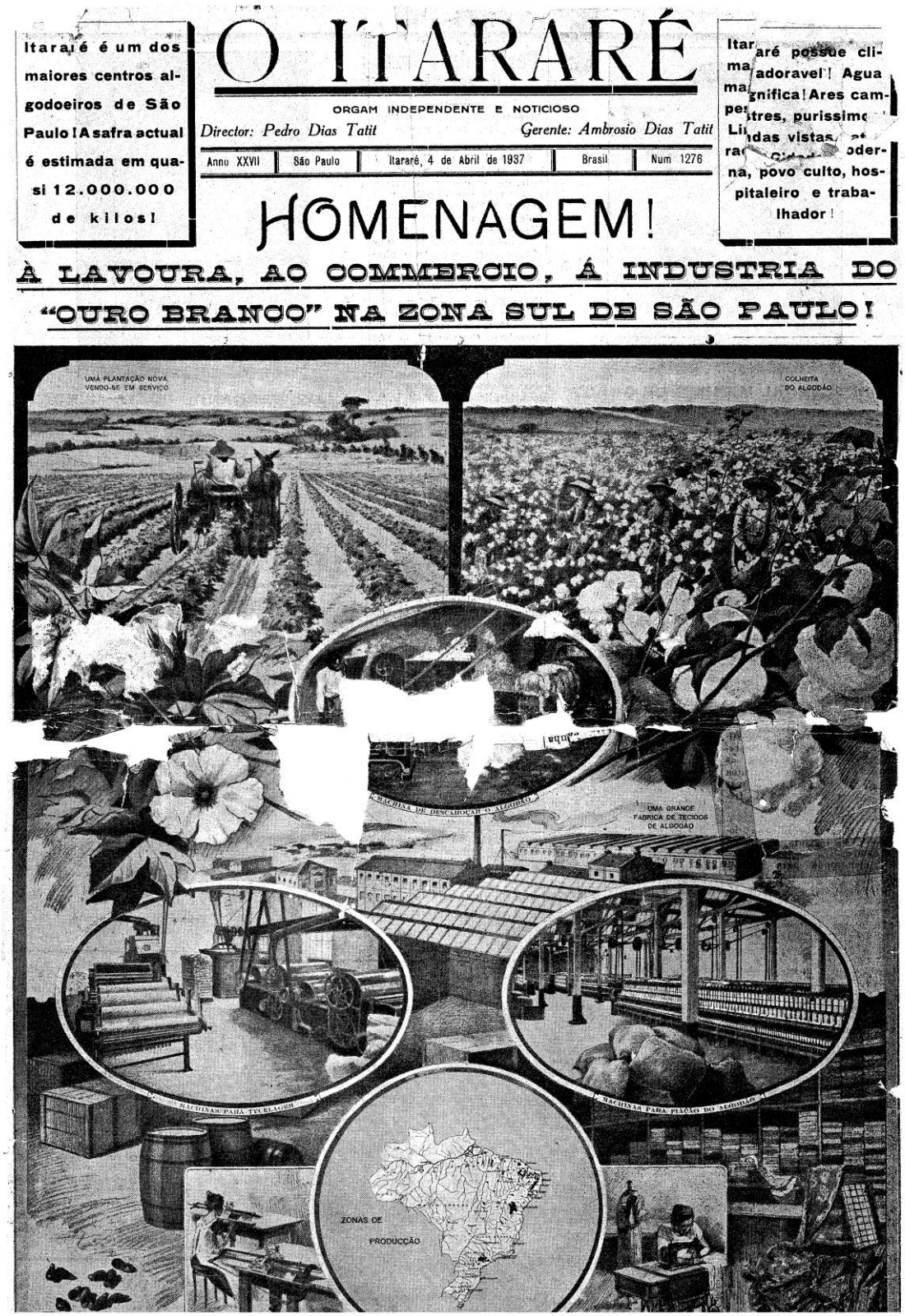
A figura 5 e as fotos 10 a 14 ilustram esta fase econômica por que passou a região.

---

[47] Mangueira é o local onde se criavam, engordavam ou eram confinados os porcos antes da venda (o termo serve para gado bovino eqüino, muar e suíno sendo utilizado até hoje pela região sudoeste paulista).

[48] Segundo Sr. Rui Furllani próximo ao atual Posto de Combustível Paraná próximo as margens da Rodovia Francisco Alves Negrão – SP 258 (atual região urbana a extremo sudoeste da cidade onde estão os bairros Novo Horizonte e Jurandir).

[49] Informações com base em Nota Fiscal nº 085 da Fábrica de Banha, Compra e Venda de Suínos de Antônio Pellissari blocos 01X25 Tipografia Tatit12/10/1953 e entrevista com Mauricio Pellissari em 20 de setembro de 2011.



Itararé é um dos maiores centros algodoeiros de São Paulo! A safra actual é estimada em quasi 12.000.000 de kilos!

O ITARARÉ

ORGAM INDEPENDENTE E NOTICIOSO

Director: Pedro Dias Tatit — Gerente: Ambrosio Dias Tatit

Anno XXVII | São Paulo | Itararé, 4 de Abril de 1937 | Brasil | Num 1276

Itar aré possue clima adoravel! Agua magnifica! Ares campestres, purissimo Lindas vistas, at ra oderna, povo culto, hospitaleiro e trabalhador!

HOMENAGEM!

À LAVOURA, AO COMMERCIO, Á INDUSTRIA DO "OURO BRANCO" NA ZONA SUL DE SÃO PAULO!

UMA PLANTAÇÃO NOVA VENDO-SE EM SERVIÇO

COLHEITA DO ALGODÃO

MACHINA DE DESCAROÇAR O ALGODÃO

UMA GRANDE FABRICA DE TECIDOS DE ALGODÃO

MACHINAS PARA TECELAGEM

MACHINAS PARA PIAÇÃO DO ALGODÃO

ZONAS DE PRODUCÇÃO

Figura 5: Jornal "O Itararé" exaltando a produção de algodão local em 1937. Imagem em formato eletrônico cedida pelo Sr. Rui Furllani em maio de 2009.

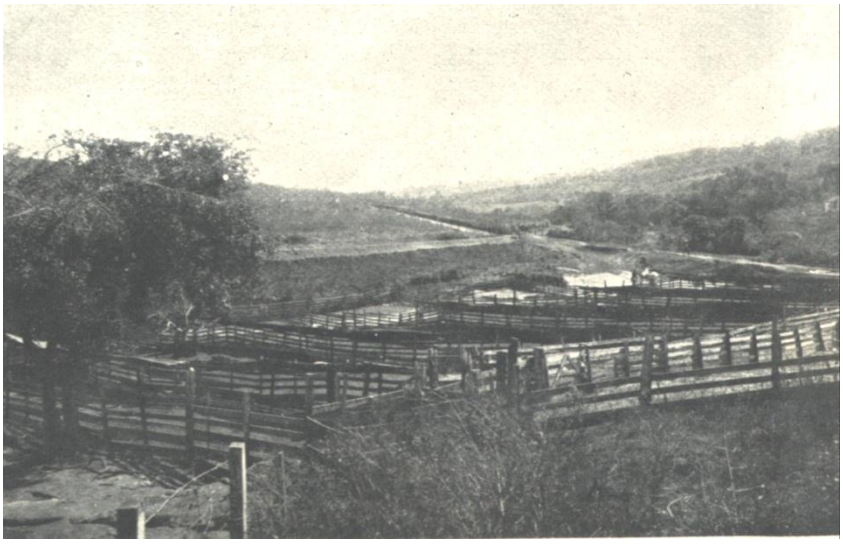


Foto 10: Depósito de porcos em Itararé. Foto: Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1927.

Fotos 11 e 12: Respectivamente: barracão reformado vista externa e interna da agroindústria de Antonio Pelissari – Fábrica de Banha e Compra e venda de Suínos. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 13 e 14: Respectivamente: casa de defumação de produtos da agroindústria de suínos e antiga mangueira dos porcos, hoje adaptada como um barracão para maquinários. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Outro empreendimento relacionado à agroindústria incipiente ocorre em Itapeva com a criação do segundo curtume por Robert Butzer[50] que esteve em atividade entre 1921 e 2001.

Butzer faz sua primeira tentativa de construir um curtume em 1920, na Estação Ferroviária de Gorita (entre Itapeva e Itararé), mas intempéries atrapalham com seu pequeno empreendimento e pouco mais tarde compra as terras onde está situado o atual curtume do Sr. Crescêncio Vasconcelos em 1920.

O empreendimento cresce consideravelmente nas décadas seguintes chegando a empregar mais de 50 funcionários, sendo o couro oriundo de açougues e fazendas da região (Itapeva, Itararé, Buri, Itaberá, Avaré, Itaí, vale do Ribeira e não raramente de outros estados como Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais e Mato Grosso entre outros).

O couro era tratado inicialmente com cascas de uma árvore nativa (barbatimão) gerando empregos indiretos na exploração de cascas por coletores (denominados casqueiros).

Butzer foi o primeiro registrar na junta comercial do Estado de São Paulo uma empresa de Itapeva, isso em 1936, junto com seu cunhado Leonardo Gehring, a empresa se chamou “Roberto Butzer e Gehering”.

O antigo curtume está situado na região limítrofe urbano/rural lado oeste da zona urbana de Itapeva, próximo aos bairros São Camilo e Vila dos Comerciários. Suas coordenadas UTM são 22K 713497/7344371 e altitude de 720 metros acima do nível do mar.

Como testemunho da antiga agro indústria que já completou 90 anos está um conjunto industrial composto por barracões, caldeira[51], chaminé, tanques, oficinas e casas construídas nas décadas de 1920 a 1960.

O curtume na década de 1930, pode ser observado na foto 15 e o atual entre as fotos 16 e 18.

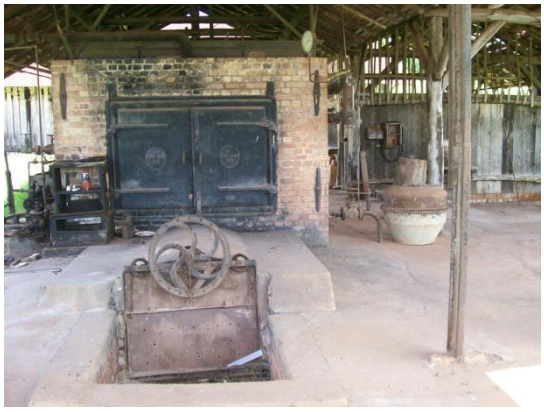
---

[50] Segundo Wilmar Butzer 76 anos, filho mais novo de Robert Butzer, seu pai nasceu na Alemanha e era ordenança do Capitão do Submarino U33 na Primeira Grande Guerra servindo a marinha de 1914 a 1918. Após a guerra vem para o Brasil em 1920 saindo do Porto de Sofia desembarcando em Santos. Casa-se com Ema Margarida Gehring em Itararé também alemã e até então residente em Fazenda Velha em Itaí – SP. Entrevista realizada em 21 de outubro de 2011. O entrevistado confirma sua história apresentando fotos e do pai com familiares na terra natal e em serviço na marinha alemã dentre embarcações sendo torpedeadas na Primeira Guerra Mundial..

[51] Fabricada pela Fábrica de Caldeiras a Vapor Cyclope S. A. de São Paulo do ano de 1949

Foto 15: Curtume/Empresa “Roberto Butzer e Gehring” fotografado na década de 1930. A casa no alto a direita serve como referência. Fotos: Roberto Butzer.

Foto 16: Curtume/Empresa “Roberto Butzer e Gehring” vista a partir do bairro São Camilo. Ano de 2011. Agora a casa está ampliada, as direitas da imagem entre ás árvores. Foto: Silvio a. C. Araújo.



Fotos 17 e 18: Respectivamente, vista interna das instalações do curtume e caldeira com forno. Outubro de 2011. Fotos: Silvio a. C. Araújo.

1.5- EXTRATIVISMO VEGETAL

Referente à extração vegetal, destacam-se a instalação de serrarias que aproveitam a floresta do pinheiro nativo (*araucária angustifólia)* e outras madeiras nobres para beneficiar e exportar para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina via estrada de ferro.

Dentre os registros bibliográficos (documentos históricos e eletrônicos) encontrados sobre este ciclo regional foram encontrados registro sobre algumas serrarias. São elas: Lumber instalada em Sengés, porém com exploração de madeira em Itararé, Itapeva, Ribeirão Branco e Apiaí; Junqueira Mello em Itararé (área do atual sítio urbano de Bonsucesso de Itararé); Sguario em Itapeva (atual município de Nova Campina).

Também foram encontrados menções de serrarias em Buri e Capão Bonito (Serraria do Cerrado) pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo (1927), locais não identificados**.** Também em Capão Bonito aquarelas produzidas pelo Tenente Alfredo Feijó sobre a Revolução Constitucionalista de 1932 registram e ressaltam com certa importância a localidade denominada de Serraria do Candoca e que, em suas proximidades, ocorreram batalhas na Revolução de 1932 (através de informações orais foi indicado como a área de uma grande empresa reflorestadora a oeste de Capão Bonito – distante cerca de 8 km – mas a informação não pode ser comprovada).

A Lumber[52] ainda que fora da área de estudo, em Sengés no Paraná, teve forte influência econômica em Itararé, foi um significativo empreendimento. Pois, com a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande criou-se uma conexão nesta cidade paulista que podia liga - lá tanto a cidade do Rio de Janeiro como a Montevidéu no Uruguai. Assim as estradas de ferro contribuíram para o escoamento de madeiras nobres e para a destruição das matas de araucárias. O início de funcionamento da Lumber, em Sengés, é

---

[52] A *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. A Lumber, como era chamada, foi fundada nos EUA e era uma empresa madeireira e colonizadora, subsidiária da empresa construtora da mais importante ferrovia do Sul do Brasil, a São Paulo – Rio Grande. A empresa instalou serrarias a partir de 1911 em área contestada entre os Estados do Paraná e Santa Catarina e também na região dos Campos Gerais do Paraná, na divisa com o Estado de São Paulo (CARVALHO & NODARI, 2009, p.1). Disponível em http://www.historiaambiental.org/index.php?option=com_content&view=article&id=190:a-lumber-o-contestado

incerto, talvez date da segunda década do século XX (CARVALHO & NODARI, 2009).

A Serraria Junqueira Mello foi fundada em 1929, da no bairro de Terra Boa em Bonsucesso de Itararé[53] dando origem a este núcleo sendo a primeira estrada aberta para acesso realizada pelas serrarias Junqueira Mello e Lumber, ligava Bonsucesso ao município de Itararé. A segunda estrada é aberta em 1948 por Luiz Sguario e ligava Bonsucesso de Itararé ao município de Itapeva.

A serraria Sguario foi fundada no ano de 1924, inicialmente desdobravam-se toras de imbuia e araucária em várias cidades nos estados do Paraná e São Paulo, mas com o escasseamento de matéria prima, iniciaram-se os projetos de reflorestamento com araucária e pinus, seguidos da construção de fábricas de pasta mecânica e papelão a partir da gradual desativação das serrarias[54].

Em 1994 a Sguario voltou a produzir madeiras serradas, baseada em reservas florestais próprias (http://www.sguariomadeiras.com), sendo a única antiga grande madeireira existente do início do século XX em funcionamento no sudoeste paulista.

Exemplos de serrarias podem ser observados entre as fotos 19 a 21.

---

[53] Bom Sucesso de Itararé foi criado em 30 de dezembro de 1991. Sua formação administrativa teve início recente, com a criação, em 27 de dezembro de 1985, do distrito com sede no povoado de Bom Sucesso, no município de Itararé. Resultou de uma série de desmembramentos e pertenceu a uma região cuja formação foi marcada pelo tropeirismo e pela extração de minérios. O patrimônio local foi formado por uma série de doações feitas por fazendeiros da região, que providenciaram a abertura de estradas de acesso ao povoado que, até então, costumava se comunicar com as demais localidades por antigas trilhas de tropeiros. Disponível em http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php visitado em 10/11/2011.

[54] Disponível em <http://www.temmais.com/Cidades/cidade_interna.aspx?cidade_d=5072> Acessado em 11/11/2011.

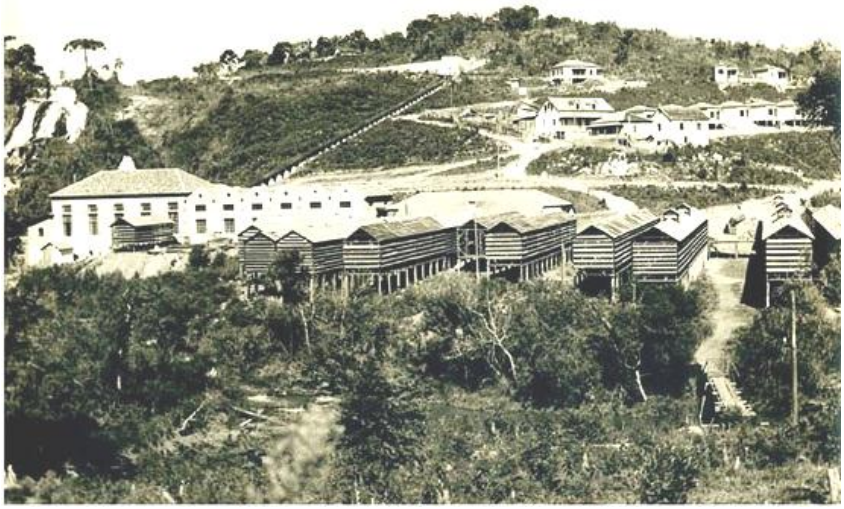


Foto 19: Sguario Madeiras na década de 1940 nas margens do rio Taquari Guaçu (Saltinho) em Itapeva, hoje município de Nova Campina. Foto: Claro Jansson/Sguario Madeiras. Disponível em <http://picasaweb.google.com/ivang.anjos/Itarar#5079746005126304514> Acessado em: 10/10/2011.

Foto 20: Serraria do Cerrado em Capão Bonito. Foto: Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1927.

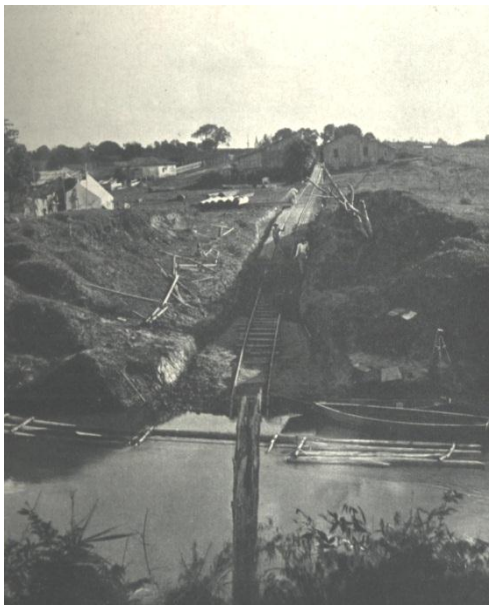


Foto 21: Serraria nas margens do rio Apiaí em Buri. Foto: Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1927.

1.6- EXTRAÇÃO MINERAL

Excetuando Itaberá com um surto não confirmado de exploração de ouro e diamantes[55] no fim do século XIX, é no século XX que a mineração regional em Itapeva e Itararé ganha corpo.

Ainda que possam existir algumas caieiras artesanais antes da década de 1930, no Paranapanema superior, empresas diversas iniciam suas atividades na década de 1940, como foi o caso da Mineração Almeida Prado, para a exploração de cobre no imóvel denominado Sítio do Tomé[56] em 1945.

Outros exemplos são:

O Decreto nº 30.073 de 17 outubro de 1951 autoriza através do Diário Oficial o cidadão brasileiro Antônio Navega Trancho a lavrar caulim no município de Itapeva, hoje Nova Campina;

A Companhia de Cimento Portland Maringá inicia suas atividades de produção em novembro de 1954 com exploração de calcário dolomítico em diversas áreas da bacia do rio Taquari Mirim e Taquari Guaçu. Bairros do Tamanduá, Água Quente e Fundão no município de Nova Campina.

---

[55] Disponível em < http://www.camaraitabera.sp.gov.br/> Acesso em: 29/11/2011.

[56] Decreto Federal nº 18.580 de 10 de maio de 1945. Autoriza o cidadão brasileiro João Baptista Anhaia de Almeida Prado a lavar a jazida de minério de cobre no município de Itapeva, no Estado de São Paulo. Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=92475 no dia 13/11/2011.

Sua fábrica foi instalada junto a vilas operárias no bairro Taquari, cerca de 5 quilômetros da cidade de Itapeva;

A Companhia Portland de Cimento Maringá e a vila operária na década de 1950 podem ser observadas nas fotos 22 e 23.

Foto 22 e 23: Companhia de Cimento Portland Maringá no final da década de 1950. Foto: Acervo digital da Secretaria de Cultura e Turismo de Itapeva. Em seguida antiga Vila operária - 1 da Companhia de Cimento Maringá em 1958. Extraído de <http://www.panoramio.com/photo/54648047> Acesso em: 09/11/2011.

O antigo Grupo Votorantin (atual Grupo Itaú) teve forte presença em Itapeva, com uma mina de calcário denominada Lavrinhas, próximo ao bairro do Alto da Brancal[57] sua fábrica estava situada ao lado da estação ferroviária da vila Isabel. Inicialmente denominada Companhia de Mineração São Matheus, a fábrica da Votorantim teve sua autorização de operação em 1950 com a produção da cal virgem e hidratada[58].

Atualmente os onze municípios da área de estudo comportam centenas áreas de lavras antigas de minerais diversos que não há como englobá-las neste trabalho devido à enorme quantidade e distribuição geográfica.

No entanto, um exemplo de caieira de pequeno porte pode ser encontrado em Itapeva na zona urbana entre o centro e o bairro da Vila Aparecida (na Rua Laudelino de Melo, ao lado do Córrego do Aranha e campo de futebol do Itapeva Clube). Escondida entre a vegetação de um barranco foi

---

[57] Brancal era o nome de uma das várias empresas mineradoras de calcário estabelecidas em meados de 1950 na zona rural de Itapeva, era de propriedade do Sr. Silvano Machado. Os trabalhadores que constituíam a mão de obra das minerações São Matheus e Brancal deram início ao bairro Alto da Brancal construindo suas casas a margem da estrada que ligava a cidade de Itapeva a cidade de Ribeirão Branco (quilômetro 18 aproximadamente). Disponível em <http://blogpretomattos/2011/07/bairro-alto-da-brancal.html>

[58] Disponível em http://www.memoriavotorantim.com.br/NossaHistoria/linha_do_tempoPaginas/Linhadotempo.aspx em 11/11/2011.

notado três fornos para a queima de cal, hoje preenchido com entulho e lixo. As coordenadas UTM do local são: 22K 716546/7346510 e está em altitude de 700 metros acima do nível do mar.

A caieira pertenceu a Jamil Leão Brasileiro e recebia calcário do imóvel denominado Fazenda Tocas, em Itapeva de uma área de 27,10ha e funcionou o entre os anos de 1940 e 1960 aproximadamente[59].

Lixo e materiais de demolição de casas do bairro vila Aparecida podem ser notados dentro dos fornos. Vide fotos 24 a 26.

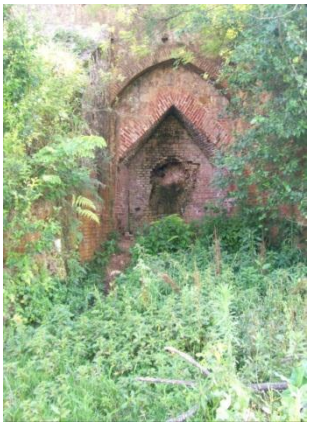


Foto 24 e 25: Área de encosta onde estão os três fornos (caieiras) para produção de cal que pertenceram ao Sr. Jamil Leão Brasileiro. Um dos três fornos (caieiras) para produção de cal que pertenceram. Hoje área urbana da cidade de Itapeva Fotos: Silvio A. C. Araújo.

Foto 26: Inserção na paisagem urbana dos fornos de produção de cal originalmente pertencentes ao Sr. Jamil Leão Brasileiro em 2011. Vide seta. Foto: Silvio A. C. Araújo.

[59] Baseado em informações do Sr. Kinkas Mattos e Decreto Federal nº 22.708 de 5 de março de 1947 e Diário Oficial de 07/03/1947, que Autoriza o Sr. Jamil Leão Brasileiro a explorar calcários e associados no município de Itapeva, Estado de São Paulo.

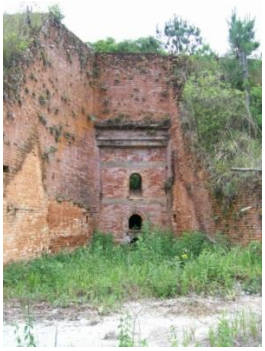
Um exemplo clássico de área mineradora e fornos conjugados para produção de cal está em Nova Campina. A mineração foi iniciada por Lauro Fracarolli[60] na década de 1940. Também com a implantação de uma pequena vila operária. Vide fotos 27 a 32.

Foto 27: Fornos de cimento para a produção de cal. Originalmente pertencentes a Lauro Fracarolli. Antiga Fazenda Pouso Alto e Borda. Foto: Silvio A. C. Araújo.

Foto 28: Oficina e parte de vila operária da Mineração de Lauro Fracarolli. Antiga Fazenda Pouso Alto e Borda. Foto: Silvio A. C. Araújo.

Fotos 29 e 30: Detalhes dos fornos de cimento da Mineração de Lauro Fracarolli. Vistas oblíqua e frontal. Antiga Fazenda Pouso Alto e Borda. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

[60] Baseado no Decreto Federal nº 20.950 de 9 de abril de 1946 que autoriza o cidadão brasileiro Aldo Fracarolli a lavrar jazida de calcário e associados no município de Itapeva, Estado de São Paulo.



Fotos 31 e 32: Detalhes dos fornos de tijolos da Mineração de Lauro Fracarolli. Antiga Fazenda Pouso Alto e Borda. Fotos: Silvio A. C. Araújo.

1.7- A ESTRADA DE FERRO SOROCABANA

A Companhia Estrada de Ferro Sorocabana foi criada 1870 por indústriais sorocabanos liderados pelo comerciante de algodão Luís Mateus Maylasky, de origem austro-húngara, ligando a cidade de São Paulo a Sorocaba, mais especificamente a Fábrica de Ferro Ipanema. Porém, a ferrovia enfrenta, no início, sérias dificuldades financeiras e, em 1880, Francisco de Paula Mayrink assume o comando e vai em busca do transporte do café, expandindo ramal para noroeste do estado até a cidade de Botucatu. Em 1919, a ferrovia atinge Presidente Prudente.

O ramal Itararé atravessa o Paranapanema superior paulista passando pelas cidades de Itapetininga, Buri, Itapeva e Itararé até chegar a divisa do estado do Paraná. Deste ponto, segue para o sul do Brasil e Uruguai. Seu início, segundo Ralph Mennucci Giesbrecht[61] ocorre em 1888, a partir da estação de Boituva, mas somente em 1895 chega a Itapetininga. Em 1905, as obras foram retomadas de um período de paralisação e, em abril de 1909, a estrada encontra finalmente Itararé. O ano de inauguração e construção das estações da Estrada de Ferro Sorocabana pode ser observado a seguir.

Vide tabela 1 e fotos 33 a 36.

[61] Site de Ralph Mennucci Giesbrecht, estações ferroviárias do estado de São Paulo, acessado em 01/08/11. Site http://www.estacoesferroviarias.com.br/index.html.

Tabela 1: Estrada de Ferro Sorocabana, município e ano de inauguração da linha e construção das estações.

Município	Ano de inauguração	Ano de construção da estação
Itapetininga	1895	1895 substituída em 1930
Buri	1908	não especificado
Itapeva	1909	1912
Itararé	1909	1912

GIESBRECHT, R.M. Estações Ferroviárias do Estado de São Paulo, páginas sobre os municípios de Buri, Itapetininga, Itapeva e Itararé. Disponível em <http://www.estacoesferroviarias.com.br/index.html> Acesso: 01/08/11.

Partindo de Itararé podia-se acessar o Uruguai, assim como chegar ao Rio de Janeiro. O histórico[62] da linha é o seguinte:

> A linha Itararé-Uruguai começou a ser delineada a partir de 1894, quando a antiga E. F. Paraná chegou a Ponta Grossa, vinda do porto de Paranaguá. A partir de Ponta Grossa, a E. F. São Paulo-Rio Grande começou a construir a linha que uniria o norte e o sul do Estado, com os trilhos sendo assentados tanto num sentido quanto do outro. Em 1905, a linha atingiria o extremo sul do Estado, em Porto União, enquanto, para o norte, atingiria nesse ano Jaguariaíva e, em 1908 chegaria a Itararé, poucos quilômetros dentro do Estado de São Paulo, onde, seis meses depois, chegariam os trilhos do ramal de Itararé da E. F. Sorocabana. Também em 1909 a linha chegaria à fronteira do Rio Grande do Sul, em Marcelino Ramos. Com a criação da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (RVPSC), a linha passou a ser o tronco dessa ferrovia, linha que passou a ser chamada de Itararé-Uruguai. Várias variantes foram construídas durante os anos, e a partir do final dos anos 60, a linha foi praticamente extinta, com a construção de uma linha unindo Apucarana a Lajes, passando por Ponta Grossa, Rio Negro, Lajes e Vacaria, esta no Rio Grande do Sul. Com isto, boa parte do antigo tronco foi desativado e os trilhos arrancados em boa parte do percurso (www.estacoesferroviarias.com.br).

[62] Pesquisado em www.estacoesferroviarias.com.br, estados do Paraná/Santa Catarina RVPSC linha Itararé/Uruguai. Acessado em 28 de julho de 2009.

Foto 33: Estação Ferroviária de Itararé. Foto: Comissão Geográfica e Geológica do Estado do Estado de São Paulo, 1927.

Referente à Estação de Faxina, segundo Barros (1996) o edifício apresenta:

> [...] características ligadas ao uso institucional; demonstra fortaleza através da ameia, geralmente utilizada para abrigar guardas e dar visibilidade a eles nos castelos. A Vila Isabel, onde está localizada a estação, conta com casas em tipologia industrial, que fazem parte do contexto histórico da Ferrovia Sorocabana e do começo da industrialização na cidade [...] (BARROS, 1996, p. 21).

Foto 34: Estação Ferroviária de Faxina provavelmente na década 1920. Foto: Acervo eletrônico da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Itapeva.

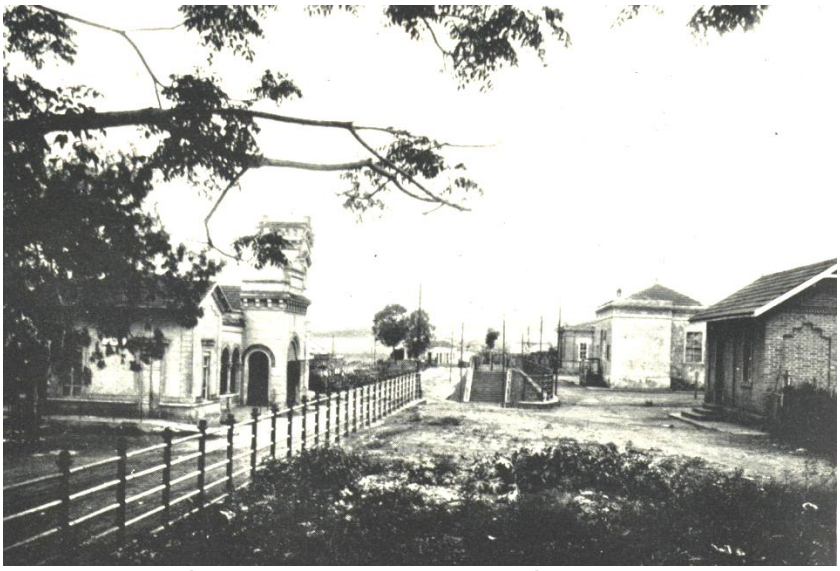


Foto 35: Estação Ferroviária de Faxina e vila operária. Foto: Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1927.

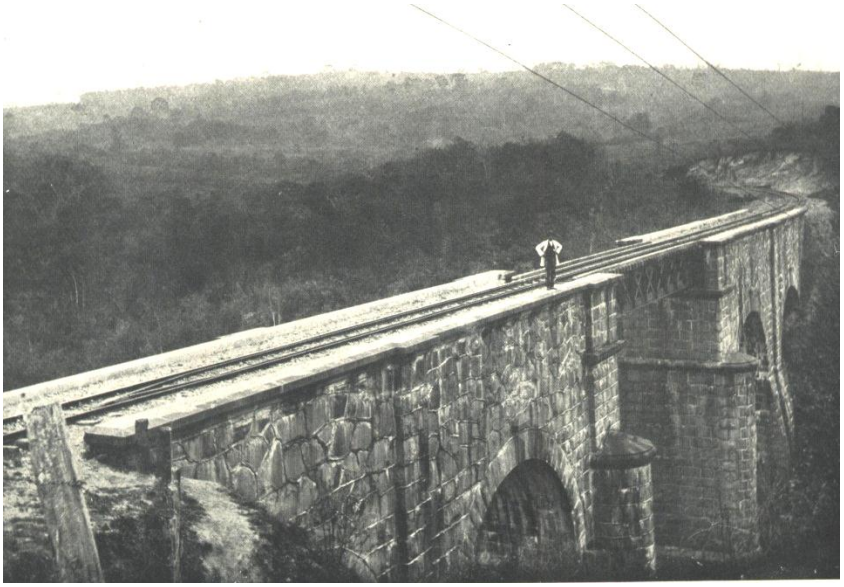


Foto 36: Ponte da Estrada de Ferroa Sorocabana próxima a Estação Faxina (s/d). Foto: Acervo eletrônico da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Itapeva.

Dentro da área de estudo entre os municípios de Buri, Itapeva e Itararé existiam pequenas estações ferroviárias que serviam bairros rurais destes municípios. Partindo do município de Itararé até o fim do município de Buri, são quinze estações, a saber: Estação de Itararé, Estação Ibiti, Estação Rio Verde, Estação Gorita, Estação Engº Maia, Estação Muniz de Souza, Estação Itanguá, Estação Alfredo Nunes, Estação de (Faxina) depois Itapeva, Estação Jaó, Estação Engº Bacellar, Estação Rondinha, Estação de Buri, Estação Vitorino Carmilo e Estação Aracaçu. Algumas das estações podem ser vistas entre as fotos 37 a 42.

Foto 37: Estação Ferroviária Engenheiro Maia em Itapeva (s/d). Disponível em <http://www.estacoesferroviarias.com.br/e/engmaia.html> Acesso em: 11/11/2011.

Foto 38: Estação Jaó em 1909 em Itapeva inicialmente denominada Guaíra. Disponível em <http://www.estacoesferroviarias.com.br/j/jao.htm> Acesso em: 11/11/2011.

Foto 39: Estação Ferroviária Engenheiro Bacellar em Itapeva no ano de 1909. A estação, segundo Ralph M. Giesbrecht foi inicialmente denominada Lagoa Grande. Disponível em <http://www.estacoesferroviarias.com.br/e/engbacellar.htm> Acesso em: 11/11/2011.

Foto 40: Estação Ferroviária Rondinha em 1909 em Itapeva, hoje município de Taquarivai. Disponível em <http://www.estacoesferroviarias.com.br/r/rondinha.htm> Acesso em: 11/11/2011.

Foto 41: Estação Ferroviária de Aracaçu em 1909 no município de Buri. Informações disponíveis em <http://www.estacoesferroviarias.com.br/a/aracacu.htm> Acesso em: 11/11/2011.

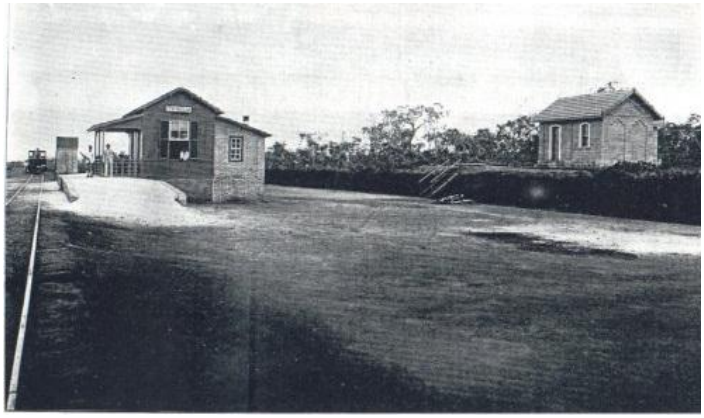


Foto 42: Estação Itanguá na época da inauguração, em 1909. Foto da Comissão dos Prolongamentos e Desenvolvimentos da Estrada de Ferro Sorocabana - Relatório apresentado pelo Engenheiro-Chefe Joaquim Huet de Bacellar em 31/01/1912. Disponível em <http://www.estacoesferroviarias.com.br/i/itangua.htm> Acesso: 11/11/2011.

No início da década de 1990, o edifício da Estação Ferroviária da Vila Isabel, assim denominado pelos itapevenses, foi escolhido como um dos

principais cartões postais da cidade devido a suas características arquitetônicas. Porém, é abandonado pela Rede Ferroviária Federal e FEPASA – Ferrovia Paulista Sociedade Anônima em concessão a ALL – América Latina Logística, que a entregou ao município no ano de 2005 de forma extra oficial.

Em relação ao seu estado de conservação, basta citar o título da matéria do Jornal Folha do Sul, datado de 26 de janeiro de 2002, “Estação Centenária Agoniza por Descaso”; abandono e conseqüente vandalismo são responsáveis pelo estado deplorável da Estação Ferroviária. Porém, apesar do teto desabado, portas internas, batentes e quase todo madeiramento arrancado ou podre, as paredes parecem resistir bravamente ao tempo e ao abandono, sendo um patrimônio histórico-arquitetônico que mantém sua ambiência de vila ferroviária, do início do século XX, quase 100 anos depois, pouco alterada, pois é ocupada (a vila), por antigos funcionários da estrada de ferro.

Segundo levantamento realizado pelo Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Itapeva a planta do edifício é de autoria de Ramos de Azevedo.

1.8- EDIFÍCIOS INSTITUCIONAIS

Sobre os primeiros anos da República, no final do século XIX e início do século XX, são notáveis a construção de alguns edifícios institucionais que demonstram a participação/presença do estado republicano na região com escolas em Capão Bonito, Itapeva e Itararé todas em uso atualmente.

Segundo Silvia Ferreira Santos Wolff (2010) referindo-se a construção de escolas nas primeiras décadas da república, cita que os investimentos do novos governantes na educação é muito grande no final do século XIX e início do seculo XX. Pois buscava-se uma estrutura de ensino moderna com espaços adequados e amplos (WOLFF, 2010, p. 231)

São construídos, em 1910/1913, os Grupos Escolares de Faxina e Itararé, que se tornarão respectivamente: Escola Municipal Coronel Acácio Piedade e Escola Estadual Tomé Teixeira.

Em Capão Bonito constroi-se o Grupo Escolar de Capão Bonito, hoje Escola Municipal Jacyra Landim Stori em 1911.

Entre outros edifícios institucionais construídos por grupos diversos em Itapeva estão:

A câmara e cadeia pública, respectivamente, pavimento superior e inferior (BARROS, 1996) no ano de 1904, e hoje ocupada pelo 54º Batalhão da Polícia Militar do Estado de São Paulo (situada na Avenida Acácio Piedade s/n - centro);

A Santa Casa de Misericóridia de Itapeva, edifício atual, foi construído em 1919, destruída por um incêndio em 1943 com uma reconstrução que durou 7 anos e, em 1950 reinaugurada (OLIVEIRA, 1995, p.95);

O Gabinete de Leitura (1912) e o antigo Colégio Santana posterior Grupo Escolar de Faxina em 1900 (BARBOSA, 1987, vol III, p. 168) e, hoje Escola Municipal Dom Silvio Maria Dário;

Seminário Propedêutico em 1914.

As imagens dos edifícios institucionais podem ser vistas entre as fotos 43 e 55.

Foto 43: Grupo Escolar de Faxina construído em 1910 inaugurado em 1913, atual Escola Municipal Acácio Piedade. Foto: Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1927.

Foto 44: Grupo Escolar de Itararé, atual Tomé Teixeira em 2011. Foto: Silvio A. C. Araújo.

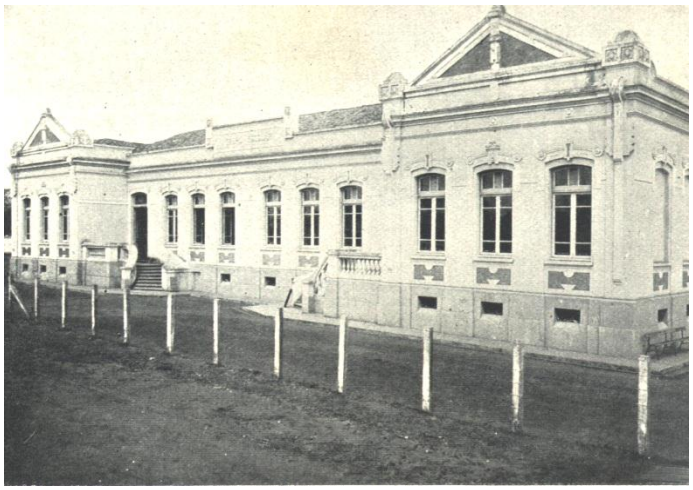


Foto 45: Grupo Escolar de Capão Bonito construído em 1911, hoje Escola Municipal Jacyra Landim Stori. Foto: Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1927.

Foto 46: Câmara Municipal no pavimento superior e cadeia pública no pavimento inferior (s/d). Foto: Acervo eletrônico da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Itapeva.

Foto 47: Ex-Câmara Municipal de Itapeva. Utilizada como cadeia pública na década de 1930. Foto: Acervo eletrônico da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Itapeva.

Foto 48: Ex-Câmara Municipal de Itapeva. Utilizada como cadeia pública. Foto provavelmente década de 1940. Foto: Acervo eletrônico da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Itapeva.

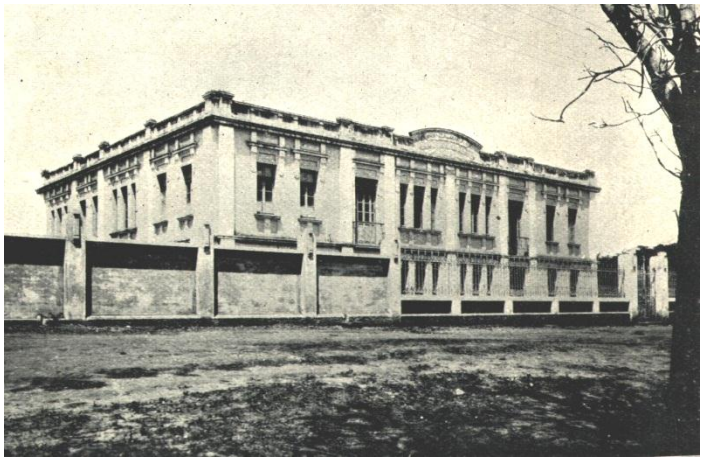


Foto 49: Santa Casa de Misericórdia de Itapeva. Foto Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo por volta de 1920. Foto: Acervo eletrônico da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Foto 50: Santa Casa de Misericórdia de Itapeva após reforma e ampliação de 1950. Foto da década de 1950. Foto: Luiz Olberg.

Foto 51: Santa Casa de Misericórdia de Itapeva na década de 1950. Nota-se ao lado do muro da Santa Casa uma estrutura de taipa à esquerda. Foto: Luiz Olberg

Foto 52: Santa Casa de Misericórdia de Itapeva no início da década de 1980. Foto: Luiz Olberg

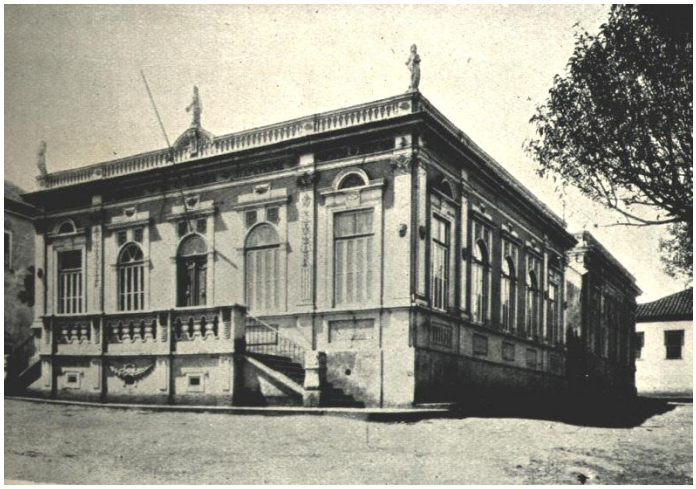


Foto 53: Gabinete de Leitura de Itapeva, demolido para dar lugar ao Itapeva Clube. Foto: Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1927.

Foto 54: Edifício do Grupo Escolar Faxina que irá se transformar na Escola Municipal Dom Silvio Maria Dário. Foto de meados década de 1930. Foto: Acervo digital da Secretaria de Cultura e Turismo de Itapeva.

Foto 55: Edifício do Seminário Propedêutico na década de 1990. Foto: Acervo digital da Secretaria de Cultura e Turismo de Itapeva.

1.9- REVOLUÇÕES DE 1930/1932 E A MINERAÇÃO

Em 1930, Getúlio Vargas ascende ao poder no Brasil a partir dissidências entre grupos políticos e, com apoio militar, coloca fim a um período denominado República Velha.

Combates entre tropas legalistas e revolucionárias, em 1930, vão ocorrer em Sengés e Jaguaraíva no Paraná e arredores de Itararé. Já na Revolução Constitucionalista 1932, ocorrem combates em Itararé, Itapeva, Ribeirão Branco, Guapiara, Buri, Ribeirão Grande dentre outros municípios externos a área desta pesquisa.

Segundo Borges (1997):

> É preciso pensar esses políticos também como grupo profissional, que defendia os interesses das auto-intituladas "classes conservadoras"; naquele exato momento estas se sentiam bastante contrariadas e ameaçadas pela perda dos privilégios e do controle de decisões que exerciam antes de 1930. As elites paulistas procuraram até essa data, por meio da República Federativa garantir sua autonomia para defesa de seus interesses. A posição de privilégio de São Paulo na desde então intitulada "República Velha" era algo incontestável; mas a perda da autonomia foi-se efetivando concretamente, pois o Governo Provisório retirou do estado às receitas e o controle direto da economia cafeeira, embora tenha respondido a seus interesses mais diretos de proteger o produto. Outras isenções e taxas foram alteradas, e as manifestações contra a centralização eram constantes e muito fortes na imprensa; repetia-se quotidianamente "São Paulo para os paulistas" (BORGES, 1997, p. 69)

Algumas batalhas aconteceram às margens dos rios Itararé, Apiaí, Almas e Paranapanema entre outros afluentes menores. São anotações de linha de combate pessoais, correspondências e memórias escritas de combatentes de Itapeva e região como Oswaldo Prado Margarido, Augusto Batista do Canto (Teco), Pedro Marques Bonilha, Francisco Prado Margarido e Heitor Campos de Moura (BARBOSA, 1987).

Entre muitas outras referências encontramos algumas que dão noção de localização dos combates, como por exemplo: "... *mais tarde, pelos autos do cemitério e nas proximidades da estação de Ferro Sorocabana foram descobertos obuses intactos além de estilhaços* (p. 2); *As peças de artilharia estavam montadas no campo de aviação, lá pelos lados do cemitério municipal, no local denominado "O Cruzeiro"* (p.29);*... cavaram-se trincheiras próximas ao Ribeirão Fundo* (p.31); *Soubemos que os federais alojados na Serra de Angatuba receberam uma carga da tropa paulista, que se fixou no rio das almas* (p.35)" entre outras indicações que podem futuramente contribuir com pesquisas sobre a arqueologia de guerra.

Algumas fotos dos eventos que envolveram as Revoluções de Constitucionalista de 1930 e 1932 foram realizadas por Claro Gustavo Jansson[63], um fotógrafo residente na cidade de Itararé. Vide fotos 56 a 59.

Alfredo Feijó, capitão da Força Pública do Estado de São Paulo que serviu junto ao Regimento de Cavalaria do Rio Pardo - RCRP na frente sul combatendo contra tropas legalistas em vários municípios no sudoeste paulista, produzindo uma seqüência de aquarelas que mostram suas lembranças de ações militares ocorridas nas diversas paisagens rurais. Vide figura 6.

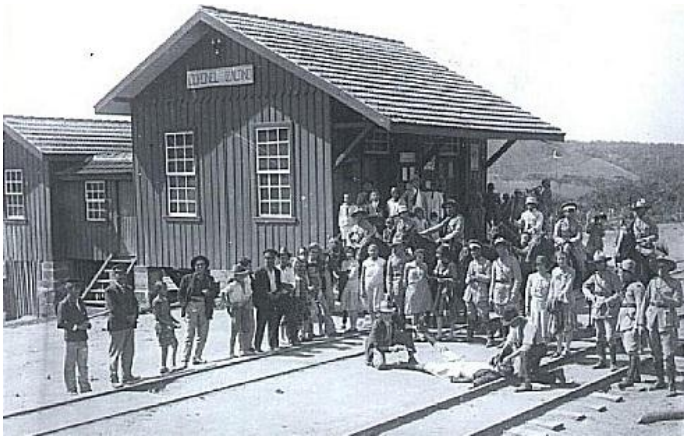


Foto 56: Estação Coronel Izaltino (próximo a Fazenda Morungava), Sengés em outubro de 1930. Foto: Claro Jansson. Disponível em <http://www.google.com.brimgres?q=fazenda+morungava+picassa+jansson+itarar%C3%A9&um=1&hl=pt-BR&rlz=1W1ADFA_imgr efurl> Acessado em: 19/11/2011.

Foto 57: Tropas entrincheiradas nos arredores de Itararé. Foto: Claro Jansson. Disponível em <http://www.google.com.brimgres?q=fazenda+morungava+picassa+jansson+itarar%C3%A9&um=1&hl=pt-BR&rlz=1W1ADFA_pt-R&tbm=isch&tbnid=59A5xQuAfqGqNM:&imgrefurl> Acessado em: 19/11/2011.

[63] Detalhado adiante.

Foto 58: Getúlio Vargas passando pela Estação Ferroviária de Itararé em 28 de outubro de 1930 após rendição dos paulistas. Foto: Claro Jansson. Disponível em <http://picasaweb.google.com/ivan.g.anjos/Itarar#5079746426033100050> Acessado em: 10/10/2011.

Foto 59: Foto de estúdio de soldados do Batalhão Universitário Paulista em 1932. Foto: Claro Jansson. Disponível em <http://picasaweb.google.com/ivan.g.anjos/Itarar #5079745983651468002> Acessado em 10/10/2011.

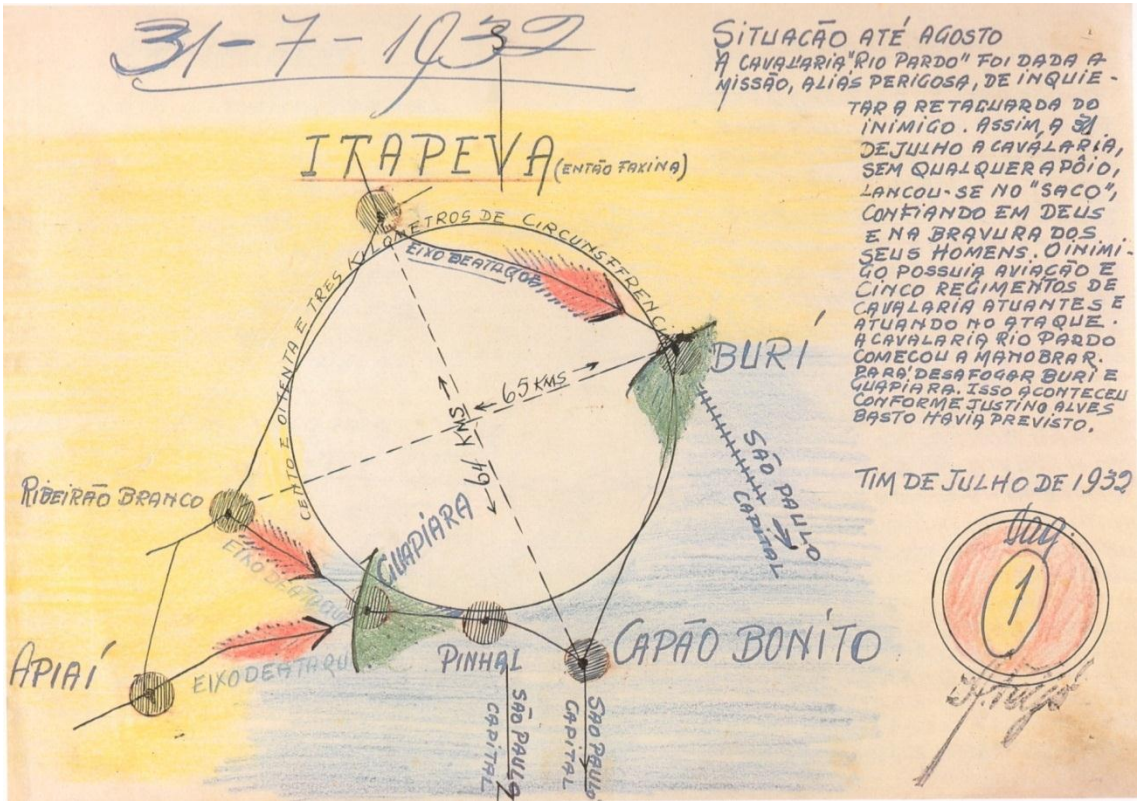


Figura 6: Croqui referente à Revolução Constitucionalista de 1932 (saco de Batalha – Faxina, Buri, Capão Bonito, Guapiara, Ribeirão Branco e Apiaí). Situação da Cavalaria Rio Pardo em 31 de julho de 1932 realizada por Alfredo Feijó. Extraído do livro Memória Paulista de Vavy Pacheco Borges. Edusp, 1997.

Tanto as memórias dos combatentes locais, as fotos de Claro G. Jansson como as aquarelas de Alfredo Feijó são importantes fontes para futuras pesquisas arqueológicas sobre as Revoluções.

1.10- DITADURA MILITAR E O REFLORESTAMENTO

Outro momento político e militar brasileiro que tem como palco o sudoeste paulista e deixa marcas profundas na história do Brasil foi à manobra militar envolvendo as Forças Armadas do Brasil e sua mais alta Cúpula ocorridas em 22 de outubro de 1965 em Itapeva e no distrito de Taquarivaí.

Considerou-se para efeito das manobras que Itapeva estava em posse de inimigos e as tropas militares brasileiras deviam tomar a cidade.

Com viaturas, tanques de guerra, carros de assalto, rajadas de metralhadora, artilharia pesada, aviões de combate lançando bombas de cal, Itapeva foi tomada dos “inimigos” e após honrarias e um desfile cívico houve

um almoço Fazenda Vitória de propriedade do Sr. Oscar Augusto de Camargo[64].

Segundo o jornal local Folha do Sul de 31 de outubro de 1965 participaram desta manobra o Presidente da República Marechal Castelo Branco, o Governador do Estado de São Paulo Adhemar de Barros; o Ministro Costa e Silva; os Generais: Amaury Kruel do II Exército, Otacílio Terra Ururaí Comandante do I Exército, Francisco Damasceno Portugal, Comandante do IV Exército; Ernesto Geisel, chefe da Casa Militar do Presidente da República; Décio Palmério Escobar Chefe do Estado Maior do Exército; Waldemar Levy Cardoso Chefe do DPG e mais uma centena de oficiais generais do Estado Maior do exército (FOLHA DO SUL, 1965, p 1-2).

Segundo o Sr. Sebastião Pereira da Costa[65], antes do almoço houve uma rápida reunião entre os Generais e oficiais do Estado Maior da qual ninguém podia se aproximar, pois eram discretamente barrados por oficiais ao redor. Depois, antes de ir embora, o Presidente plantou um pau-brasil e dois dos os ministros um jacarandá e um pé de *pinus*.

Segundo Sr. Sebastão esta manobra em Itapeva tem relação direta com o Ato Institucional nº 2, conhecido como (AI-2**)**, oficializado no dia 27 de outubro de 1965.

> Cinco dias após sua passagem por Itapeva, o presidente Castelo Branco Baixava o Ato Institucional nº 2, o mais antidemocrático e autoritário instrumento de exceção até então decretado pela cúpula militar, que extinguia os partidos, instituía eleições indiretas para Presidência da República, além de outras medidas draconianas. Era o fruto do acordo na Fazenda Vitória (COSTA, 1992, p. 128-129).

Sebastião Pereira da Costa diz não saber o porquê das manobras serem realizadas em Itapeva. Anos após, com o bom relacionamento estabelecido com Sr. Oscar Augusto Camargo, este quando soube das manobras na região

---

[64] Segundo Sebastião Pereira da Costa em seu livro “Não Verás Nenhum País Como Este” (1992), Oscar Augusto de Camargo foi Membro do IPES/SP, categoria CO e da *American Chambers of Commerce,* foi diretor da Eucatex (grupo Maluf), da ANFAVEA e participou das diretorias da VEMAG, COSIPA e FIESP. Foi depois presidente do IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho.

[65] Entrevista realizada no dia 17 de setembro de 2011.

de Itapeva através de Castelo Branco, seu amigo, ofereceu a Fazenda Vitória próximo a Estação Ferroviária Engº Bacellar como um dos locais para estabelecimento de uma base. Vide fotos 60 a 62.

Foto 60: General Castelo Branco e Prefeito de Itapeva Sr. Antônio Cavani em 1965 em discurso na porta do Itapeva Clube. Foto: Luiz Olberg.

Foto 61: General Amaury Kruel plantando um pé de pinus no jardim da Fazenda Vitória. Foto: Luiz Olberg.

Foto 62: General Castelo Branco plantando um pé de pau-brasil no jardim da Fazenda Vitória. Foto: Luiz Olberg.

Nesse período (na década de 1960) tem inicio uma política governamental de incentivos fiscais[66] no qual as empresas que optassem por comprar terras e plantar *pinus* ou eucaliptos poderiam abater parte do valor investido, podendo chegar a 50%, em imposto a pagar para o governo federal.

Foi uma política de subsídio à produção de madeira que contribui, pelo menos regionalmente, para os grandes capitalistas nacionais e internacionais obterem terras e tê-las como reserva de valor.

Após este evento efêmero no sudoeste paulista, Itapeva, Itararé, Ribeirão Branco, Buri, Itaberá, Capão Bonito, Ribeirão Grande, Itapetininga entre outros municípios no sudoeste do Estado de São Paulo e do leste e nordeste do Paraná juntos vão compor hoje um dos maiores pólos de reflorestamento de espécies exóticas do país formando um imenso deserto verde. Um golpe final na transformação da paisagem, o que restava das matas e cerrados nativos ou áreas pouco alteradas com posseiros acaba se tornando área reflorestada com *pinus* e eucaliptos de empresas nacionais e transnacionais dos setores financeiro, automobilístico, papeleiro, siderúrgico e minerador entre outros. A concentração de terras promovida pela política das florestas exóticas vai agravar sobremaneira situação social no campo no sudoeste paulista.

---

[66] Nas décadas de 1960 a 1980, o Governo Federal realizou três programas de incentivos ao reflorestamento. No período de 1965 a 1988 foi realizado o Programa de Incentivos Fiscais ao Florestamento e Reflorestamento o PIFFR, (BACHA, 2008, p.14).

1.11- AGRICULTURA DE CERAIS

A agricultura no Paranapanema superior (11 municípios estudados), com altos e baixos, vem de ciclos agrícolas bem delimitados no século XX, como foi o caso do algodão 1900 a 1940 e das florestas da década de 1960.

Dentre os ciclos de produção agrícola voltados para os cereais promovidos pela Revolução Verde estão o plantio do trigo na década de 1950 e 1960, do feijão a entre 1970 e 1990 e atualmente da soja, milho, trigo. Estes não aprofundados neste trabalho.

2- BREVE EVOLUÇÃO URBANA DE ITAPEVA

Faxina é notada como ponto estratégico para o sul do Brasil, vila de soldados índios, paragem de tropas, entroncamento para o litoral e uma região produtora de bens agropecuários. Isso no fim do século XVIII até o início do século XX.

Foram encontradas quatro referências históricas sobre Itapeva da Faxina em seus primeiros anos, são elas: uma descrição de Auguste de Saint-Hilaire sobre os três núcleos urbanos existentes por volta de 1820; duas pranchas de Jean Baptiste Debret de 1827; a carta do Juiz João Kopke[67] dirigida a José Maria Lisboa em 1878 e; o relato de João Pedro Cardoso diretor da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo em maio de 1927 juntamente com algumas fotos.

Na descrição de Saint-Hilaire a

> [...] cidade é, inegavelmente, a menor de todas que visitei depois que cheguei ao Brasil. Em 1820 não contava com mais de 30 casas, a maioria das quais em muito mau estado. As casas formavam três grupos principais, sendo que o mais numeroso ficava situado, juntamente com a igreja paroquial dedicada a Santa Ana, no topo de uma colina, no sopé da qual passa o Riacho Fundo, que vai desaguar no Rio Tacuari, afluente do Paraná. O segundo grupo de casas se erguia na encosta da colina, e o terceiro a beira do riacho.

[67] Carta de João Kopke dirigida a José Maria Lisboa quando da sua vinda como promotor de justiça a Faxina no ano de 1875, datada de 1878. A Carta descreve o trajeto e a impressão do promotor de justiça João Kopke sobre a viagem e chegada a Faxina no dia 31 de outubro de 1875.

> Pedras chatas e unidas no meio das quais crescem algumas plantas que guarnecem o flanco das colinas que margeiam o Riacho Fundo. Itapeva contava com uma vantagem da qual ainda estavam privados, em 1820, todos os povoados situados ao longo da estrada. Essa vantagem era a possibilidade de comunicação com o mar, o que poderia transformar o modesto lugarejo num centro bastante importante. A cerca de 15 léguas a leste fica situada a cidadezinha de Apiaí. Existe uma estrada que vai de Itapeva a essa cidade e dali é possível descer de canoa, ainda que com certa dificuldade, até o pequeno porto de Igape, situado no ribeirão de mesmo nome. (SAINT-HILAIRE, 1820, p. 219-220).

Debret em 1827, faz duas pranchas de Faxina, porém não foi possível relacioná-las ao texto de Saint-Hilaire nem ao traçado atual da cidade.

Na primeira prancha Jean Baptiste Debret, representa uma igreja branca e pequeno núcleo urbano ao redor. Destaca-se em primeiro plano um caçador e seu cão entre bromélias e outras plantas típicas de campos rupestres vegetação típica da área do alto do Vieira (antiga entrada de Itapeva pela atual Rua Santo Antônio Categeró). A Igreja está cercada, inclusive nos fundos por outras construções (figura 7).

Na segunda prancha Debret, representa também uma igreja, mas amarela e a distância representada é menor, dois homens caminham de costas para o fundo do vale (figura 8).

Dentre as possibilidades para estas pranchas podemos elencar duas: será a representação da Igreja de Santana[68] e/ou a Capela[69] de Santo Antônio com seus respectivos largos à frente.

Cercados/piquetes nos fundos das casas na segunda prancha de Debret podem representar muros de taipa delimitando quintais. Esta observação é corroborada por Sílvia Corrêa Marques, doutoranda do Programa de Pós – Graduação do MAE/USP que também vem, nos últimos anos desenvolvendo pesquisa que articula o cruzamento de fontes históricas e arqueológicas

[68] Construída em 1785 e onde se desenvolveu a cidade de Itapeva.

[69] Capela de Santo Antônio segundo Barbosa (1985) foi construída em 1817 e sua demolição da foi realizada para ampliação da Santa Casa de Misericórdia do Município na década de 1940. Hoje o local situa-se nas proximidades da porta de entrada do Pronto Socorro Municipal da Santa Casa de Misericórdia (ao lado da saída para o município de Ribeirão Branco partindo do centro da cidade de Itapeva).

relacionadas à história de Itapeva, ao Tropeirismo e principalmente à formação do quilombo do Jaó. Neste aspecto, informações já coletadas pela pesquisadora no Cartório de 1º Ofício de Itapeva, Livro de Notas nº 61, p.29/30, consta os seguintes dados que bem elucidam a antiga paisagem do entorno da capela de Santo Antônio ainda no século XIX: Honorato Ferreira de Oliveira, fazendeiro de Faxina, comprou um "*quintal fechado de taipa no pateo da igreja de Santo Antonio*", de Luiz Ferreira Machado em 04 de novembro de 1897, por 1 conto de réis[70].

Em contraponto a essa tese, a grande faixa de terra exposta apresentada na segunda prancha pode ser a atual Rua Rui Barbosa, abaixo do largo da matriz. Vide foto 65.

As fotos da Capela de Santo Antônio na década de 1940 apresentam semelhanças com as duas construções religiosas no século XIX, vide fotos 63 e 64.

Porém, ao nosso entender ainda é precoce qualquer relação do traçado das ruas entre a cidade atual e a retratada por J. B. Debret.

João Kopke relata que:

> A Faxina está situada do meio para o sopé meridional de um outeiro de mansa inclinação. Cercam–n'a elevações achatadas de uma pedra molle, aqui vulgarmente chamam piçarra, formando como que as ameias de denegridos baluartes. D'ellas procede talvez, o nome de Itapeva, que significa – Pedra Chata. De quatrocentos a quinhentos fogos, mais ou menos, encerra o recinto abrigo de uma população de 2,500 almas. Pequenas casas na maior parte. Notam-se, toda via, entre ellas algumas edificações regulares, prevalecendo a construção de madeira. As ruas, quatorze mais ou menos em número, cortadas quase de N. a S. e de L. a O., são, no geral, estreitas e mal cuidadas. A matriz, vasta, mas excessivamente descurada no exterior, tem uma fachada sem torre e sem a mínima sombra de architectura. A cadeia é um sobrado regular, mas que carece de urgente reparos. Além da matriz existem a egreja de Santo Antonio e as capellas de N. S. das Dores e da Guia. Dois pequenos jazidos são sustentados pelas irmandades do Santíssimo

[70] Nota pessoal da pesquisadora através de e-mail no dia 24/10/2011.

> Sacramento e N. S. do Carmo, erradamente collocados justamente na direcção para onde a cidade tem espaço para estender-se. O cemitério municipal é uma lástima; o mercado é rachitico, e de monstruoso tem o portão, maior do que o mais junto. Notam-se ainda o theatro de Sant'Anna, construído por accionistas, o Gabinete de Leitura, numerosas casas de fazendas e ponto pequeno, de secos e molhados, a que os caipiras chamam ladroeirinhas, duas pharmacias, um bilhar, quase sempre applicado ao infame jogo de estrada de ferro, ferrarias, barbeiros e cabellereiros (um de cada um), marceneiros, fogueteiros, ourives, dentistas, sapateiros, alfaiate francez, ferradores e até um productor de medicamentos homeopathicos – o senhor Irineo de Faria Mello. Padarias não há o pão que se consome é feito por famílias que o fabricam conforme podem. A água, excellente, é provida por bons mananciaes: o do Callixto, e o vulgarmente denominado Olho do Padre Miguel. Illuminação não se vê: dizem que outr'ora os particulares a faziam à sua custa e algumas ruas, mas pouco a pouco deixaram esse louvável empenho até morrer de todo. A cidade assim descripta, produz, força é confessa-lo, no viajante, que a avista do Alto do Vieira (ponto de entrada), uma impresão nada agradável (KOPKE, 1878)

Na terceira década do século XX João Pedro Cardoso descreve que:

> [...] no meio de uma pequena elevação e rodeada de outras altea-se a cidade de Faxina uma das mais velhas do Estado, pois os primeiros povoadores ahi fixaram-se no seculo XVIII. Quando dos seus arredores alongamos o nosso olhar sobre as suas edificações é que podemos admirar a sua explendida collocação. As ruas são bem alinhadas e compridas offerecendo lindos pontos de vista. Tem água canalisada, esgotos, luz electrica e telephone. A area do municipio é de 1.695 kilometros quadrados, com uma população de 16.336 habitantes o que dá 27 habitantes por kilometro quadrado. A cultura do algodão e a exploração de madeiras constituem as maiores industrias do municipio. A estação E. F. Sorocabana, de construcção fora do commum, é bem affastada da cidade e não muito longe d'ella

a estrada de ferro tem uma bella ponte que é uma das suas obras d'arte mais importantes (CARDOSO, 1927).

Figura 7: Prancha de Jean Baptiste Debret de Itapeva da Faxina em 1827, provavelmente a partir do alto do Vieira. Figura extraída de "Debret e o Brasil" - Obra Completa. Julio Bandeira e Pedro Corrêa do Lago. Editora Capivara Ltda. 2009

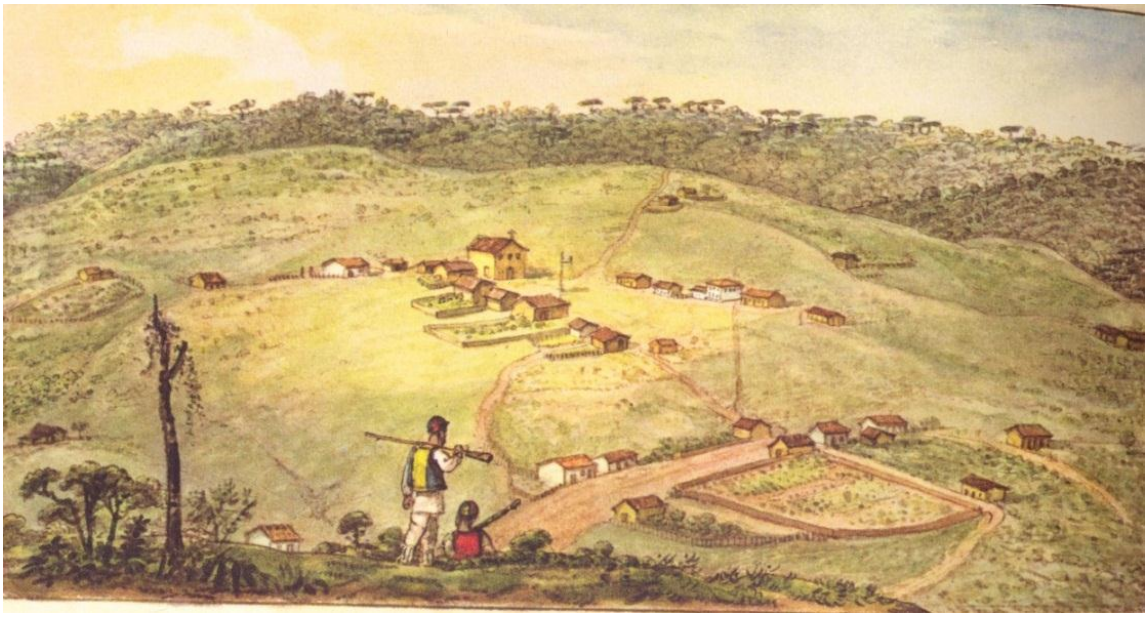


Figura 8: Prancha de Jean Baptiste Debret de parte de Itapeva da Faxina em 1827. Extraído de "Debret e o Brasil" - Obra Completa. Julio Bandeira e Pedro Corrêa do Lago. Editora Capivara Ltda. 2009

Fotos 63 e 64: Capela de Santo Antônio sendo a primeira de data desconhecida e a segunda do ano de 1949 pouco antes de ser demolida para a ampliação da Santa Casa de Misericórdia. Fotos: Acervo eletrônico da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Itapeva. Fotos: Luiz Olberg.

Foto 65: Itapeva da Faxina vista a partir das mediações. Nota-se no meio da vertente no alto a Catedral de Santana. Foto Comissão Geográfica, Geológica do Estado São Paulo, 1927.

Foto 66: Catedral de Santana. Foto: Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1927.

CÁPITULO III – ARQUEOLOGIA REGIONAL

1. ESTADO D'ARTE DA ARQUEOLOGIA

O primeiro desafio de compilar e tentar agregar dados reside na diferenciação da denominação das culturas materiais utilizadas por cada arqueólogo. Assim, ainda que para quase todos os profissionais a cerâmica Itararé, Itararé-Taquara ou cerâmica atribuída ao sistema regional Kaingang se refiram na mesma área a uma só cultura material, muito provavelmente de um mesmo grupo, respeitam-se aqui, os princípios metodológicos, conceituais e estruturais nos textos de cada pesquisador.

Também assim, uma tabela que para um arqueólogo, se fez necessário utilizar apenas três colunas na apresentação do sítio ou datação, para outro se fez necessário cinco colunas.

Optou-se então para a compilação tal como original, ou seja, cópia das tabelas e nomenclaturas dos textos tal como foram produzidos originalmente.

Referente às coordenadas UTM utilizadas nos trabalhos acadêmicos o *datum*[71] utilizado foi o *South America Datum* de 1969, sigla utilizada nos receptores GPS é SAD-69. O mesmo não foi possível comprovar/observar nos relatórios de arqueologia. Considerando que este trabalho refere-se ao mapeamento dos sítios em escala regional e não necessariamente encontrá-los em campo a diferença entre o *Datum* SAD-69 e o *Datum* Córrego Alegre, este mais antigo e em desuso, pode ficar entre 40 a 60 metros[72]. Tal diferença não se apresenta de forma significativa na disposição dos sítios como um todo nos 11 municípios estudados e apresentados em mapas ao final deste.

O atual estado d'arte da arqueologia na área de estudo é fruto de pesquisas que se iniciam no final do século XIX e se intensificam no final do século XX e início do XXI com as pesquisas acadêmicas e de prevenção a impactos ambientais conforme legislação ambiental.

---

[71] *Daatum* do latim dado, detalhe, pormenor (plural *data*). Modelo matemático da representação da superfície da Terra, utilizado pelos cartógrafos numa dada carta ou mapa. Devido à existência de vários *data* simultaneamente em uso, na legenda das cartas deve estar indicado qual o *datum* utilizado. O sistema geodésico O *South American Datum* foi estabelecido como o sistema geodésico regional para a América do Sul em 1969, daí a sigla SAD-69. Oficialmente foi adotado no Brasil em 1979. Porém, o SIRGAS - Sistema de Referência Geocêntrico para a América do Sul deverá substituir o SAD-69 em 2015. Resolução IBGE 01/2005. Disponível em http://www.ufrgs.br/museudetopografia/Artigos/Datum_Geodesico.pdf. Acessado em 22/08/11.

[72] Baseado na prática acadêmica e profissional.

2. TRABALHOS ACADÊMICOS

De acordo com o histórico das pesquisas arqueológicas da área, um abrigo sob rocha com pinturas produzidas por humanos é conhecido nas proximidades de Faxina, atual bairro rural do Itanguá, desde o final do século XIX.

Conhecido inicialmente como a "Inscrição indígena do Vorá[73] na Faxina" é descrito por Araripe em 1887.

> Em toda a zona de São-Paulo, que vai de Faxina ao Itararé, o sólo é granítico e de elevação admirável, avendo córtes profundissimos nos logares por onde correm os rios Apiahi, Perituva e Itararé. Em um dos barrancos denominado Tembés vê-se um antigo cemitério dos índios. Da róxa, que tem de altura mais de 40 metros, desprendeu-se enorme massiço, que deu á pedra inclinação maior que 10 metros. Esta inclinação e a parede formada pelo massiço desprendido formaram o abrigo, que foi procurado pelos índios para o repouso dos seus mortos. Nas paredes d'este abrigo notam-se figuras que impressionam, gravadas na pedra e pintadas com indeleveis tintas vermelha e preta: o que indica estado de civilização, talvez recebida dos jezuítas. Parece que os índios insculpiram n'aquellas figuras a istória da tribu. Notei entre os desenhos: Uma figura umanas com enfeites de penas na cabeça e no pescoço; uma palmeira toscamente gravada e pintada; porção de buracos de fórma circular, sendo dispostos 24, mais ou menos, em linha reta; um circulo com diamentro de 15 polegadas, tendo riscos dentados na extremidade; dois outros concêntricos, em fórma de relógio, tendo 60 divizões; logo depois a figura de um ídolo e diversos riscos, todos pintados com tinta preta muito firme; uma figura do sol com uma +; um T; seis outros círculos; mão e pé umanos bem gravados, etc. Na muralha axam-se fragmentos de ossos, dos quaes lhe envio pequena amostra por não dispor de instrumento com que arrancasse outro maior. Referiram-me, que um indivíduo, na esperança de dezentranhar dali

[73] Vorá [variação de borá de origem Tupi = o que a de ter mel] s. m. Brás. Zôo. Espécie de abelha comuníssima da região serrana. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa 3ª Edição. Editora Positivo, Curitiba, 2004. É comum nas tocas de barrancos, frestas nos paredões de rocha e ocos de árvores dos canhões da região a ocorrência de diversos tipos de meliponídeos (abelhas nativas sem ferrão) como a pequenina jataí e o irapuá. Também é comum encontrar "ninhos" de vespas nativas e mamangavas, estas com ferrão.

> riquezas, fizera grandes escavações, nas quaes axou ossadas umanas; e, tendo levado um craneo, reparou mais tarde a profanação, que o enxia de aflicção, restituindo á terra. Vê-se, com efeito, no sitio, um montículo de terra, recentemente revolvida, debaixo da qual devem existir, segundo meu guia, esqueletos, urnas, etc. (ARARIPE, 1887, p.231-232)

Araripe chega a esboçar de maneira idiossincrática as imagens observadas na Inscrição do Vorá na Faxina, conforme a Figura 9.

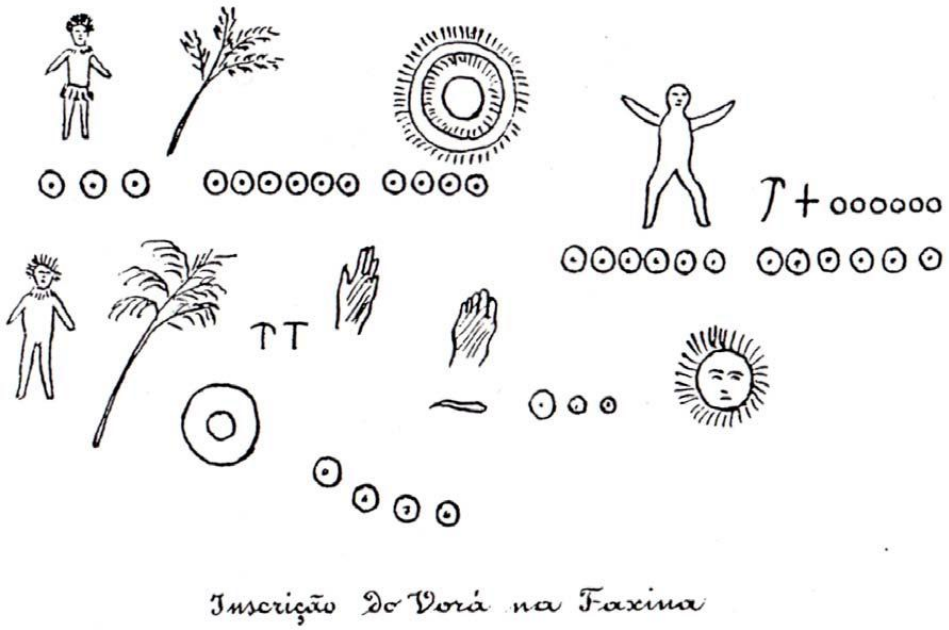


Figura 9: Desenho de Araripe em 1887 sobre as inscrições encontradas em Faxina. Extraído Cidades Petrificadas e Inscrições Lapidares no Brasil. Ver. Do Instituto Histórico do Rio de Janeiro, vol L, p. 225-233. Rio de Janeiro.

Durante mais de 80 anos o abrigo foi esquecido por pesquisadores, vindo a ser estudado no final da década de 1960 por Desidério Aytai (1970), que analisa e registra as gravações rupestres, as técnicas empregadas e o tempo utilizado na elaboração das inscrições.

Sobre o Abrigo de Itapeva, assim denominado por ele, tece o seguinte comentário:

> As inscrições cobrem a parede em 20 ms de comprimento e até 3 ms de altura, mais ou menos, sendo a concentração das figuras muito maior na região central. À primeira vista distinguimos dois tipos de inscrição. Sulcos de profundidade e largura diferentes, i.é, litóglifos,

> parcialmente pintados em diferentes cores. Simples desenhos em cor vermelha, na superfície natural da rocha, ou petrografias. O primeiro tipo de inscrições é dominante na rocha, havendo só poucos desenhos superficiais, sem sulcos [...] (AYTAI, 1970, p.31).

Em uma segunda publicação, Aytai (1972) descreve: “Esta parede está coberta por 476 símbolos gravados parcialmente pintados com as cores vermelho, preto e amarelo” (AYTAI, 1972, p. 5). Figura 10.

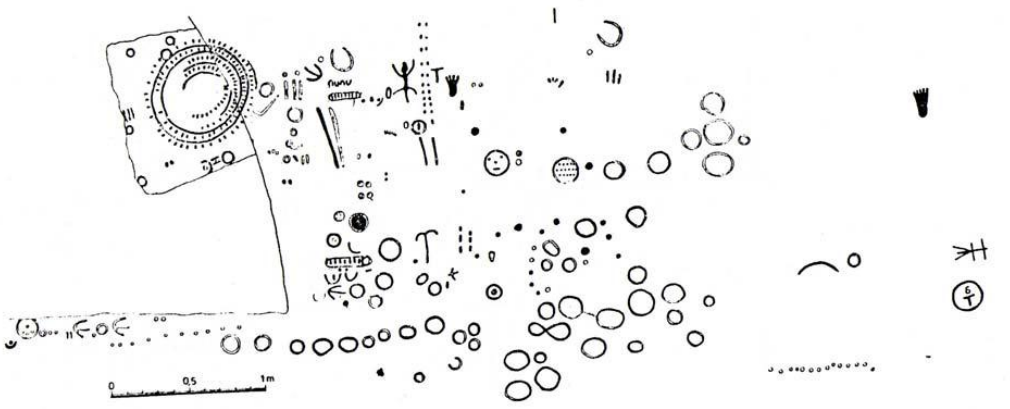


Figura 10: Desenho de Desidério Aytai sobre o Abrigo Itapeva em 1970. Extraído de Gravações Rupestres de Itapeva. Revista da Universidade Católica de Campinas, nº33, p. 29-61. Campinas 1970.

Numa tentativa de classificação da arte rupestre brasileira, André Prous (1989), registra e atribui as inscrições do abrigo Itapeva à Tradição Geométrica, exceto uma imagem pintada de um cervídeo, esta classificada como Tradição Planalto, situada a cerca de 4m da esquerda das inscrições. Figura 11 e 12.

De forma geral, a tradição geométrica caracteriza-se por gravuras quase sempre em círculos, traços, pontos e pontilhados com raras representações figurativas (PROUS, 1989, p.14-15).

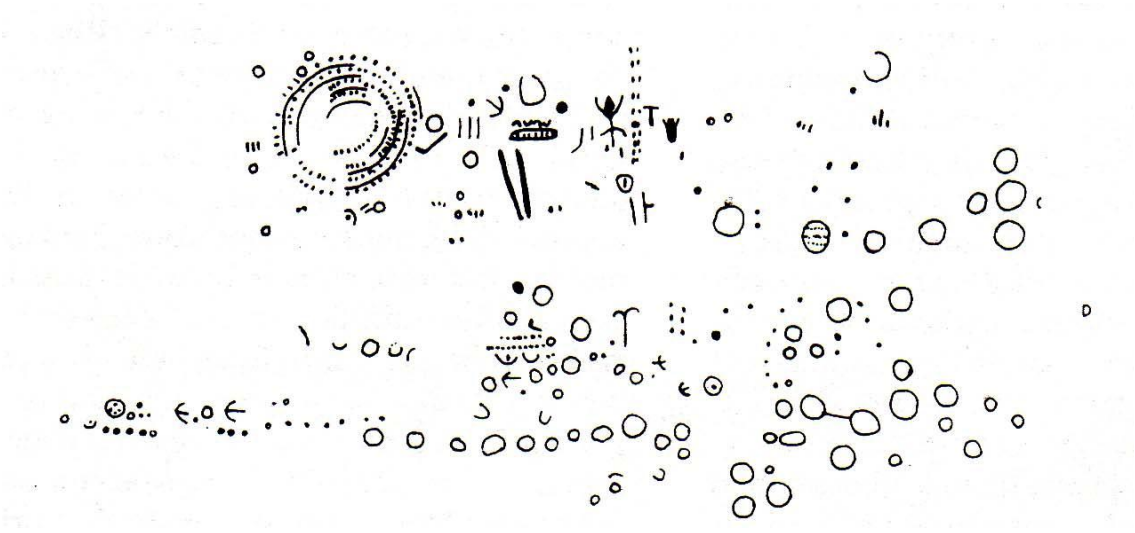


Figura 11: Desenho de André Pous sobre o Abrigo Itapeva em 1979. Extraído Arte Rupestre Brasileira: uma tentativa de classificação. Revista de Pré-História da Universidade de São Paulo, 1989.

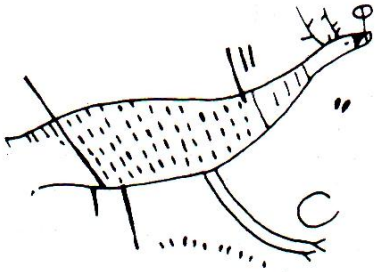


Figura 12: Desenho de um cervídeo por André Pous sobre o Abrigo Itapeva em 1979. Extraído Arte Rupestre Brasileira: uma tentativa de classificação. Revista de Pré-História da Universidade de São Paulo, 1989.

Antônio Carlos Mathias Cavalheiro (2004) nos Campos Gerais, lado paranaense, nas redondezas do rio Tibagi, afluente do Paranapanema, estuda um conjunto temático-estilístico de 22 sítios arqueológicos com pinturas rupestres. Após rigorosa análise da morfologia das pinturas, a técnica empregada, o tratamento gráfico aplicado, a disposição das pinturas no interior dos abrigos, a monocromia do conjunto e a valorização do meio ambiente em que estão inseridos considerou que existem dois grupos de sítios decorados com distintos temas pintados:

> Os sítios apenas com sinais, em especial os sítios 4,10,14 e 21, e os sítios com presença de formas da categoria de representações figurativas, sítios 1,2,3,13,17,18,19 e 20. Esse arranjo dos temas pintados entre os dois grupos de sítios podem indicar sítios com

> funções diferentes, recebendo tratamento diferenciado ou pinturas produzidas por autores culturalmente e/ou cronologicamente distintos (CAVALHEIRO, 2004, p. 106).

Cavalheiro conclui que o segundo grupo, categoria de representações figurativas, apesar de algumas diferenças (por exemplo: a pouca ocorrência de cervídeos maiores com menores – a tríade macho, fêmea e filhote) pode-se filiar seguramente a Tradição Planalto.

Silvio Alberto Camargo Araújo (2006) apresenta um novo painel que faz parte do Abrigo da Fazenda Pouso Alto e Borda. Com cerca de 160 símbolos entre círculos, semicírculos, pontos e bastonetes. Este abrigo dista cerca de 4 quilômetros a sul do Abrigo Itapeva. Em superfície, foram observados fragmentos cerâmicos do sistema regional Kaingang. Ver figura 13.

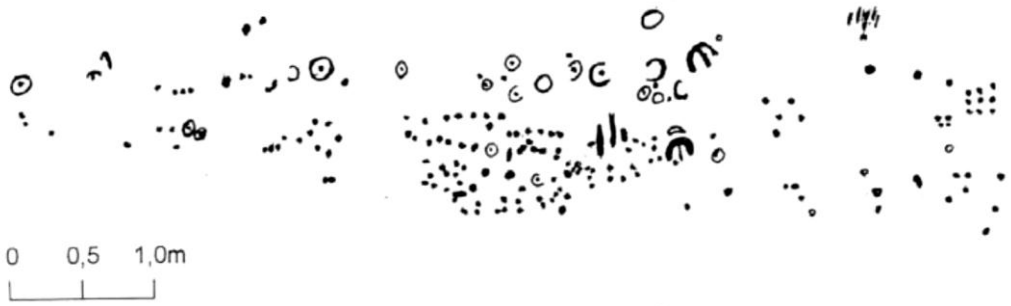


Figura 13: Abrigo da Fazenda Pouso Alto e Borda, segundo Silvio A.C. Araújo. Contribuição a Formação de Políticas Públicas para Gestão Patrimonial. Dissertação Apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2006.

Ambos os abrigos parecem estar correlacionados quanto à confecção das inscrições resultando em baixo relevo na rocha matriz arenítica preenchido com pigmentos vermelhos, tradição geométrica descrita por Prous (1989) e cultura material em superfície atribuída ao sistema regional Kaingang com presença de algum material lítico fragmentado pelo pisoteio de máquinas agrícolas (CAMARGO ARAÚJO, 2006, p. 52).

Outra pesquisa em Itapeva é apontada por Pereira Jr. (1964). Ele dá notícia sobre um achado arqueológico ocorrido, no bairro da Caputera em Itapeva.

Apesar dos danos irreparáveis causados pelas raízes das plantas e inabilidade dos escavadores ao retirar o “achado arqueológico”, após exame de gabinete concluiu-se tratar de uma igaçaba de formato piriforme de porte médio corrugada e uma peça de dimensões maiores, com superfície alisada no formato de uma bacia. Ambas igualmente atribuídas por José Anthero Pereira Júnior á cultura Tupi-guarani (PEREIRA JÚNIOR, 1964, p.1). Figura 14.

Figura 14: Desenho de Pereira Júnior das vasilhas encontradas no bairro da Caputera no município de Itapeva no ano de 1964 (sem escala). Extraído e adaptado de Notícias de um achado arqueológico ocorrido em Itapeva. Apontamentos Arqueológicos nº7. Setembro de 1964.

Em áreas vizinhas, no mesmo período, a oeste e noroeste, dois projetos de pesquisa de larga envergadura ocorrem na década de 1960: o Projeto Arqueológico Itararé (1964-1968), financiado pela Diretoria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional e pelo Conselho de Pesquisas da Universidade Federal do Paraná, e o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas financiado pelo Smithsonian Institution e pelo Conselho Nacional de Pesquisas capitaneado por Chmyz (1969), que resulta em cerca de 200 sítios arqueológicos pesquisados no vale do rio Paranapanema e baixo Itararé.

Como resultado das pesquisas definiu-se na época, duas fases pré-ceramistas:

A fase Timburi de ocorrência no Salto Grande do Paranapanema no trecho basáltico que delimita o terceiro Planalto Paranaense no vale do rio Itararé. As descobertas consistem em raspadores de arenito “fritado” que variam de 5 a 15 centímetros de comprimento e 3 a 7 centímetros de espessura e facas obtidas por pressão que teriam de 5 a 15 centímetros de comprimento e de 1,5 a 4 centímetros de espessura. Ocorrem também, segundo o autor, grandes raspadores com escotaduras e, em menores quantidades perfuradores e talhadores (CHMYZ, 1969, p.15).

Os sítios da fase Andirá foram localizados principalmente no vale do rio Itararé, alguns no do Paranapanema com evidências relativamente rasas – menor que 12 cm. Os artefatos são de arenito “fritado” o quartzito ou o sílex e eram obtidos através de seixos rolados. Entre os artefatos estão: facas, raspadores, perfuradores, talhadores e percutores (CHMYZ, 1969, p. 16).

Ainda na bacia superior do Paranapanema lado paranaense Chmyz (1967) levanta dados e informações sobre três fases ceramistas nos seus afluentes (rios Itararé, Cinzas, Pardo, Tibagi e no próprio Paranapanema).

As fases Cambará e Tibagi são atribuídas a Tradição Guarani. Sendo a fase Itararé composta por quatro sítios com 380 fragmentos cerâmicos, sendo: dois tipos simples de cor negra uniforme, raros cacos de cor marrom clara e um tipo decorado denominado Itararé Vermelho. Foram estabelecidas 12 formas básicas de recipientes com bases arredondadas e planas (CHMYZ, 1967 p. 67-68).

Eurico Miller, após estudos nos anos de 1965 e 1966 no vales dos rios Sinos e Maquiné e zona lagunar litorânea no nordeste do Rio Grande do Sul, vai definir uma cerâmica distinta da Tradição Guarani, denominado fase Taquara, dividindo-a em:

> decorada e não decorada, sendo que a primeira é plástica e obtida por meio de ponteado, ponteado arrastado, inciso, ungulado horizontal e vertical, ungulado secante em linha, ungulado do tangente em linha, pinçado, acordelado, aplicado em mamiloforme e muitas vezes em técnicas combinadas [...] A cor é variada, indo do marrom escuro a tijolo claro e em menor quantidade acinzentada. Os recipientes não decorados são menos numerosos e alisados regularmente. Em Alguns casos, percebe-se o brunido em faixas horizontais. A forma dos recipientes decorados é simples variando de cônica e cilíndrica, e todas com fundo arredondado (MILLER, 1967 p. 20)

Eurico Miller relaciona alguns dos sítios Taquara a casas subterrâneas, situação que se verifica depois nos estados de Santa Catarina, Paraná e sul/sudeste São Paulo.

Das pesquisas de Chmyz (1967, 1968) e Miller (1967) e, daí por diante vai surgir, ainda que com várias discussões e resguardos, o que hoje se chama no Paranapanema macrossistema regional Kaingang[74].

Porém, um dos trabalhos arqueológicos mais importantes ocorre no ano de 1968 em Itapeva.

Através do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, foram realizadas algumas escavações no sítio Fonseca, no referido bairro da Caputera. Luciana Pallestrini (1969) inicia a interiorização da arqueologia paulista, estudando e desenvolvendo métodos e técnicas de campo.

Surge então, a idealização do primeiro plano de trabalho para o interior do Estado de São Paulo, que mais tarde irá conceber o Projeto Paranapanema.

> Com os trabalhos arqueológicos em Itapeva, a equipe do Museu Paulista da Universidade de São Paulo deu início a um plano de trabalho que visa fazer a cobertura arqueológica de sítios cerâmicos tupi-guaranis no território do Estado de São Paulo. Este planejamento tem por objetivo situar em termos de espaço e tempo, dentro dos métodos mais recentes o maior número de sítios deste tipo, a fim de contribuir para um quadro geral da arqueologia brasileira referente à cerâmica tupi-guarani (PALLESTRINI, 1969, p.5).

É do sítio Fonseca que surgem as primeiras datações através de fragmentos de cerâmica pelo método de termoluminescência do sistema regional Guarani feitas no Paranapanema superior paulista, conforme tabela 2 a seguir.

---

[74] São variadas as denominações encontradas de região para região de acordo características prevalecentes nas cerâmicas como, por exemplo: cerâmica Kaingang, Itararé, Itararé-taquara, Casa de Pedra ou, pertencente ao grupo lingüístico Jê. Não é objeto de estudo discutir as diferenças e semelhanças tipológicas, bem como o contexto de cada monenclatura de toda região sul e sudeste do Brasil. Como mencionado, apesar de várias discussões e resguardos é quase que um consenso entre arqueólogos a existência de um macro sistema regional de agricultores ceramistas Kaingang ou de origem Jê.

Tabela 2: Datações do sítio Fonseca realizada por Pallestrini em 1970[75].

Amostra	Estrato	Método	Ano a.C/d.C	Processamento	Ano AP
Frag. de cerâmica	1	Termoluminescência	1.000 d.C.	IF- USP, 1970	970 ± 100
Frag. de cerâmica	1	Termoluminescência	960 d.C.	IF- USP, 1970	1010 ± 100
Frag. de cerâmica	1	Termoluminescência	894 d.C.	IF- USP, 1970	1076
Frag. de cerâmica	1	Termoluminescência	870 d.C.	-	1010 ± 100
Frag. de cerâmica	1	Termoluminescência	860 d.C.	IF- USP, 1970	1110 ± 110
Frag. de cerâmica	1	Termoluminescência	780 d.C.	IF- USP, 1970	1190 ± 120

Luciana Pallestrini ainda estuda muitos outros sítios no Paranapanema, entre eles: o sítio Jango Luís (1968/69) em Angatuba com 1210 anos B.P.; o sítio arqueológico Alves (1974) em Piraju com 1020 anos BP; o sítio Almeida em Tejupá de 470 a 3.600 anos B.P. em Tejupá; faz estudos sobre as estruturas arqueológicas do estado de São Paulo (PALLESTRINI, 1974; 1975).

Já em 1975 compõem consideráveis dados e informações sobre a arqueologia do grupo Guarani e Caçadores-coletores no interior paulista.

Pallestrini associa e caracteriza núcleos de terra preta aos sítios guaranis, inicia a inserção espaço/temporal da arqueologia no Estado de São Paulo e registra sistematicamente a variabilidade da cerâmica Guarani – tipos liso, pintado, corrugado, ungulado, escovado, serrungulado, pinçado, nodulado, canelado, ponteado - que mais tarde serão notados em outras pesquisas sistemáticas pelo Paranapanema a fora.

Também, sob os primeiros passos do ProjPar (PALLESTRINI & MORAIS, 1983/1984) prospectam e escavam a aldeia Prassévichus em Itaberá de onde são retiradas oito urnas funerárias Guarani de tratamento simples – liso, corrugada e pintado além de evidenciar algumas características do habitat pré-histórico como fundos de cabanas, buracos de esteios, fogueiras e os próprios sepultamentos incrementando ainda mais o conhecimento sobre os modos de vida dos Guarani.

[75] Apresentado por José Luiz de Morais. Tópicos de Arqueologia da Paisagem. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, nº 10, ano 2000.

No final de duas décadas de pesquisas na publicação dos resultados do estudo do sítio arqueológico Nunes, no município de Piraju-SP (Pallestrini 1988, *apud* MORAIS, 1981) sintetiza os resultados alcançados no Projeto Paranapanema em seis tópicos específicos:

1- Prospecções contínuas e concomitantes em leque divergente, cobrindo os fácies geobotânico e arqueológico do Paranapanema paulista;

2- Escavações sistemáticas anuais em cerca de vinte sítios arqueológicos, numa tentativa de obtenção do maior número possível de dados referentes ás ocupações pré-históricas;

3- Evidenciação de ocupações pré-históricas situadas na faixa cronológica de 1 a 7 milênios: Sítio Nunes (879 ± 80 BP) e Sítio Brito (7.020 ± 70 BP);

4- Evidenciação de características estruturais de habitação pré-históricas tais como: fundo de cabanas com fogueiras, áreas de circulação, buracos de esteio, áreas de confecção de cerâmica, áreas de talhe em pedra;

5- Sepultamento em urnas, inerentes ás aldeias pré-históricas ceramistas evidenciadas;

6- Estabelecimentos de uma escala cronológica das ocupações pré-históricas dos diferentes níveis detectados nos sítios do Paranapanema paulista.

No médio Paranapanema, José Luiz de Morais (1978) aborda em sua dissertação de mestrado intitulada “O estudo de ocupação do espaço por povos pré-históricos em função das formas de relevo e o aproveitamento das reservas petrográficas por populações pré-históricas do Paranapanema”. O estudo apresenta a relação existente entre a estrutura geológica e as indústrias líticas pretéritas na área. Sequencialmente aprofunda o estudo de fotointerpretação na prospecção de sítios arqueológicos Morais (1985; 1986).

Como resultado da práxis acadêmica se constrói e consolida um modelo de detecção e mapeamento de geoindicadores arqueológicos que convergem para a previsão dos compartimentos da paisagem potencialmente aptos a apresentarem assinaturas dos povos indígenas pré-coloniais baseados num arcabouço teórico-metodológico que irá permear futuras pesquisas.

Posteriormente, será realizada a implementação de um plano diretor de pesquisa que norteará os trabalhos acadêmicos no decorrer das décadas

seguintes e irão culminar na tese de livre docência intitulada “As Perspectivas Geoambientais da Arqueologia do Paranapanema Paulista”, Morais (1999). Será, então, expressa a organização detalhada do plano diretor de pesquisa do ProjPar e muitos outros e protocolos. Morais ressalta a diferenciação entre plano diretor de pesquisa e projeto, comumente confundidos ou mesmo inexistentes em algumas regiões Brasil a fora.

> Se um projeto que formaliza ações, um plano diretor de pesquisa constitui um complexo de normas e diretrizes técnico-científicas para o desenvolvimento global e constante de uma modalidade (que pode ser um ou vários núcleos temáticos), em determinado território. O plano diretor é a expressão das aspirações técnico-científicas de uma equipe quanto às práxis de certas modalidades, preferencialmente vistas a partir do universo das suas intersecções. Deve constituir instância superior com relação aos projetos, funcionando como catalisador e direcionador das ações individuais e coletivas, posto que tem um objetivo bastante amplo: interferir em todo o processo de modo a compatibilizar anseios e otimizar metas (MORAIS, 1999, p.41)

Durante o início da década de 1980 com o estudo do sítio arqueológico Brito, este foi considerado o mais antigo do Estado de São Paulo (VIALOU, 1983). A partir da constatação de quatro níveis de ocupações e testes com C14 chegou-se a idades[76] inéditas até então no Paranapanema. Vide tabela 3.

Tabela 3: Datações dos quatros níveis do sítio Brito (1983).

Amostra	Idade	Localização
GIF - 6254	3.930 ± 60 anos	BC 30, zona central, fim da camada marrom misturada, 30 cm de profundidade
GIF - 6251	4.260 ± 60 anos	J 12, trincheira J, camada marrom, camada arenosa, 30 cm de profundidade
GIF - 6253	5.080 ± 60 anos	E 26, zona central, camada marrom, início do solo arqueológico, 69 cm de profundidade
GIF - 6250	7.020 ± 70 anos	J 1, trincheira J, camada arenosa 60 cm de profundidade

[76] Datação realizada pelo Laboratoire du Radiocarbone: Centre des Faibles Radioactivités CNRS-CEA, GIF-SUR-Yvette, 06/10/1983 (VIALOU, 1983 p.14)

Entre outros estudos desenvolvidos pelo ProjPar no Paranapanema como um todo, estão:

Estudo do Sítio Arqueológico Alvim no contexto do Projeto Paranapanema e Arqueologia do cenário das ocupações horticultoras da Capivara, baixo Paranapanema-SP (FACCIO, 1992; 1998). Aborda-se um estudo de caso de sítios cerâmicos Guarani.

Estudo sobre o "Homem pré-histórico de Salto Grande do Paranapanema" (MORAIS, 1994);

Os Inventários do Patrimônio Arqueológico dos municípios de Sarutaiá e Itaí por Morais no ano de 1996, com informações sobre dados locacionais, meio ambiente físico biótico, sócio-econômico, intervenções de campo, natureza e composição dos sítios, estado de conservação, datações e outras informações.

Sarutaiá, no médio Paranapanema, além do sítio Brito[77], são relacionados os seguintes sítios:

Boa Vista e Boa Vista 2 atribuído a Caçadores-coletores (cerca de 5.000/ 1mil anos A.P.) e sítio Mina Palanquinhos atribuído a grupos ceramistas e horticultores vinculados a Tradição Tupiguarani (MORAIS, 1996a).

Para Itaí, área situada no Paranapanema superior Sítio Caçador, antigo sítio Prassévichus de Itaberá e Caçador 2. Ambos com inserção cronoculturais para ceramistas e horticultores da Tradição Tupiguarani (cerca de 1.000 A.P); sítio Caçador 3 que trata de uma evidência de provável casa subterrânea, "*situada em topo de colina nas proximidades do antigo sítio Prassévichus, em confirmada a suspeita este seria o registro mais setentrional da existência de casas subtrrâneas na bacia do Paranapanema"* (MORAIS, 1996b, p. 3).

Em Angatuba, o sítio Roque com idade de 1.100 A.P. e o sítio Branco distante cerca de 10 quilômetros com quatro manchas de solo antropogênicos (AFONSO, 2005, p. 39).

Maria Cristina Oliveira Bruno (1995) estuda a musealização da arqueologia através da proposição de Modelos para o Projeto Paranapanema, baseados em critérios técnico-científicos de maneira a apresentar alternativas museológicas para o gerenciamento e extroversão da informação, relacionados aos processos de preservação patrimonial.

---

[77] Já mencionado.

São apresentadas pela pesquisadora três proposições ou modelos, a saber:

> Modelo 1 – “Os impasses dos Museus Tradicionais – Programa de Comunicação Museológica do MAE/USP” – disseca as questões históricas e muesológicas que estão na base da estruturação desta instituição e que direcionam a assimilação interna das pesquisas do Projeto Paranapanema, como também interagem com as perspectivas de tratamento e comunicação do conhecimento e produzido no âmbito deste projeto.
> Modelo 2- “A integração das Referências Patrimoniais – Museu da Cidade de Piraju” – parte da perspectiva de que o isolamento das fontes arqueológicas, em processos museológicos estanques, tem colaborado para a incompreensão das características culturais dos povos que nos precederam.
> Modelo 3 – “O Resgate dos Vestígios Abandonados – Museus do interior” foi proposto com o objetivo de abordar um outro lado da problemática referente à musealização da Arqueologia. Trata-se da realidade arqueológica existente nestas instituições, mas destituída de qualquer envolvimento científico com as pesquisas em desenvolvimento no Estado de São Paulo (BRUNO, 1995, p.218-219).

O Modelo 3 – também identificado como modelo estratégico, corresponde à necessidade de recuperar os vestígios abandonados nos próprios museus paulistas do interior. Neste sentido, ele é o menor e mais conciso modelo apresentado (BRUNO, 1995, p. 346).

Também sobre a museologia no Paranapanema, o estudo do Perfil Museo-arqueológico do Projeto Paranapanema Selma Ires Chiari (1999) analisou a ocorrência da arqueologia (artefatos e formas expográficas existentes) nos municípios de Avaré, Chavantes, Ourinhos, Piraju e Pirapozinho no médio Paranapanema.

Em 1979, André Prous informa a existência de quatro sítios arqueológicos, sendo sete casas subterrâneas, as quais, possuem diâmetro

que variam de 3 a 9 metros e 1 a 1,8 metros de profundidade, no bairro do Itambé, hoje município de Bonsucesso de Itararé (PROUS, 1979, p.132).

Sob desígnio do ProjPar, tais casas subterrâneas e outras mais são descobertas e serão registradas através de coordenadas UTM por Araújo (1995, 2001) e estudadas por Kamase (2004), compondo informações até então pouco conhecidas para o estado de São Paulo.

Somadas aos estudos realizados por Marisa Coutinho Afonso (AFONSO, 1997; 2002), realizados no vale do rio Ribeira de Iguape lado paulista, vão resultar em nova cartografia para as casas subterrâneas no Brasil, agora com ocorrência no sul e sudeste de São Paulo.

Luciane Miwa Kamase (2004) estuda especificamente a presença de "casas subterrâneas" na bacia do Alto Taquari, nos municípios de Bonsucesso do Itararé, Nova Campina, Ribeirão Branco e Itapeva. O total de "casas subterrâneas" estudadas atinge o número de 44.

Kamase trabalhou com a hipótese de que existam, pelo menos, três tipos de depressões, as quais necessitam ser identificadas e diferenciadas, são elas:

Natural: trata-se de depressões no terreno, denominadas dolinas, possuem dimensões variadas (desde um a centenas de metros de diâmetro), de formatos variados (bacias, funis, baldes) e que se originam basicamente de processos físicos e químicos;

Antrópica: refere-se às chamadas "casas subterrâneas", ou seja, cavidades no solo construídas pela intervenção humana, com dimensões que variam de uma unidade a dezenas de metros;

Antropizada: existe a possibilidade de que as depressões naturais (dolinas) tenham sido manejadas pelas populações indígenas para seu aproveitamento.

Kamase conclui que deve haver necessidade de cautela pelo menos para São Paulo, antes de registrar qualquer depressão como sítio arqueológico, pois, identifica no estudo pelo menos quatro tipos de feições doliniformes (KAMASE, 2004, p. 85-7), são elas:

Naturais: formadas por fatores geológicos como, por exemplo, as dolinas;

Antrópicas recentes: depressões construídas pelo homem, em épocas recentes, para diversos usos: fornos para a produção de carvão, bebedouro

para animais, caixas de água para irrigação, na maioria das vezes abandonados;

Antrópicas antigas ou arqueológicas: depressão com evidências de utilização, comprovadas pela presença de cultura material e alteração nos solos através de indicativos de ocupação;

Utilizadas ou antropizadas: o exemplo da pequena cidade de Nova Campina que se desenvolveu dentro de uma enorme dolina

Outra importante contribuição de Kamase refere-se à antiguidade das casas subterrâneas paulistas. os sítios CSU 90 e CSU 120 são datados, conforme a tabela 4.

Tabela 4: Datações de Casas Subterrâneas realizadas por Kamase 2004.

Sítio	Filiação	Idade (AP) Método	Faixa Cronológica	Laboratório nº Amostra
CSU 90	Itararé - Taquara	1.200 ± 120 (TL)	AD 683 ~923	LVD 823
CSU 120	Itararé - Taquara	1.530 ± 150(TL)	AD 323~623	LVD 824

A partir da década de 1990 e início do século XXI, Astolfo Gomes de Mello Araújo encontra e inicia o processo de georreferenciamento[78] de mais de uma centena de sítios arqueológicos, como as casas subterrâneas, abrigos rupestres, sítios pré-históricos, líticos e cerâmicos, sítios históricos em superfície e sub-superfície nos municípios de Itapeva, Nova Campina, Bonsucesso de Itararé e Ribeirão Branco entre outros municípios tornando-se referência para qualquer estudo no alto Paranapanema (ARAÚJO, 1995; 2001).

Araújo busca entender como os vestígios arqueológicos se distribuem na paisagem e quais os possíveis significados desta distribuição, além de relacionar como os vestígios arqueológicos se ordenam ao longo do tempo com áreas vizinhas como, por exemplo, o médio Ribeira e médio Paranapanema.

Através de critérios ambientais foram escolhidas Áreas Piloto[79] onde ocorrem prospecções de superfície de cobertura total (sistemáticas),

[78] Em *datum* utilizado SAD-69.

[79]Quanto à representatividade em termos ambientais: os diferentes substratos geológicos da área resultam em diferentes relevos, e em diferentes solos, que suportam (ou suportavam) diferentes tipos de comunidades bióticas. Em um sentido amplo, procurou-se representar as diferentes paisagens existentes no Alto Taquari. Quanto à representatividade em termos espaciais: as áreas piloto foram escolhidas também de maneira a permitir uma cobertura

prospecções intuitivas (em compartimentos ambientais específicos ou barrancos, leito de estradas, terraplanagens, erosão etc.) ou com informações orais, além realização de poços-teste através de levantamento por amostragem probabilística estratificada, usando quadrados ou transectos escolhidos randomicamente - malha de sondagens - de modo a se obter parâmetros confiáveis sobre os tipos de vestígios existentes, sua densidade em cada estrato ambiental e possíveis correlações entre os vestígios e feições discretas da paisagem.

Como resultado, torna-se claro a inexistência de relação entre sítios líticos do alto Taquari com os do médio Ribeira e alguma relação com os sítios do médio Paranapanema.

Ocorre também a diferenciação entre sítios líticos relacionados com grupos ceramistas Itararé-taquara, estes com pouca profundidade, pequena quantidade de material e uma indústria lítica com tecnologia de redução generalizada e os sítios líticos antigos pré-ceramistas que, em geral, foram encontrados em maior profundidade, maior quantidade de peças e indústria lítica refinada.

Referente aos grupos ceramistas para o Paranapanema, o autor compara a situação regional à da região planáltica de São Paulo: os Tupiguarani ocupando as áreas mais abertas, com relevo mais suave, ladeados de grupos de origem Jê (Itararé-taquara) ocupando as áreas mais acidentadas sobre as serras (ARAÚJO, 2001, p. 329).

Araújo aponta diferenças na cerâmica Tupiguarani. Enquanto no médio Paranapanema, esta apresenta variações na decoração plástica, corrugado, por exemplo, os Tupiguarani do alto Taquari não apresentam tal decoração. Argumenta o pesquisador:

"Seriam os sítios Tupiguarani do Alto Taquari relacionados a uma ocupação Tupi? Seriam estes os "Tupi", aliados dos paulistas, a que os missionários jesuítas se referiam (p.332)[80]*".*

---

regular do Alto Taquari. Deste modo, foram locadas áreas piloto no nordeste (Ribeirão Fundo), norte (Taquari Guaçú), noroeste (Corisco), centro (Barreiro), sudeste (Cachoeira), sul (Campina de Fora) e sudoeste (Taquaruçu da Serra) da região de interesse (ARAÚJO, 2001, p.155).

[80] Dos seis sítios detectados atribuídos aos Tupiguarani, dois PNH e RCD apresentam, com certeza, fragmentos cerâmicos associados às tradições Tupiguarani e Itararé-Taquara. Quanto

Cronologicamente existem duas datações para o grupo de sítios em que se suspeita serem Tupis, o sitio Bianco com 295± 30 e o sítio SCF-1 com 380±30. O sítio SCF-4 não havia sido datado até o fechamento desta tese.

Também são obtidos dados e informações sobre a implantação dos vários tipos de sítios encontrados na paisagem como o compartimento topográfico ocupado pelo sítio, declividade e orientação da vertente, distância e nível em metros em relação à água mais próxima e altitude em relação ao nível do mar.

A relação dos sítios identificados por Araújo é apresentada a seguir nas tabelas 5 a 12**.**

Tabela 5: Sítios arqueológicos identificados e georreferenciados por Araújo (2001) na Área Piloto Taquari Guaçú - TQG.

Nome e sigla do sítio	**Tradição ou contexto**	**Coordenada UTM**
Abrigo de Itapeva – ITV	Multicomponencial arte rupestre, lítico e Itararé-Taquara	22J 0706005/ 7337175
Sítio Bianco – BNC	Cerâmico Tupiguarani	22J 0708918/7340525
Sítio Cedro – CDR	Cerâmico Tupiguarani	22J 0708994/7336094
Sítio Capela – CPL	Lítico	22J 0707683/7340214
Sítio Fraccaroli – FRC	Feição Doliniforme	22J 0706557/7338016
Sítio Faxinal – FXN	Feição Doliniforme	22J 0708848/7341537
Sítio Faixa Vermelha – FXV	Lítico	22J 0706099/7336776
Sítio FaixaVermelha 2 – FX2	Lítico	22J 0706044/7336885
Sítio Menk & Plens – MPL	Lítico Antigo	22J 0707753/7339605
Pequeno Abrigo – PAB	Lítico	22J 0706766/7339010
Sítio Pedra Grande – PGD	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0707907/7334314
Sítio Pedra Grande 2 – PG2	Multicomponencial Lítico Antigo e Itararé-Taquara	22J 0707760/7335457
Sítio Pedra Grande 3 – PG3	Lítico	22J 0707701/7335273
Sítio Pedra Grande 4 – PG4	Lítico	22J 0707560/7335275
Sítio Pedra Grande 5 – PG5	Lítico	22J 0707480/7335584
Sítio Pedra Grande 6 – PG6	Lítico	22J 0706980/7336237
Sítio Pedra Limpa – PLP	Lítico	22J 0707006/7339960
Sítio Porteira – PTR	Cerâmico Tupiguarani	22J 0708135/7341103
Sítio Ramos – RMS	Lítico	22J 0707040/7336452

aos sítios BNC, MRA, PTR e CDR o pesquisador coloca a questão destes sítios serem de grupo de origem Tupi, ou seja, diferentes dos sítios do médio Paranapanema (p.322-323).

Sítio Ramos 2 – RM2	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0706794/7336978
Sítio Ramos 3 – RM3	Lítico	22J 0706673/7337326
Sítio Retiro – RTR	Lítico Antigo	22J 0706372/7337324
Sítio Santo Bueno – SBU	Lítico	22J 0706816/7338517
Sítio Tunga – TNG	Arte Rupestre	22J 0706374/7337733

Tabela 6: Sítios arqueológicos identificados e georreferenciados por Araújo (2001) na Área Piloto Corisco - CRC.

Nome e sigla do sítio	**Tradição ou contexto**	**Coordenada UTM**
Sítio Aroeira - ARA	Lítico	22J 0693787/7332047
Sítio Cachoeira da Cobra - CCB	Feições de Polimento	22J 0695920/7334550
Sítio Ponte - PTE	Lítico	22J 0693964/7332728
Sítio Pouso Alto- PAT	Multicomponencial Lítico Antigo / Itararé-Taquara	22J 0698043/7335564
Sítio Pouso Alto 2 - PA2	Lítico	22J 0697605/7335097

Tabela 7: Sítios arqueológicos identificados e georreferenciados por Araújo (2001) na Área Piloto Ribeirão Fundo - RFD.

Nome e sigla do sítio	**Tradição ou contexto**	**Coordenada UTM**
Sítio Maria Moura - MMR	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0723162/7340186
Sítio Morus - MUS	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0728468/7337814
Sítio Paredão - PRD	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0724996/7339783
Sítio Pedra da Baleia – PBL	Lítico	22J 0727581/7336260
Sítio Pinha – PNH	Multicomponencial Tupiguarani e Itararé-Taquara	22J 0723701/7339881
Sítio Rancho Caído - RCD	Multicomponencial Histórico / Tupiguarani / Itararé-Taquara	22J 0723568/7337356
Sítio São Rafael - SRF	Lítico	22J 0723754/7339687

Tabela 8: Sítios arqueológicos identificados e georreferenciados por Araújo (2001) na Área Piloto Barreiro - BRR

Nome e sigla do sítio	**Tradição ou contexto**	**Coordenada UTM**
Sítio Boa Vista – BVT	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0706680/7322760
Sítio Cateto – CTT	Feição Doliniforme	22J 0707779/7325874
Sítio Cateto 2 – CT2	Feição Doliniforme	22J 0707519/7325606
Sítio Cateto 3 – CT3	Feição Doliniforme	22J 0707360/7327023
Sítio Mamangaba – MGB	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0707066/7325629
Sítio Müzel – MZL	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0705826/7325504
Sítio Taquari – TQI	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0706790/7326753

Tabela 9: Sítios arqueológicos identificados e georreferenciados por Araújo (2001) na Área Piloto Taquaruçú da Serra – TQS.

Nome e sigla do sítio	**Tradição/contexto**	**Coordenada UTM**
Sítio Andrade – AND	Lítico	22J 0691730/7313710
Sítio Andrade 2 – AN2	Lítico	22J 0691869/7313554
Sítio Anfiteatro – ANF	Lítico	22J 0689010/7310670
Gruta da Posse – GPS	Lítico	22J 0690594/7313110
Sítio Heliodoro – HLD	Lítico	22J 0692014/7313860
Sítio Posse – PSS	Multicomponencial Lítico/Histórico	22J 0690874/7312952
Sítio Posse 2 – PS2	Lítico	22J 0690448/7312804
Sítio Saltinho – STN	Lítico	22J 0689323/7312973
Sítio Votorantim – VTR	Lítico	22J 0689729/7311737

Tabela 10: Sítios arqueológicos identificados e georreferenciados por Araújo (2001) na Área Piloto Campina de Fora - CDF.

Nome e sigla do sítio	**Tradição/contexto**	**Coordenada UTM**
Sítio Campina de Fora – CDF	Lítico	22J 0708596/7309390
Sítio Leonir – LNR	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0707226/7308806
Sítio Monjolada – MJD	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0707121/7312149
Sítio Monjolada 2 – MJ2	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0707856/7312424
Sítio Monjolada 3 – MJ3	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0708147/7311973
Sítio Morro do Gato – MGT	Montículos	22J 0706476/7310653
Sítio São Sebastião – SBT	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0706945/7308138
Sítio Serraria – SRA	Lítico	22J 0707956/7310432

Tabela 11: Sítios arqueológicos identificados e georreferenciados por Araújo (2001) na Área Piloto Cachoeira - CRA.

Nome e sigla do sítio	**Tradição/contexto**	**Coordenada UTM**
Sítio Araucária - ARC	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0721342/7313155
Sítio Bertini – BTN	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0719097/7313321
Sítio Cachoeira – CRA	Lítico	22J 0722175/7313099
Sítio Cachoeira 2 – CR2	Lítico	22J 0722418/7312918
Sítio Cachoeira 3 – CR3	Lítico	22J 0721834/7314135
Sítio Gasbol 5 – GB5	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0720822/7317585
Sítio Gasbol 6 – GB6	Lítico	22J 0720459/7317229
Sítio Gasbol 7 – GB7	Lítico	22J 0720136/7316853
Sítio Gasbol 8 – GB8	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0719410/7315443
Sítio Gomes – GMS	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0722682/7312880
Sítio Guimarães – GMR	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0720038/7315989
Sítio Manacás – MNC	Lítico	22J 0719469/7313716
Sítio Marcelino – MCL	Lítico Antigo	22J 0721068/7316016
Sítio Mirante – MRT	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0721481/7316849
Sítio Neri – NRI	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0719884/7315435
Sítio Olian – OLN	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0720616/7315892
Sítio Queimada – QMD	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0721870/7313290

Sítio Renata Lopes – REL	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0719636/7315894
Sítio Ribeiro – RIB	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0719311/7313536
Sítio Ribeiro 2 – RI2	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0718319/7313695
Sítio Ribeiro 3 – RI3	Lítico	22J 0718205/7313757
Sítio Ribeiro 4 – RI4	Lítico	22J 0718124/7313690
Sítio Tapera – TPA	Lítico	22J 0720875/7315871
Sítio Tapera 2 – TP2	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0720891/7315819
Sítio Taquari Mirim – TMR	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0720282/7316548
Sítio Taquari Mirim 2 – TM2	Lítico	22J 0720318/7316479
Sítio Três Águas – TAG	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0723760/7313868
Sítio Três Águas 2 – TA2	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0723552/7313706

Tabela 12: Sítios arqueológicos identificados e georreferenciados por Araújo (2001) externos as Áreas Piloto.

Nome e sigla do sítio	**Tradição/contexto**	**Coordenada UTM**
Abrigo Porca Magra - PMG	Lítico	22J 0695800/7322525
Sítio Arlindo Cruz – ACR	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0745221/7332990
Sítio Barrinha – BRN	Lítico	22J 0704767/7307781
Casa do Barão de Antonina – CBA	Histórico	22J 0694354/7340106
Casa Subterrânea - CSU	Feição Doliniforme	22J 0691424/7315882
Casa Subterrânea 2 – CS2	Feição Doliniforme	22J 0691753/7316415
Casa Subterrânea 3 – CS3	Feição Doliniforme	22J 0690840/7316101
Sítio Delgado – DLG	Lítico	22J 0703341/7316025
Sítio Fonseca - FSC	Cerâmico Tupiguarani	22K 0711688/7373916
Sítio Gasbol 1 – GB1	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0714730/7309313
Sítio Gasbol 2 – GB2	Lítico	22J 0714633/7309223
Sítio Gasbol 3 – GB3	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0713567/7307278
Sítio Gasbol 4 – GB4	Lítico	22J 0714087/7307864
Sítio João Milizirdo - JMZ	Montículos	22K 0720138/7379539
Sítio Louzarde – LZD	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0707720/7306360
Sítio Mário Pires - MPS	Lítico	22J 0690626/7315898
Sítio Mendes – MDS	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0731964/7343333
Sítio Moura – MRA	Cerâmico Tupiguarani	22J 0710710/7338334
Sítio Pereiras – PRS	Lítico	22J 0723824/7319480
Sítio Pereiras 2 – PR2	Feição Doliniforme	22J 0723427/7319400
Sítio Quatis – QTS	Cerâmico Itararé-Taquara	22J 0713009/7304883
Sítio Rio Preto – RPT	Lítico	22J 0711541/7312107
Sítio Rio Preto 2 – RP2	Lítico	22J 0711526/7311967
Sítio Silveira - SVR	Cerâmico Tupiguarani	22K 0709016/7373856
Sítio Vila Velha – VVL	Histórico	23K 0732156/7349539
Valetas Defensivas	Histórico	22J 0716013/7343247

Em relação à cronologia, ainda que realizada a tentativa de datar os sítios que se acredita ser Tupiguarani, como foi o caso do sítio Bianco, as

amostras não tinham quartzo suficiente, sendo assim, houve a datação de quatro sítios arqueológicos Itararé-Taquara por Araújo (2001), vide tabela 13.

Tabela 13: Datações Itararé –Taquara, Araújo (2001).

Sítio	Filiação	Idade (Método)	Faixa Cronológica	Laboratório nº Amostra
Arlindo Cruz	Itararé-Taquara	1.000 ⌖ 100 anos (TL)	AD 900 ~ 1.100	LACIVID 40114
Arlindo Cruz	Itararé-Taquara	890 ⌖ 130 anos (TL)	AD 980 ~ 1.240	LACIVID 40112
Arlindo Cruz	Itararé-Taquara	620 ⌖ 40 anos (TL)	AD 1.340~1.420	LACIVID 40113
Gasbol 8	Itararé-Taquara	1.540 ⌖ 150 anos (TL)	AD 310 ~ 610	LVD 339
Müzel	Itararé-Taquara	1.530 ⌖ 170 anos (TL)	AD 300 ~ 640	LACIVID 40115
Quatis	Itararé-Taquara	1.160 ⌖ 100 anos (TL)	AD 740 ~ 940	LVD 340

Silvio Alberto Camargo Araújo (2006) apresenta dados e informações para subsidiar pesquisas e métodos de gerenciamento do patrimônio arqueológico do município de Itapeva, a fim de promover e desencadear ações de preservação e valorização desses bens, para tanto, realiza intensa pesquisa de campo para entender o que está ocorrendo *"in situ",* além de recorrer ao estudo e compreensão dos diversos diplomas legais, em especial, a legislação municipal. Também são discutidas as origens da cidade de Itapeva e sua relação com sítios recentemente descobertos[81].

O trabalho objetivou subsidiar e incentivar a gestão pública, participação coletiva e o desenvolvimento de novas pesquisas arqueológicas no município de Itapeva e região.

No final, além de propostas de gestão do patrimônio arqueológico tais como: contratação de pessoal especializado, reformulação da legislação sobre bens materiais (arqueológicos, documentais e histórico-arquitetônicos), fortalecimento de conselhos municipais de cultura e patrimônio histórico e artístico, subsídios a educação patrimonial além da primeira construção de seis cenários de ocupação humana para Itapeva e região, utilizando o patrimônio arqueológico e histórico-arquitetônico, a saber:

[81]Confira: Sítio Santa Maria e outros Araújo, (2006, p.62 - 83).

1º Cenário: trabalho com pedra lascada pelos caçador-coletores entre 6.000 a 2.500 anos antes do presente;

2º Cenário: chegada dos povos agricultores e produtores de cerâmica, guarani e Kaingang, a partir do século III;

3º Cenário: primeiros contatos dos povos indígenas Guaranis e Kaingang com colonizadores de origem européia, período aproximado entre 1500 a 1770;

4º Cenário: caracterizado pelo tropeirismo, invernagem de animais e escravidão, surge às primeiras construções que vão dar origem ao núcleo urbano de Itapeva, período aproximado entre 1770 e 1880 (transição entre período colonial e imperial);

5ºCenário: intensificação da ocupação humana e produção agropecuária, período aproximado: entre 1880 culminando nas grandes construções institucionais das primeiras duas décadas do século XX (transição entre império e república);

6ºCenário: crescimento urbano e industrial a partir de 1930 com exploração de minérios, fixação de indústrias, reflorestamento e expansão da agropecuária intensiva e moderna durante o século XX.

Também é apresentado por Silvio A. C. Araújo a datação do Sítio Bianco estudado por Astolfo G.M. Araújo com 295 ± 30 anos AP (datação cedida por Marisa Coutinho Afonso por não ter sido possível obter o resultado antes do término do doutorado de Astolfo G. M. Araújo em 2001).

Os sítios apresentados por Camargo Araújo podem ser vistos na tabela 14. (excluídos os sítios já apresentados por Aytai em 1969, Pallestrini em 1969/1970 e Araújo em 2001).

Tabela 14: Nome e sigla dos sítios apontados por Camargo Araújo (2006).

Nome/sigla do sítio	Cultura material	UTM
Lagoa Grande, sigla: ITV 22.257.704	Material lítico Caçador–coletores antigo	22 0725753/7370337
Abrigo Pouso Alto e Borda, sigla NCP 22.072.322	Rupestre multicomponencial Kaingang	22 0707267/7332243
Gravura Rupestre Histórica sigla: ITV 22.072.402	Rupestre Histórico	22 0707298/7340276
Abrigo Fabri 1 sigla: ITV 22.293.408	Rupestre, multicomponencial/Kaingang	22 0729306/7340807
Abrigo Fabri 2, sigla: ITV	Rupestre	22 0729177/7340800

22.291.408		
Abrigo da Fazenda Remanso 1, sigla: ITV 22.279.393	Abrigo, multicomponencial/Kaingang	22 0727946/7339395
Abrigo da Fazenda Remanso 2, sigla: ITV 22.277.392	Abrigo, multicomponencial/Kaingang	22 0727766/7339220
Toca da Fazenda Remanso, sigla: ITV 22.277.390	Abrigo Kaingang	22 0727767/7339074
Sítio Santa Maria, sigla: ITV 22.291.408	Contato Interétnico (histórico)	22 0729102/7340879
Sítio Histórico da Taipinha, sigla: ITV 22.305.455	Ruínas de edifício histórico	22 0730570/7345564
Fazenda Pilão d'Água, sigla: ITV 22.160.480	Edifício e ruínas históricos	22 0716070/7348013
Edifício da Rua Martinho Carneiro nº 177, sigla ITV 22.162.461	Edifício Histórico	22 716217/7346180
Capela Nossa Senhora do Carmo, sigla: ITV 22.156.453	Edifício Histórico	22 0715687/7345379
Catedral de Santana, sigla: ITV 22.161.461	Edifício Histórico	22 0716160/7346106
Escola Acácio Piedade, sigla: ITV 22.160.457	Edifício Histórico	22 716030/7345748

O último estudo acadêmico realizado na área foi o trabalho Gerson Levi Silva-Méndes (2007), que insere em sua dissertação de mestrado aprofundamento dos estudos dos grupos de caçador-coletores no alto rio das Almas, município de Ribeirão Grande (SILVA-MÉNDES, 2007). Com o trabalho denominado "Caçadores-coletores na serra de Paranapiacaba durante a transição do Holoceno Médio para o tardio (5920 a 1000 anos AP)" o pesquisador objetiva levantar os sítios líticos associados a grupos de caçadores-coletores além da descrição tecnológica detalhada da cultura material encontrada. O estudo salientou a existência de três macro-horizontes de ocupação de caçador-coletores e mais um quarto horizonte de agricultor (SILVA-MÉNDES, 2007, p.424-426), além de apresentar datações referentes. Os horizontes e datações são:

1º Horizonte paleoindígena. Com sítios profundos e pouco densos. Presença de artefatos ponta de projéteis rabo de peixe delgada e pontas de lança com até 20 cm de comprimento, detectadas a profundidade superior a 1,5 metros no entorno de banhados - antigas lagoas.

Em relação à cronologia está relacionado ao Pleistoceno Final e Holoceno, ou seja, com cerca de 11.500 anos AP.

2º Horizonte caçador-coletor do Holoceno Médio. Entre os artefatos estão: pontas de projéteis e lascas de acabamento, raspadores longitudinais pequeninos encontrados na profundidade 38 a 70 cm,sítios ausentes no fundo dos vales. Cronologicamente situados entre 7.000 e 3500 anos AP.

3º Horizonte caçador-coletor do Holoceno Tardio. Ocorrência de pontas de projéteis e lascas de acabamento com camada arqueológica entre a superfície e 25 cm. Aparecem no fundo dos vales. Período entre 3.500 e 1.000 anos AP.

4º Horizonte agricultor Itararé. Situado cronologicamente entre 1000 e 150 anos AP, ocupam porções abertas dos vales sempre após os grupos caçador-coletores.

Vide tabelas de 15 a 27 com os horizontes e coordenadas UTM conforme Silva-Méndes (2007)

Tabela 15: Coordenada UTM e horizontes da área piloto Barro Branco de acordo com Silva-Méndes (2007)

Sítio	Horizonte (s)	Coordenadas UTM
Sítio Barro Branco 1	Caçador-coletor (3) e agricultor Itararé	22 J 0768420/7322684
Sítio Barro Branco 2	Caçador-coletor (3)	22 J 0768281/7322814
Sítio Barro Branco 3	Caçador-coletor(3)	22 J 0768421/7322479
Sítio Barro Branco 4	Caçador-coletor (2 e 3)	22 J 0768628/7322818
Sítio Barro Branco 8	Caçador-coletor (3)	22 J 0768731/7323195
Sítio Barro Branco 9	Caçador-coletor (2 e 3)	22 J 0768587/7323278
Sítio Barro Branco 10	Caçador-coletor (2 e 3) e agricultor Itararé	22 J 0768406/7322369
Sítio Barro Branco 11	Caçador-coletor (2 e 3) e agricultor Itararé	22 J 768129/7322675
Sítio Barro Branco 12	Caçador-coletor (2 e 3)	22 J 0768476/732323?
Sítio Barro Branco 14	Caçador-coletor (2 e 3) e agricultor Itararé	22 J 0768299/7322661
Sítio Barro Branco 15	Caçador-coletor (2 e 3) e agricultor Itararé	22 J 0768526/7322502
Sítio Barro Branco 16	Provavelmente Caçador-coletor (2 e 3)	22 J 768558/7322723
Sítio Barro Branco 17	Caçador-coletor (2)	22 J 0768562/7322784
Sítio Barro Branco 18	Caçador-coletor (2)	22 J 0768562/7323033
Sítio Barro Branco 19	Caçador-coletor (2)	22 J 0768590/7322370
Sítio Barro Branco 20	Caçador-coletor (2)	22 J 0768600/7322256
Sítio Barro Branco 21	Caçador-coletor (2)	22 J 0768551/7322197
Sítio Barro Branco 22	Caçador-coletor (2)	22 J 0768368/7322982

Sítio Barro Branco 23	Caçador-coletor (2)	22 J 0768108/7322235
Sítio Cachoeira-Barreira	Provavelmente Caçador-coletor (3) e agricultor Itararé	22 J 0768020/7323112

Tabela 16: Coordenadas UTM e horizontes da área piloto Limeira de acordo com Silva-Méndes (2007).

Sítio	Horizonte (s)	Coordenadas UTM
Sítio Limeira 1	Provavelmente caçador-coletor (3)	22 J 0772711/7324330
Sítio Limeira 2	Provavelmente caçador-coletor (3)	22 J 0772504/7324412

Tabela 17: Coordenadas UTM e horizontes da área piloto Leiteria de acordo com Silva-Méndes (2007).

Sítio	Horizonte (s)	Coordenadas UTM
Sítio Leiteria 1	Caçador-coletor (3)	22 J 0765568/7326832
Sítio Leiteria 2	Provavelmente caçador-coletor (2 e 3)	22 J 0765281/7326621
Sítio Leiteria 3 e 4	Agricultor Itararé	22 J 0764889/7326690
Sítio Leiteria 6	Caçador-coletor (3)	22 J 0765892/7328244
Sítio Leiteria 8	Caçador-coletor (3)	22 J 0764969/7326112
Sítio Leiteria 9	Caçador-coletor (3)	22 J 0764676/7326260
Sítio Leiteria 10	Caçador-coletor (3)	22 J 0764882/7326032
Sítio Leiteria 11	Caçador-coletor (3)	22 J 0765287/7326459

Tabela 18: Coordenadas UTM e horizontes da área piloto Cachoeira de acordo com Silva-Méndes (2007).

Sítio	Horizonte (s)	Coordenadas UTM
Sítio Cachoeira 2	Agricultor Itararé	22J 0768468/7323983

Tabela 19: Coordenadas UTM e horizontes da área piloto Lagoa de Cima de acordo com Silva-Méndes (2007**).**

Sítio	Horizonte (s)	Coordenadas UTM
Lagoa de Cima 2	Provavelmente Agricultor Itararé	22 J 0770882/7330821
Lagoa de Cima 3	Caçador-coletor (3)	22 J 0769909/7330174
Lagoa de Cima 4	Caçador-coletor (3)	22 J 0769946/7329948
Lagoa de Cima 7	Lítico não identificado	22 J 0770313/7329713
Lagoa de Cima 8	Provavelmente caçador-coletor (3)	22 J 0770269/7329950
Lagoa de Cima 9	Provavelmente caçador-coletor (3)	22 J 0770338/7330146

Tabela 20: Coordenadas UTM e horizontes da área piloto Ouro Fino de acordo com Silva-Méndes (2007).

Sítio	Horizonte (s)	Coordenadas UTM

Ouro Fino 1	Provavelmente caçador-coletor (2)	22 J 0769791/7321259
Ouro Fino 2	Provavelmente caçador-coletor (2)	22 J 0768855//7321062
Ouro Fino 3	Provavelmente caçador-coletor (2)	22 J 0769078/7321126
Ouro Fino 4	Provavelmente caçador-coletor (não identificado)	22 J 0769241/7321301
Ouro Fino 5	Provavelmente caçador-coletor (2)	22 J 0769019/7320774
Ouro Fino 6	Caçador-coletor (2)	22 J 0768737/7320736

Tabela 21: Coordenadas UTM e horizontes da área piloto Boituva de acordo com Silva-Méndes (2007).

Sítio	Horizonte (s)	Coordenadas UTM
Sítio Boituva 1	Provavelmente caçador-coletor (2)	22 J 0773833/7323887
Sítio Boituva 2	Caçador-coletor (não identificado)	22 J 0773568/7323711
Sítio Boituva 4	Caçador-coletor (não identificado)	22 J 0772508/7323077

Tabela 22: Coordenadas UTM e horizontes da área piloto Barreiro de acordo com Silva-Méndes (2007).

Sítio	Horizonte (s)	Coordenadas UTM
Sítio Barreiro 3	Lítico não identificado	22J 0769340/7327412

Tabela 23: Coordenadas UTM e horizontes da área piloto Intermontes de acordo com Silva-Méndes (2007).

Sítio	Horizonte (s)	Coordenadas UTM
Sítio Intermontes 10	Provavelmente Caçador-coletor (3)	22 J 0760591/7319542
Sítio Intermontes 14	Provavelmente Caçador-coletor (3)	22 J 0761310/7318959
Sítio Intermontes 17	Provavelmente Caçador-coletor (3)	22 J 0760825/7318688

Tabela 24: Coordenadas UTM e horizontes da área piloto Sítio Velho de acordo com Silva-Méndes (2007).

Sítio	Horizonte (s)	Coordenadas UTM
Sítio Velho 1	Caçador-coletor (2 e 3) e agricultor Itararé	22 J 0764666/7324030
Sítio Velho 3	Caçador-coletor (2 e 3)	22 J 0764730/7324045

Tabela 25: Coordenadas UTM e horizontes da área piloto Cristal (intersecção com AP Leiteria) de acordo com Silva-Méndes (2007).

Sítio	Horizonte (s)	Coordenadas UTM
Sítio Cristal 1	Caçador-coletor 3	22 J 0765786/7327045

Tabela 26: Coordenadas UTM e horizontes da área piloto Anacletos-Villico (intersecção com AP Leiteria) de acordo com Silva-Méndes (2007).

Sítio	Horizonte (s)	Coordenadas UTM
Sítio Anacletos 2	Caçador-coletor 3	22 J 0765041/7325898

Tabela 27: Coordenadas UTM e horizontes da área piloto Tribos Caetano de acordo com Silva-Méndes (2007).

Sítio	Horizonte (s)	Coordenadas UTM
4 sítios não especificados	Caçador-coletor (1)	Não apresentadas pelo autor

Como resultado, em relação ao conjunto de sítios, observou-se a intensa relação entre os sítios caçadores-coletores do alto rio das Almas com os do vale do Rio Ribeira de Iguape. A respeito dos sítios de agricultores – Kaingang - a relação estabelecida foi com o planalto Paranaense de origem Jê-meridional. Em alguns sítios parece haver interações entre grupos de caçadores-coletores do Holoceno Tardio com grupos agricultores Jê.

Ao final, o pesquisador adverte que, para avançar efetivamente em relação aos grupos caçador-coletores é necessário estudos paleoambientais (SILVA-MÉNDES, 2007, p.440)

Fora da área de cabeceira do Paranapanema, porém vizinha no médio curso do vale do rio Ribeira de Iguape, são conhecidos mais de uma centena de sítios arqueológicos atribuídos a grupos caçador-coletores e ceramistas – Kaingang (DE BLASIS, 1988, 1991, 1996).

De Blasis vai enriquecer com dados e informações que vão de datações, padrão de assentamentos, captação de matérias primas, tipologia de artefatos e as possíveis relações entre sítios de grupos caçador-coletores, agricultores e históricos.

Criar-se-á uma importante base de dados que servirá de referência no Paranapanema superior para Araújo (1995, 2001) e Silva-Méndes (2007), além de Parellada (2005) no alto vale do Ribeira.

Também em área vizinha, no alto Ribeira de Iguape Claudia Inês Parellada identifica cerâmica Itararé com engobo vermelho, descoberta de pinturas rupestres e a configuração de um sistema de assentamento nos terraços em altas vertentes.

Ao analisar os estudos arqueológicos no Paranapanema superior e adjacências, percebe-se claramente o enfoque e o volume de dados e informações voltados a arqueologia pré-histórica.

Fato este de suma importância para a sociedade, afinal, possibilita colocar em pauta discussões sobre a ocupação do território brasileiro em período pré-histórico de forma detalhada, longe do senso comum.

Os estudos dos primeiros habitantes do Paranapanema superior e adjacências propiciam alternativa em relação ao discurso retórico e simplista que muitas vezes ouvimos.

Quando se aborda a questão dos "bugres nos sertões de Itapetininga, Itapeva, Itararé e mesmo em Castro no Paraná" muitos chavões são comuns. Entre eles se escuta ainda hoje: "*os índios que moravam aqui viviam em casas que se chamavam ocas, caçavam, pescavam e plantavam roças de milho, feijão, mandioca";* ou, "*os tropeiros eram atacados pelos índios que moravam na região"*. Generalizações, história contada a partir de quem domina o discurso, o infeliz senso comum etnocêntrico.

Em contraponto aos resultados das pesquisas arqueológicas até então realizadas, adentra-se no campo milenar dos cenários de ocupação por meio da comprovação da existência material dos povos que aqui viveram.

Os resultados comprovam a existência de grupos distintos que viveram em períodos específicos, que por sua vez, se desdobram na riqueza da diversidade cultural que está expressa nos sítios arqueológicos, pinturas rupestres e artefatos, estratégias de adaptação ao ambiente, complexidade social. Os povos pré-coloniais são sim, exemplos de resistência a dominação, multiculturais e importantes na formação da sociedade nacional.

Ciente disso, ao ignorar essa realidade: a arqueologia como ciência que converge para a desmistificação do passado, caminha-se em direção à omissão de uma história milenar.

3- ARQUEOLOGIA PREVENTIVA

Em duas visitas a 9ª Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São Paulo[82], através de consulta aos arquivos referentes à arqueologia preventiva foi possível fazer um levantamento dos sítios arqueológicos encontrados nos municípios da área de estudo e adjacências, resultantes de relatórios de instalação ou regularização de empreendimentos.

Devido à dispersão da cultura material resultantes destes trabalhos em reservas técnicas ou não menção da localização, não foi possível acessar os materiais coletados.

Os empreendimentos nos quais foram encontrados vestígios arqueológicos são:

O Relatório Final do “Resgate arqueológico no traçado do Gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL) no Estado de São Paulo: Trechos IX e X (de Paulínia à fronteira com o Paraná) do ano de 2000 realizado por Paulo A. Dantas De Blasis e equipe.

O Gasoduto sai da região de Campinas – SP, mais especificamente município de Paulínia, rumo ao Paraná pelo sul-sudeste do estado passando pelas bacias do médio rio Tietê, alto Paranapanema e um pequeno trecho da cabeceira do rio Ribeira de Iguape.

No médio Tietê nas adjacências de Campinas encontrou-se um sítio lítico com características semelhantes aos da bacia como um todo. Em Iperó o sítio histórico Fazenda Ipanema do período colonial que consiste em uma série de edificações e fornos do final do século XVI. Já em Sarapuí quase saindo da bacia do Tietê, encontrou se um pequeno sítio lítico e outro histórico relacionado ao ciclo do tropeirismo (DE BLASIS, 2000, p. 31-3).

---

[82] Visitas realizadas nos dia 16 de julho e 07 agosto do ano de 2009, cito: a Rua Baronesa de Itu, nº 639, no Bairro de Higienópolis, cidade de São Paulo.

Já no município de Itapetininga, adentrando o Paranapanema superior, além de três pequenos sítios líticos, um deles relacionados com os sítios líticos comuns no médio Tietê, foi encontrado também um sítio cerâmico Tupiguarani e outro lítico associado à cerâmica Itararé (confirmado pela presença de uma borda) que podem ter associação entre si.

De Blasis nota feições doliniformes próximo (possível agrupamento de 4 casas subterrâneas que são normalmente associadas a cerâmica Itararé), mas após estudos realizados por Kamase (2004), nada foi encontrado. Possivelmente são apenas feições doliniformes.

Em Itapeva, no bairro da Areia Branca, cerca de 40 km da zona urbana, são encontrados seqüencialmente 15 sítios líticos e cerâmicos associados a tradição Itararé. Dois deles são estudados, Areia Branca 5 e 6.

Próximo ao rio Apiaí são detectados 8 sítios líticos, sendo dois deles com características tecnológicas dos sítios líticos comuns na Depressão Periférica Paulista e 2 relacionados a tradição Itararé.

Em Ribeirão Branco 5 sítios, sendo 4 líticos (três deles relacionados a caçadores-coletores Umbu, um deles em associação a grupos ceramistas Itararé) e um outro sítio cerâmico Itararé.

Por fim, em direção ao alto rio Ribeira de Iguape, entre Araçaíba (distrito de Apiaí e o município de Barra do Chapéu), na transição das bacias do Paranapanema superior e alto Ribeira de Iguape a situação muda. No município de Itapirapuã Paulista no vale do rio Ribeira, último município paulista antes da divisa com mo Paraná – cerca de 110 km de Itapeva, o padrão de ocorrência dos sítios modifica-se, tanto na bacia do rio Catas Altas como na bacia do rio Itapirapuã. Dos 20 sítios arqueológicos encontrados 13 são associados a caçadores-coletores Umbu, 3 cerâmicos e 1 lítico aos Itararés, 1 Multicomponencial – Umbu, Itararé e 1 Histórico do século XX, sendo os demais sítios líticos de difícil identificação.

Como resultado da pesquisa arqueológica para a instalação do GASBOL (DE BLASIS,2000, p. 82-4) observou-se o seguinte:

Indícios consistentes da fronteira entre os caçadores-coletores da Tradição Tietê e os caçadores-coletores da Depressão Periférica Paulista, estes últimos de chegada à região mais recente;

Possibilidades de contato (mas não de miscigenação) dos grupos de caçadores-coletores Umbu do vale do Ribeira com os grupos ceramistas Itararé;

Apesar de encontrado o grupo Tupiguarani, não foi o suficiente para fazer considerações demográficas;

É considerável a ocupação da Tradição Itararé e Tradição Umbu no sul/sudeste do estado de São Paulo (transecto prospectado).

A ocorrência dos sítios arqueológicos encontrados no Paranapanema superior (nos 11 municípios) resultante da implantação do GASBOL pode ser observado na tabela 28.

Tabela 28: Sítios arqueológicos no Paranapanema superior frutos da implantação do GASBOL (DE BLASIS, 2000).

Sítio	**Categoria**	**Tradição**	**UTM**
Apiaí - Mirim 1,2,3 e 4	Casas subterrâneas	Provavelmente Itararé	22 J 0745500/7342100
Areia Branca 1	Cerâmico	Itararé	22 J 0742234/7337148
Areia Branca 2	Lítico	Itararé	22 J 0737450/7332950
Areia Branca 3	Lítico	Itararé	22 J 0742254/7337224
Areia Branca 4	Cerâmico	Itararé	22 J 0741530/7336350
Areia Branca 5	Cerâmico	Itararé	22 J 0741507/7336746
Areia Branca 6	Lítico e cerâmico	Itararé	22 J 0741717/7335913
Areia Branca 7	Lítico	Provavelmente Itararé	22 J 0740358/7335683
Areia Branca 8	Lítico	Itararé	22 J 0739432/7335154
Areia Branca 9	Lítico	Itararé	22 J 0742092/7336032
Areia Branca 10	Cerâmico	Itararé	22 J 0742299/7335674
Areia Branca 11	Lítico	Itararé	22 J 0741507/7336746
Areia Branca 12	Lítico	Itararé	22 J 0740031/7337611
Areia Branca 13	Cerâmico	Itararé	22 J 0742800/7335184
Areia Branca 14	Cerâmico	Itararé	22 J 0741504/7334301
Areia Branca 15	Lítico	Itararé	22 J 0744405/7339938
Apiaí Guaçú 1	Lítico	Não filiado a qualquer tradição	22 J 731100/7327100
Apiaí Guaçú 2	Lítico	Sítio lítico da depressão periférica	22 J 0730602/7326599
Apiaí Guaçú 3	Lítico	Sítio lítico da depressão periférica	22 J 730600/7326700
Apiaí Guaçú 4	Lítico	Não filiado a qualquer tradição	22 J 0729428/7325846
Apiaí Guaçú 5	Lítico e cerâmico	Itararé	22 J 0729091/7325323
Apiaí Guaçú 6	Cerâmico	Itararé	22 J 7028798/7325032
Apiaí Guaçú 7	Cerâmico	Itararé	22 J 0727696/7323323
Apiaí Guaçú 8	Lítico	Não filiado a	22 J 0726650/7322500

		qualquer tradição	
Boavas	Cerâmico	Itararé	22 J 0724543/7323193
Ribeirão Branco 1	Lítico	Itararé	22 J 0724012/7319615
Ribeirão Branco 2	Cerâmico	Itararé	22 J 0721445/7317792
Ribeirão Branco 3	Cerâmico	Itararé	22 J 0725096/7321535
Ribeirão Branco 4	Lítico	Não filiado a qualquer tradição	22 J 0723798/7320452
Ribeirão Branco 5	Lítico	Não filiado a qualquer tradição	22 J 717853/7313741
Ribeirão Branco 6	Lítico	Caçador-coletor Umbu	22 J 0718287/7314216
Ribeirão Branco 7	Cerâmico	Itararé	22 J 0717273/7313054
Ribeirão Branco 8	Cerâmico	Itararé	22 J 0740031/7337611
Ribeirão Branco 9	Lítico	Itararé	22 J 0721305/7317859
Ribeirão Branco 10	Cerâmico	Itararé	22 J 0720850/7317513
Ribeirão Branco 11	Lítico	Caçador-coletor Umbu	22 J 720169/7316772
Ribeirão Branco 12	Cerâmico	Itararé	22 J 0719599/7315688
Taquari Guaçú 1	Cerâmico	Itararé	22 J 0713719/7307494

Municípios de Riversul, Itararé e Itaberá - No Relatório Final da Linha de Transmissão de 750kv Ivaipórã/ Itaberá III, resumido nas Informações Retiradas da Comunicação entre o Centro de Estudos e pesquisas Arqueológicas – CEPA e o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, MAE/USP. Curitiba, 2001[83]. Notifica a existência de vinte oito sítios arqueológicos entre a divisa com o Paraná e a Subestação Itaberá III. São sítios líticos pertencentes à tradição Umbu, Tradição Itararé e Tupiguarani (CHMYZ, 2001, fls 8, a 10). Observar tabela 29.

Tabela 29: Sítios encontrados no Paranapanema superior paulista Linha de Transmissão de 750kv Ivaiporã - Itaberá III e respectivas coordenadas UTM.

Sítio	Tipo	E	N
L92	Sistema regional Kaingang	22J E=646.712	N=7.355.286
L93	Sistema regional Umbu	22J E=648.806	N=7.355.636
L94	Sistema regional Umbu	22J E=651.432	N=7.355.911
L95	Sistema regional Umbu	22J E=652.545	N=7.355.812
L96	Sistema regional Umbu	22J E=652.836	N=7.356.160
L97	Sistema regional Umbu	22J E=660.536	N=7.356.260
L98	Sistema regional Kaingang	22J E=662.315	N=7.356.311
L99	Sistema regional Kaingang	22J E=674.047	N=7.355.725
L100	Sistema regional Umbu	22J E=677.377	N=7.354.275
L101	Sistema regional Umbu	22J E=684.528	N=7.351.581
C248	Sistema regional Guarani	22J E= 647.459	N=7.354.827

[83] Cedido por José Luiz de Morais do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

C249	Sistema regional Guarani	22J E= 648.314	N=7.355.480
C250	Sistema regional Kaingang	22J E= 648.314	N=7.355.480
C251	Sistema regional Kaingang	22J E= 649.021	N=7.355.610
C252	Sistema regional Guarani	22J E= 651.356	N=7.355.740
C253	Sistema regional Guarani	22J E= 651.432	N=7.355.911
C254	Sistema regional Guarani	22J E= 652.403	N=7.355.901
C255	Sistema regional Kaingang	22J E= 653.594	N=7.356.514
C256	Sistema regional Kaingang	22J E= 656.616	N=7.356.060
C257	Sistema regional Guarani	22J E= 656.616	N=7.356.060
C258	Sistema regional Kaingang	22J E= 661.654	N=7.355.690
C259	Sistema regional Kaingang	22J E= 664.177	N=7.352.492
C260	Sistema regional Kaingang	22J E= 665.097	N=7.355.663
C261	Sistema regional Guarani	22J E= 665.097	N=7.355.663
C262	Sistema regional Kaingang	22J E= 672.328	N=7.356.182
C263	Sistema regional Kaingang	22J E= 673.833	N=7.355.317
C264	Sistema regional Guarani	22J E= 674.307	N=7.356.508
C265	Sistema regional Kaingang	22J E= 674.307	N=7.356.508

Nos municípios de Itapeva, Buri e Itapetininga José Luiz de Morais (2002), elabora o Relatório Final do Salvamento Arqueológico da Linha de Transmissão Itaberá - Tijuco Preto - Relatório Final. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Morais produz informações interessantes a respeito das diversas ocorrências arqueológicas e sítios Guarani e líticos, provavelmente sistema Regional Umbu.

As informações foram retiradas diretamente das fichas de cadastro do ProjPar, preenchidas e nomeadas em campo por Silvio A. C. Araújo.

As siglas SCF, SLF, SHF significam: Sítio Cerâmico Furnas, Sítio Lítico Furnas ou Sítio Histórico Furnas. Também são mencionadas as ocorrências arqueológicas encontradas, denominadas com a sigla OAQ. Vide tabela 30.

Tabela 30: Sítios encontrados no Paranapanema superior paulista Linha de Transmissão de 750kv Ivaipórã - Itaberá III - Tijuco Preto – Coordenada UTM.

Sítio	Tipo	E	N
SCF-1	Sistema regional guarani/talvez tupi	22K E= 0701.574	N=7.360.913
SLF-2	Sistema regional caçador-coletor	22K E=0723.146	N=7.369.472
SLF-3	Sistema regional caçador-coletor	22K E=0725.753	N=7.370.437
SCF- 4	Sistema regional guarani /talvez Tupi	22K E=0740.941	N=7.349.236
SCF-5	Sistema regional guarani	22K E=0761.910	N=7.375.015
SHF-6	Sociedade Nacional -	22K E=0765.955	N=7. 370.401

	Revolução de 1932		
OAQ-1	Sistema regional de agricultores pré-coloniais	22K E=0693.593	N=7.355.713
OAQ-2	Sistema regional de agricultores pré-coloniais	22K E=0695.476	N= 7.354.767
OAQ-3	Sistema regional caçador-coletor	22K E=0715.384	N=7.367.764
OAQ-4	Sistema regional caçador-coletor	22K E=0723.718	N=7.369.395
OAQ-5	Sistema regional de agricultores pré-coloniais	22K E=0739.462	N=7.373.658
OAQ-6	Sociedade Nacional - Revolução de 1932	22K E=0751.190	N=7.374.112
OAQ-7	Sistema regional caçador-coletor	22K E=0751.204	N=7.374.060

Em Ribeirão Grande Robrahn-González (2003) no Programa do Diagnóstico Arqueológico das Minas Calcárias SP 01 e SP 04, identificou vinte sítios arqueológicos entre líticos, cerâmicos e históricos (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2003, p. 28). Vide tabela 31.

Tabela 31: Sítios resultantes do Programa do Diagnóstico Arqueológico das Minas Calcárias SP-01 e SP-04 em Ribeirão Grande em UTM.

Sítio	**Tipo**	**E**	**N**
Nassau I	Cerâmico	22J E=770.874	N=7.330854
Nassau II	Lítico	22J E=770.882	N=7.330.821
Nassau III	Lítico	22J E=769.909	N=7.330.174
Nassau IV	Lítico	22J E=769.946	N=7.329.948
Nassau V	Lítico/Hist	22J E=770.798	N=7.328.424
Nassau VI	Lítico	22J E=770.143	N=329.890
Nassau VII	Lítico	22J E=770.126	N=7.329.890
Nassau VIII	Lítico	22J E=770.313	N=7.329.713
Nassau IX	Lítico/Hist	22J E=770.269	N=7.329.950
Nassau X	Lítico	22J E=770.412	N=7.330.141
Nassau XI	Cerâmico	22J E=770.338	N=7.330.146
Cachoeira II	Cerâmico	22J E=768.468	N=7.323.983
Cachoeira III	Histórico	22J E=768.089	N=7.323.749
Cachoeira Barreira	Lítico	22J E=768.020	N=7.323112
Barro Branco V	Histórico	22J E=767.628	N=7.323.193
Barro Branco VI	Histórico	22J E=767.659	N=7.323182
Barro Branco VII	Histórico	22J E=769.292	N=7.321.939
Barro Branco VIII	Lítico	22J E=768.731	N=7.323.195
Barro Branco IX	Lítico	22J E=768.587	N=7.323.278
Caminho Tradicional	Histórico	22J E=768.752	N=7.323.442

Robrahn-González confirma a existência de outros “encanados” em Ribeirão Grande[84] que parecem estar relacionados ao ciclo minerário do Vale do Ribeira durante os séculos XVII e final do XIX. No total foram registrados onze sítios históricos denominados “encanados” (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2003, cap. III. 2). Vide tabela 32.

Tabela 32: Coordenadas UTM dos sítios arqueológicos históricos encanados em Ribeirão Grande – SP

Nome do sitio	**Coordenadas UTM**	
Encanados 1	Sem coordenadas	
Encanados 2	Sem coordenadas	
Barro Branco 5	22J E=767.659	N=7.323.182
Barro Branco 6	22J E=767.549	N=7.323.294
Barro Branco 7	22J E=769.211	N=7.321.987
Barro Branco 13	22J E=767.696	N=7.322.292
Cachoeira 3	22J E=768.461	N=7.324.077
Cachoeira 4	22J E=768.549	N=7.323.965
Cachoeira 1	22J E=769.247	N=7.324.679
Ribeirão Velho	22J E=767.636	N=7.323.221
Limeira 3	22J E=771.445	N= 7.324530

Em Itapeva - Área de Mineração de Filito Itapeva, avaliação realizada pela Scientia Consultoria Científica Ltda. para a Magnesita S. A., próximo ao Bairro do Caeté, onde foram encontradas algumas ocorrências arqueológicas, são elas: um batedor sobre seixo apresentando evidências de percussão e polimento; fragmento de cerâmica simples; uma lasca de sílex, uma lâmina de machado e parte de um monjolo além do registro fotográfico de peças coletadas por moradores da região como machadinhas e mãos de pilão (SCIENTIA CONSULTORIA, 2003, p. 26-43). Ver tabela 33.

Tabela 33: Coordenadas UTM das ocorrências arqueológicas da mineração de Filito Magnesita S. A. de Itapeva -SP.

Material encontrado	E	N
Batedor sobre seixo apresentando percussão e polimento	22J E= 713.197	N= 7.341.136
Fragmento de cerâmica simples	22J E=713.687	N= 7.340914
Lasca de sílex	22J E=713.282	N= 7.340.782
Lâmina de machado	22J E=714.257	N= 7.338.956

[84] Apontados pela primeira vez como sítio arqueológico histórico por Morais (1999). Desenho ProjPar, RGD1 em anexo. Mapa do Município de Ribeirão Grande – SP, escala 1:125:000.

Em diversos municípios no estado de São Paulo: Ribeira, Apiaí, Guapiara, Ribeirão Grande, Capão Bonito, Pilar do Sul, Ibiúna e outros no Paraná, José Luiz de Morais e equipe encontra mais sítios entre as bacias hidrográficas do Ribeira de Iguape (lado paranaense e paulista) e Paranapanema paulista publicados no Relatório Final do Estudo do Patrimônio Arqueológico, Arquitetônico e Paisagístico da Área de Influência da LT 500KV Bateias/Ibiúna em 2005. Vide tabela 34.

Neste estudo foram encontrados sítios líticos e cerâmicos atribuídos aos sistemas regionais caçador-coletor e Kaingang tanto no estado de São Paulo como no lado paranaense, situação semelhante à pesquisa de De Blasis (2000). Além do patrimônio arqueológico, foram também estudados o patrimônio arquitetônico e paisagístico, em especial a arquitetura vernacular, cavidades naturais e o próprio meio ambiente com enfoque patrimonial e de inclusão social.

O enfoque patrimonial com vista à inclusão social, realizado por Morais e equipe, em especial professores e alunos dos municípios de Cerro Azul no Paraná e Ribeira e Apiaí em São Paulo, permitiu à população conhecer de forma prática e interativa os bens patrimoniais da região onde vivem.

As práticas de educação patrimonial partiram do conceito-processo, onde inclusão social é entendida segundo a forma dialética exclusão/inclusão social, visando territorializar, requalificar, reinserir, refiliar, ressignificar os elementos constitutivos do patrimônio cultural (BRUHNS & LINO, 2005, p.6).

Em relação à parte paulista, nenhum estudo acadêmico ou de arqueologia preventiva foi tão significativo ao abordar a extroversão do patrimônio arqueológico e suas conjunções. Fato inédito, pelo menos para o sul/sudoeste do estado de São Paulo.

Tabela 34: Sítios arqueológicos identificados no Estudo do Patrimônio Arqueológico, Arquitetônico e Paisagístico da Área de Influência da LT 500KV Bateias/Ibiúna -Relatório Final, lado paulista, Morais e equipe (2005).

Nº do sítio	**Coordenadas UTM e categoria**
01	E = 0.709.016 m; N = 7.285.567 m; líticos - SP
02	E = 0.712.153 m; N = 7.286.201 m; líticos - SP
03	E = 0.720.365 m; N = 7.295.915 m; líticos - SP

26	E = 0.752.833 m; N = 7.320.547 m; líticos - SP
27	E = 0.722.427 m; N = 7.298.757 m; líticos - SP
28	E = 0.232.916 m; N = 7.358.551 m; forno de carvão - SP
29	E = 0.804.252 m; N = 7.342.052 m; líticos - SP
30	E = 0.780.350 m; N = 7.355.250 m; líticos, cerâmicas - SP
31	E = 0.803.120 m; N = 7.351.005 m; líticos - SP
32	E = 0.753.250 m; N = 7.328.550 m; líticos - SP
33	E = 0.272.750 m; N = 7.384.256 m; líticos - SP
34	E = 0.250.080 m; N = 7.367.252 m; líticos - SP

No ano de 2006, Ribeirão Grande, Robrahn-González continua trabalho junto à cabeceira do Paranapanema, região limítrofe como médio vale do Ribeira de Iguape e conclui o estudo denominado “Arqueologia e Sociedade no Município de Ribeirão Grande, Sul de São Paulo, Ações em Arqueologia Pública Ligadas ao Projeto de ampliação da Mina Calcária Limeira” da Companhia de Cimento Ribeirão Grande (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006).

Realizado por motivo de licenciamento ambiental, apresenta uma série de iniciativas que foram desenvolvidas junto à comunidade do referido município.

Assim sendo, são apresentados os “horizontes de ocupações humanas” nas proximidades do empreendimento, sendo um total de seis horizontes (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, p.74-7), a saber:

Horizonte paleoíndio: com poucos artefatos e lascas encontrados com presença de pontas projéteis rabo de peixe planas lascadas por pressão e pontas de lança com até 20 cm de comprimento encontradas em profundidade de 1,5m, sempre associadas a ambientes de antigas lagunas, hoje banhados. A autora menciona a ocorrência de pontas de lança em Iporanga e Guapiara;

Horizonte caçador-coletor antigo: com pontas projéteis e lascas de acabamento de sílex de boa qualidade, presença de quartzo hialino. Os artefatos encontram-se na profundidade de 50 a 80cm com as seguintes datações: 5.030 ± 50 BP(calibradas em 5.920 a 5.660 BP, Laboratório Beta Analytic Inc., amostra 207853).

Horizonte caçador-coletor recente: com predominância de presença de pontas projéteis e lascas de acabamento de quartzo e calcário silicificado com sinais de reavivamento intenso de matérias primas como o sílex, direcionando para uma provável escassez de matéria prima. Os sítios tem a profundidade de 15 a 40cm e aparecem em diversos locais de relevo e tem

datação de 1.010 ± 50 BP (calibradas em 950 a 750 BP, Laboratório Beta Analytic Inc., amostra 207852).

Horizonte de grupos ceramistas: ocorrendo nos vales mais abertos com possibilidade de contato com grupos de caçador-coletores. Para este horizonte tem-se a data de 150 ± 40 BP (calibradas em 280 a 0 BP ou ainda 1670 a 1950 A.D; Laboratório Bata Analytic, amostra 207850).

Horizonte histórico: corresponde ao ciclo do ouro de aluvião a partir da segunda metade do século XVII até o terceiro quarto do século XIX. A pesquisadora indica contato interétnico ceramistas colonizadores dos prováveis arraiais dos Campos de Guapiara e de Apiaí Mirim.

As estruturas minerárias conhecidas como “encanados”, estruturas de pedras sobrepostas sem argamassa ás margens dos rios Almas e Conchas com a finalidade de desviar a água do leito e facilitar a exploração de ouro de aluvião e diversas outras cavas de prospecção mineral. Período atribuído entre os séculos XVI e XVIII.

> Atribuídos em parte aos Jesuítas espanhóis que chegaram ao vale do Paranapanema utilizan0-se dos itinerários indígenas, em parte aos bandeirantes em constate incursão nas áreas de aldeamento já estabelecidos, os “encanados” serviam na lavra do ouro de aluvião, livre de taxações até 1702, quando o Regimento das Minas estabelecia lei que obrigava a comunicação da descoberta e da exploração da lavra às autoridades portuguesas (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, p. 97)

Horizonte contemporâneo: correspondente a ocupação dos vales do Barro Branco, Cristal e Limeira com população proveniente de núcleos populacionais próximos como Guapiara, Capão Bonito, Ribeirão Grande e arraiais próximos.

Os sítios arqueológicos identificados pelo Programa de Arqueologia de Ampliação da Mina Calcária Limeira, tipo e coordenada UTM podem ser vistos na tabela 35.

Tabela 35: Sítios arqueológicos identificados no Programa de Arqueologia da ampliação da Mina Calcária Limeira.

Nome do sítio	Tipo	Área	Coordenada UTM
Sítio Leiteria 1	Lítico	D. E. Leiteria	22 J 0765568/7326832
Sítio Leiteria 2	Lítico	D. E. Leiteria	22 J 0765281/7326621
Sítio Leiteria 4	Lítico	Área de influência indireta	22 J 0764889/7326690
Sítio Leiteria 5	Multi-componencial	Área de influência indireta	22 0J 765529/7327192
Sítio Leiteria 6	Lítico	Área de influência indireta	22 J 0765892/7328244
Sítio Leiteria 7	Cerâmico	Área de influência indireta	22 J 0764702/7326440
Sítio Leiteria 8	Lítico	Área de influência indireta	22 J 0764969/7326112
Sítio Leiteria 9	Lítico	Área de influência indireta	22 J 0764676/7326260
Sítio Leiteria 10	Lítico	Área de influência indireta	22 J 0764882/7326032
Sítio Leiteria 11	Lítico	Área de influência indireta	22 J 765287/7326459
Sítio Anacleto 2	Lítico	Área de influência indireta	22 J 0765041/7325898
Sítio Anacleto 3	Cerâmico	Área de influência indireta	22 J 0765251/7325885
Sítio Cristal 1	Lítico	D. E. Leiteria	22 J 0765786/7327045
Sítio Cristal 2	Lítico	D. E. Leiteria	22 J 765909/732695?
Sítio Cristal 3	Cerâmico	Área de influência indireta	22 J 765931/7326680
Sítio Cristal 4	Lítico	Área de influência indireta	22 J 0766085/7326777
Sítio Cristal 5	Histórico	Área de influência indireta	22 J 0765940/7326541
Sítio Velho 1	Multi-componencial	Área de influência indireta	22 J 764666/7324030
Sítio Velho 2	Cerâmico	Área de influência indireta	22 J 0765254/7324635
Sítio Velho 3	Lítico	Área de influência indireta	22 J 0764730/7324045
Sítio Limeira 1	Lítico	Mina Limeira	22 J 0772711/7324330
Sítio Limeira 2	Lítico	Mina Limeira	22 J 0772504/7324412
Sítio Limeira 3	Histórico	Mina Limeira	22 J 0771445/7324530
Sítio Barro Branco 1	Lítico	D. E. Barro Branco	22 J 0768420/7322684
Sítio Barro Branco 2	Lítico	D. E. Barro Branco	22 J 0768281/7322814
Sítio Barro Branco 3	Lítico	D. E. Barro Branco	22 J 0768421/7322479
Sítio Barro Branco 4	Lítico	D. E. Barro Branco	22 J 0768628/7322818
Sítio Barro Branco 5	Histórico	Área de influência indireta	22 J 767659/7323182

Sítio Barro Branco 6	Histórico	Área de influência indireta	22 J 0767549/7323294
Sítio Barro Branco 7	Histórico	Área de influência indireta	22 J 0769211/7321987
Sítio Barro Branco 8	Lítico	D. E. Barro Branco	22 J 768731/7323195
Sítio Barro Branco 9	Lítico	D. E. Barro Branco	22 J 0768587/7323278
Sítio Barro Branco 10	Lítico	D. E. Barro Branco	22 J 0768406/7322369
Sítio Barro Branco 11	Lítico	Área de influência indireta	22 J 768129/7322675
Sítio Barro Branco 12	Lítico	Área de influência indireta	22 J 0768476/732323?
Sítio Barro Branco 13	Histórico	Área de influência indireta	22 J 767696/7322292
Sítio Barro Branco 14	Lítico	D. E. Barro Branco	22 J 0768299/7322661
Sítio Barro Branco 15	Lítico	D. E. Barro Branco	22 J 768526/7322502
Sítio Barro Branco 16	Lítico	D. E. Barro Branco	22 J 0768558/7322723
Sítio Barro Branco 17	Lítico	Área de influência indireta	22 J 0768562/7322784
Sítio Barro Branco 18	Lítico	Área de influência indireta	22 J 0768562/7323033
Sítio Barro Branco 19	Lítico	D. E. Barro Branco	22 J 0768590/7322370
Sítio Barro Branco 20	Lítico	D. E. Barro Branco	22 J 0768600/7322256
Sítio Barro Branco 21	Lítico	D. E. Barro Branco	22 J 0768551/7322197
Sítio Barro Branco 22	Lítico	Área de influência indireta	22 J 768368/7322982
Sítio Barro Branco 23	Lítico	Área de influência indireta	22 J 0768108/7322235
Sítio Cachoeira 1	Histórico	Área de influência indireta	22 J 0769247/7324679
Sítio Cachoeira 3	Histórico	Área de influência indireta	22 J 0768461/7324017
Sítio Cachoeira 4	Histórico	Área de influência indireta	22 J 0768549/7323965
Sítio Ribeirão Velho	Histórico	Área de influência indireta	22 J 0767636/7323221

Como resultado do trabalho, a autora menciona que contato entre arqueólogos e população local durante a pesquisa possibilitou observar e registrar elementos de continuidade de cultura indígena no modo de vida da pequena população rural como, por exemplo: técnicas de trançado na cestaria, áreas de captação de argila, técnicas construtivas de casas, espécies vegetais

além da disposição espacial dos arraiais familiares e modo de uso do monjolo coletivo entre outros costumes coloniais.

Outro aspecto importante é o despertar para o aproveitamento turístico pela comunidade de um patrimônio arqueológico histórico. Os “encanados”, que são estruturas minerárias de pedras às margens dos rios utilizadas no período colonial para a exploração de ouro nos afluentes da cabeceira do Paranapanema. Alguns projetos turísticos já estão em curso, porém, são iniciativas isoladas e sem enfoque preservacionista (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, p. 98).

Informações complementares sobre os sítios encanados com enfoque no aproveitamento turístico também são apresentados (tabela 36).

Tabela 36: Sítios denominados pela população de encanados município de Ribeirão Grande. Pontos fortes e de atenção, segundo avaliação turística preliminar (Robrahn-González, 2006)

Sítio	Pontos Fortes	Pontos de atenção
Barro Branco 7	Estrutura de baixa visibilidade, fácil acesso, seguro. Poderia ser integrado à visita da Capela do Ouro Fino e Caverna do Cherol. Significado histórico-cultural médio	Atualmente assoreado. Pequenas dimensões. Propriedade particular.
Barro Branco 13	Estrutura composta de grandes dimensões no rio das Almas, boa visibilidade, em excelente estado de preservação. Conjunto paisagístico preservado com presença de queda d’água formando um tanque e mata ciliar. Poderia ser integrado em trilhas que seguem o rio das Almas curso acima, com pontos bons em mirantes próximos e/ou roteiros mistos. Significado histórico-cultural alto.	Difícil acesso. Turismo pode prejudicar a mata ciliar e qualidade da água, além das próprias estruturas de mineração. Bem público.
Cachoeira 3	Estrutura simples em ilha fluvial gerada pela atividade de mineração no rio das Almas; bem preservada, excelente visibilidade e fácil acesso. Poderia ser integrado aos roteiros de turismo ao Ouro Fino. Significado histórico-cultural: médio.	Propriedade particular
Ribeirão Velho	Estrutura complexa de grande dimensão (150 metros) no	Difícil acesso. Próximo a Estação Ecológica Xitué.

	Ribeirão Velho; excelente estado de preservação. Significado histórico-cultural alto.	Turismo pode prejudicar mata atlântica desenvolvida.
Limeira 3	Estrutura simples de pequena dimensão fronteiriça á Mina Limeira; estado de conservação comprometido. Significado histórico-cultural médio.	Baixa visibilidade. Difícil acesso. Baixa integração aos roteiros turísticos potenciais da região.

Em Itapeva, durante o Estudo de Arqueologia Preventiva para o Relatório Ambiental Preliminar do empreendimento denominado Mineração Cristo Rei no município de Itapeva, Bairro Santa Cruz, foi encontrada na beira de um córrego uma ocorrência arqueológica, uma pequena mão de pilão, nada mais (CAMARGO ARAÚJO, 2008). Ver tabela 37.

Tabela 37: Coordenadas UTM da ocorrência arqueológica da mineração Cristo Rei em Itapeva.

Material Encontrado	E	N
Mão de pilão	22K E=733.309	N=7.331.312

Importante assinalar que foram encontrados outros relatórios técnicos de empreendimentos potencialmente lesivos ao meio ambiente e ao patrimônio arqueológico, entre eles estão:

Diagnóstico Arqueológico do Sistema de Abastecimento de Água de Itapeva – SP, 2005; Diagnóstico Arqueológico do Sistema de Abastecimento de Água de Itapeva SP. Itapeva – SP, 2005; Diagnóstico Arqueológico do Sistema de Esgotamento Sanitário de Itararé – SP, 2005; Diagnóstico Arqueológico do Sistema de Esgotamento Sanitário de Itararé – SP, 2005; Diagnóstico do Sistema de Abastecimento de Água de Itapeva – SP em 2004, estes realizados por Plácido Cali.

Projeto de pesquisa Arqueológica Interventiva para Implantação de extração de minério dolomita da Companhia de Cimento Portland Itaú, 2001; Relatório Final do Levantamento Arqueológico Interventivo Realizado na área de Implantação do Plano de Exploração de Dolomita das Fazendas do saldo e Itambé. Companhia de Cimento Portland Itaú. Bom Sucesso de Itararé, 2001; Anteprojeto: Levantamento Arqueológico Interventivo na Área de Implantação da Mineração de Dolomita – Companhia de Cimento Portland Itaú. Itapeva –

SP, 2005; Relatório Arqueológico Interventivo na Área de Ampliação da Mineração de Dolomita no Município de Itapeva – SP, 2005; Relatório Final. Prospecção Arqueológica Interventiva na área de Ampliação da Lavra de Calcário na Mineração Horical Ltda. Guapiara – SP, 2006; Relatório Final: Levantamento Arqueológico Interventivo. Implantação da Lavra de Filito, IBAR. Itapeva – SP, 2008 por Eliete P. B. Maximino.

4- ARQUEOLOGIA PREVENTIVA NAS PROXIMIDADES DA ÁREA DE ESTUDO

No município de Itapetininga, Solange Caldarelli (2001-2002, p.44), no artigo "Arqueologia do Interior Paulista Evidenciada por suas Rodovias" da Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira, apresenta um sítio lítico do sistema regional de caçadores-coletores. No material consultado as coordenadas não são citadas, a referência é do trecho de duplicação da Rodovia Antônio Romano Schincariol, SP 127, entre Itapetininga e Capão Bonito. O trabalho foi realizado pela Empresa Documento Arqueologia S. C. Ltda., que identificou no km 159,9 um sítio lítico, posteriormente denominado Itapetininga 1, cujo resgate ficou a cargo da Scientia Consultoria (SCIENTIA, 2002).

No município de Itapetininga: Scientia Consultoria Científica Ltda. Levantamento Arqueológico do Sistema de Gás Natural – Ramais Itapetininga, Sorocaba Norte e Sorocaba - Mairinque - São Roque – São Roque Ibiúna – Araçariguama. Foi detectado e resgatado o sítio arqueológico histórico Piçarrão, localizado na lateral direita da rodovia Antonio Romano Schincariol, ao lado do posto policial no trevo de acesso a Itapetininga. Com a dimensão de 100x150 metros, foram encontrados faiança decorada carimbada (cut sponger) e faiança decorada impressa devendo pertencer ao final do século XIX e primeira metade do século XX (SCIENTIA CONSULTORIA, 2004, p.10- 3). Ver tabela 38.

Tabela 38: Coordenadas UTM do sítio arqueológico histórico Piçarrão.

Material encontrado	E	N=
Porcelana/Louça	22K E=799.515	N=7.385.702

Também em Itapetininga, durante o Estudo de Arqueologia Preventiva para o Relatório Ambiental Preliminar do empreendimento denominado Aterro Sanitário de Itapetininga – SP em dezembro de 2008, realizado por Silvio Alberto Camargo Araújo, foram notados e recolhidos pelo menos em cinco pontos diferentes de forma comprobatória pequenos núcleos e “facas” de sílex, tanto do leito da estrada local como do meio dos talhões de cultivo, provavelmente, um sítio de sistema regional de caçadores-coletores.

O material arqueológico apresenta-se esparso, mas com certa abundância no lado Norte do empreendimento, onde foi limitada a coleta de 4 “facas”, 2 núcleos e 8 fragmentos menores. (CAMARGO ARAÚJO, 2008, p. 3). Tabela 39.

Tabela 39: Coordenadas UTM do sítio lítico, Aterro Sanitário de Itapetininga - ASI.

CULTURA MATERIAL	UTM E	UTM N
Material lítico lascado	22K E=790.408	N=7.390.401
Material lítico lascado	22K E=790.275	N=7.390.476
Material lítico lascado	22K E=790.069	N=7.390.527
Material lítico lascado	22K E=789.962	N=7.390.529
Material lítico lascado	22K E=789.910	N=7.390.621

Em Guareí, no Relatório Final do Diagnóstico e Reconhecimento Arqueológico da Estação de Tratamento de Esgotos de Guareí realizado em Janeiro de 2009, foi encontrado, no topo de um terraço fluvial ás margens do rio Guareí, um sítio lítico com oito manchas de concentração na área destinada à implantação da Estação de Tratamento de Esgoto (BORNAL, 2009, p.78). Ver tabela 40.

Tabela 40: Coordenada UTM do sítio arqueológico encontrado na área do empreendimento Estação de Esgoto de Guareí

Material encontrado	E	N
Material lítico	22K 0784.802	7.411.076